AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 20 ■ Nº 1 ■ JANEIRO DE 2000 ■ R$ 6,00



O DIFÍCIL ENTENDIMENTO NO ENCONTRO DE SEATTLE

E o que a agricultura tem a ver com isso

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Soja

Folicur®

Controla oídio e doenças de final de ciclo



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

ABRE aspas: *Roberto Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness e da Aliança Cooperativista Internacional, apresenta nesta entrevista um ponto de vista dissonante em relação à avaliação geral do encontro de Seattle. O encontro deveria ter definido uma agenda para a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio que se iniciará em janeiro, que integrou a delegação brasileira, a não aprovação de uma agenda foi positiva para a agricultura brasileira. Aprovada, a agenda seria com certeza contrária aos interesses do Brasil. O embate frontal teria contribuído para os negociadores brasileiros avançarem na compreensão de que os interesses da agricultura são indissociáveis dos interesses do país.*

COPYRIGHT EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Estaca zero

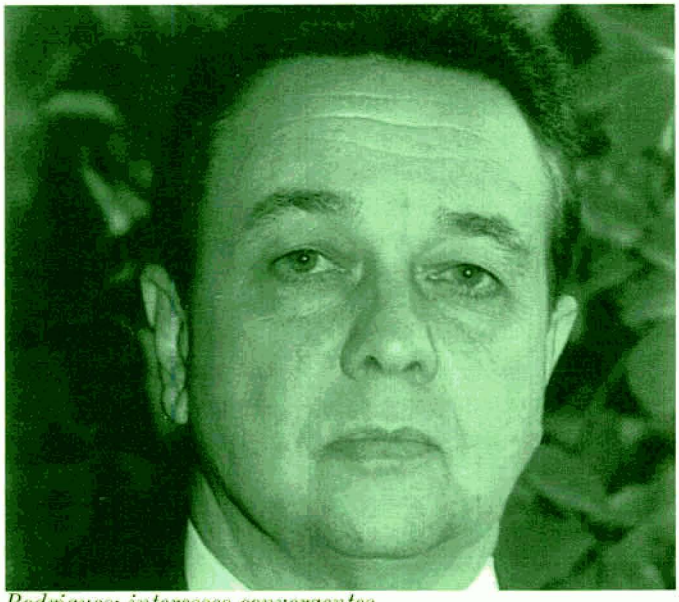
POR NIVALDO MANZANO

❑ *Como o senhor avalia o encontro de Seattle?*

— A opinião generalizada é de que a reunião de Seattle teria sido um fracasso para a agricultura brasileira. Minha opinião é que somente se poderia falar em fracasso caso se tivesse negociado uma agenda – boa ou ruim para nós – para a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio. Mas o fato é que não foi negociada agenda alguma. Não houve portanto nem sucesso nem fracasso. Ficamos do mesmo tamanho, avaliando o encontro sob o ponto de vista da negociação de uma agenda. Eu estava muito receoso de que a agenda fosse negativa para nós. Como não se decidiu nada, nada se decidiu portanto contra a nossa agricultura.

❑ *Por que não se chegou a definir uma agenda?*

— Por duas razões básicas: primeiro, pela profunda desorganização da OMC. Como se pode imaginar em uma reunião de 135 países para negociar uma agenda de liberalização de comércio, com assuntos tão díspares como agricultura, têxteis, serviços, informática etc. e interesses tão divergentes, sem que tivesse havido um entendimento sobre uma agenda previamente definida. Essa incompetência é inconcebível.



Rodrigues: interesses convergentes

❑ *Diante de países historicamente ciosos na defesa de seus interesses, pode-se falar em incompetência?*

— Admito que possa ter havido uma pré-deliberação por parte dos EUA e da União Européia para agir dessa forma. Mas se isso é verdade, foi um desastre para os EUA, porque o fracasso diplomático na definição de uma agenda está sendo atribuído à secretária de Comércio Exterior, Charlene Barschefsky.

A segunda razão do fracasso é a prepotência dos países ricos. Era tamanha a prepotência dos EUA, de França, Japão, Coréia e alguns países nórdicos que, somada à incompetência da organização do encontro, foram deixados de fora das deliberações 110 dos 130 países que lá estavam representados. Tem-se aí zero de democracia, zero de transparência.

❑ *Qual era a pauta brasileira, ou do grupo de Cairns?*

— Tínhamos três questões. A primeira era a eliminação dos subsídios às exportações. Sabíamos que nossa capacidade de chegar a isso era quase risível. A redação para o acerto final, segundo nos informou o ministro Pratini de Morais, teria sido "substancial redução dos subsídios", cortando-se a palavra "eliminação" por iniciativa e intransigência da União Européia. Insistimos que constasse pelo menos a expressão "progressiva eliminação", desde que se mantivesse o termo "eliminação". Nada conseguimos. A segunda questão tratava de acesso a mercado. Queríamos que ficasse claro na questão de acesso a mercado que haveria uma redução das cotas e das tarifas, expressões que a nosso ver deveriam constar desse item da agenda. Tampouco aqui conseguimos alguma coisa. No fim constaria da agenda, se tivesse sido aprovada, a expressão "uma mais ampla possível liberalização, em especial quanto aos produtos de exportação dos países em desenvolvimento". A ter-

ceira questão tratava das políticas de apoio interno. Nós queríamos deixar claro que se deveria eliminar a "caixa azul" e regulamentar a "caixa verde". Ou seja, para nós era imprescindível condicionar qualquer política de apoio interno ao compromisso de que esse apoio não poderia redundar em criação de excedentes exportáveis.

❑ *O que vêm a ser a caixa azul e a caixa verde?*

— A caixa verde diz respeito a políticas de apoio interno que não representam distorções de mercado, como por exemplo o caso do Pronaf do Brasil, que é um programa de apoio à agricultura familiar com subsídio explícito. Esse programa não gera excedentes que provoquem distorções no mercado, como a inibição de importações por exemplo. A caixa azul tem instrumentos de apoio interno que eventualmente podem provocar distorções no mercado. Exemplo: política de apoio à sustentação de preços. Foi o que ocorreu em 1999 nos Estados Unidos. Quando começaram a cair os preços do milho e da soja, o Congresso norte-americano votou a liberação de US$8 bilhões aos produtores para sustentar o preço, garantindo a renda agrícola. Nossa proposta era eliminar a caixa azul, que gera excedentes exportáveis, e regulamentar a caixa verde, deixando claro que pagamentos diretos a produtores não representam distorção de mercado. Não conseguimos nada.

❑ *Qual era a terceira questão?*

— A eliminação definitiva da chamada cláusula da paz, negociada na Rodada Uruguai do Gatt, que minimiza as distorções de mercado. Ou seja, em casos excepcionais, admitia-se a adoção de políticas de apoio interno. Essa cláusula deveria viger no período que vai da Rodada Uruguai à Rodada do Milênio. Nesse ponto, os europeus se mostraram totalmente intransigentes, não abrindo mão da manutenção da cláusula. O resultado é que, permanecendo ela em vigência, ficam infirmados quaisquer outros pontos destinados a conter o aumento dos excedentes de exportação.

Outro ponto a considerar é que queríamos admitir a questão da multifuncionalidade, defendida pelos europeus, desde que ela fosse universalmente consagrada.

❑ *O senhor pode explicar a multifuncionalidade?*

— O termo, que acho genial, foi bolado pelos europeus para defender as funções do agricultor, que vão muito além de produzir alimentos e fibras. A atividade agrícola resgata o dióxido de carbono da atmosfera, limpando a sujeira produzida pela indústria urbana; garante a integridade territorial de um país; preserva o solo, a maior riqueza de uma nação, e assim fazendo, preserva também a água; cuida da biodiversidade e da conservação da paisagem. Isso tudo implica admitir que o agricultor deve receber algo além do preço que lhe pagam pelo produto que ele produz. Esse é um argumento utilizado pelos governos europeus para justificar os subsídios perante a opinião pública urbana. Estamos de acordo, desde que valha para nossos agricultores também e que isso não represente um adicional de subsídios ao produto agrícola. Também assumimos as questões relativas à cláusula social, como o trabalho do menor, e as questões ambientais.

❑ *Sem agenda, como fica a Rodada do Milênio?*

— Ela vai ocorrer. O secretário-geral da OMC, Mike Moore, saiu de Seattle com a recomendação de negociar essa agenda, agora multilateralmente, consultando países ou blocos de países. Minha impressão é que a tarefa agora será menos difícil porque Moore, neozelandês vinculado ao grupo de Cairns, pode ter uma visão mais simpática e abordar essas questões todas. Qualquer que seja a agenda, ela será perpassada por duas questões. A primeira é a questão social; a segunda é a diferença crescente e brutal de riqueza entre países ricos e pobres. Quanto à primeira, tem-se o exemplo dos 350 mil produtores de açúcar de beterraba da União Européia. Para manter essa gente mais seus familiares, que representam 2 milhões de pessoas, incidem sobre a tonelada de açúcar mais de US$ 500, quando nosso açúcar pode chegar lá a US$180/200. Eles pagam US$700 pelo seu açúcar. Economicamente isso é uma cretinice, mas trata-se de 2 milhões de pessoas. Imagine essa gente excluída da atividade: seria uma tragédia. Então, a exclusão social é uma questão vinculada ao estado de riqueza e de opulência da União Européia.

> A atividade agrícola resgata o dióxido de carbono da atmosfera; garante a integridade territorial; preserva o solo e a água; cuida da biodiversidade e da conservação da paisagem. Nisso consiste o conceito de multifuncionalidade da agricultura.

❑ *O senhor quer dizer que o fantasma da exclusão social continua ditando a política lá?*

— Exatamente. A Europa hoje vive um novo período de renascimento. No passado, um pequeno grupo de pessoas enriqueceu tanto que se permtiu entregar à contemplação da arte, patrocinando pintores, escultores e poetas. Hoje é a coletividade européia, japonesa e norte-americana que ficou rica. Essa coletividade rica se dá agora, igualmente, o direito da contemplação. Imagine que na Holanda, ouvi de um agricultor que ele não poderia construir uma estufa em determinado lugar para não desfigurar a paisagem. Hoje, se descer na Holanda uma revoada de patos silvestres em busca de águas mais quentes, os agricultores têm a obrigação de deixar que eles comam tudo. Serão indenizados depois. Somente os ricos podem fazer isso, como também preocupar-se com produtos orgânicos e transgênicos. Aqui entre nós o primeiro problema é assegurar a comida e a sobrevivência. Quero dizer com isso que de nossa parte admitimos com mais razão ainda os argumentos sociais por eles utilizados. Nossa posição é a seguinte: façam o que quiserem, desde que não gerem excedentes exportáveis.

❑ *Se não perdeu, o que a agricultura brasileira ganhou em Seattle?*

— Ganhamos muito. Lá encontrei, além de líderes rurais, uma fantástica delegação brasileira: três ministros – Agricultura, Indústria e Comércio e Relações Exteriores; uma dúzia de diplomatas da melhor qualidade; representantes parlamentares de todos os principais partidos e líderes sindicais. A presença de toda essa gente provocou uma

grande mudança na visão que o governo tinha da agricultura. Lá não foram apenas os agricultores brasileiros que se manifestaram, mas o Brasil, pois no final se falava uma língua só: ou se negociava tudo ou não se negociava nada. E foi o que prevaleceu de nossa parte. Essa foi a primeira vez que o governo brasileiro se manifestou clara e firmemente num foro internacional, em defesa de nossa agricultura. Como pudemos perceber, especialmente no discurso do ministro Tápias, houve uma mudança de conceito: os interesses da agricultura coincidem com os do governo e do Brasil. A mesma coisa ocorreu com o ministro Pratini de Morais.

❑ *Em que essa mudança vai influir para a capacitação de nossos negociadores na Rodada do Milênio?*

— Em ocasiões anteriores, ouvimos de representantes do Itamaraty queixas sobre a solidão do negociador. Os produtores rurais, parte interessada, estariam ausentes nesses foros para a defesa de seus próprios interesses. Para sanar essa deficiência, propus ao ministro Pratini a criação de um comitê permanente presidido por ele para a Rodada do Milênio, para discutir os interesses da agricultura, composto por três segmentos: governo, setor privado e academia. Esse comitê deveria agir em sintonia com outro, do Congresso Nacional, pois muita coisa a ser negociada depende de legislação. Em Seattle, o ministro Pratini comprometeu-se conosco a fazer isso. Estamos prontos para trabalhar juntos de agora em diante.

Outro ganho de Seattle foi a cobertura dos meios de comunicação, que colocaram a agricultura como negócio de relevo para nosso comércio internacional. Outro ainda foi a abertura cultural para muitos políticos brasileiros que lá estiveram e que se deram conta de que há um mundo imenso a ser trabalhado.

❑ *Como o senhor encara a atuação das ONGs no episódio de Seattle?*

— Trata-se de uma afirmação da sociedade civil. De certa forma, a sociedade civil no plano mundial se recusa a deixar-se representar apenas pelas instituições. Isso é problemático e remete à seguinte questão: a representatividade não está sendo adequada? Ou esse desconforto se circunscreveria a certas minorias? O fato é que estamos diante de um novo cenário no qual a sociedade se organiza e quer participar mais diretamente do processo. Seattle demonstrou que existe um fenômeno novo de organização social: os cantões suíços começam a ganhar contornos mundiais. Mas é preciso dar a isso a dimensão que isso tem. Havia ONG de todo tipo lá, desde as que defendiam a borboleta monarca até as que se opunham ao trabalho do menor.

❑ *O ministro Pratini referiu-se recentemente à necessidade de endurecer nossa posição no comércio exterior em relação a países dos quais importamos alimentos e que não cedem na sua postura protecionista. O que acha disso?*

— Acho que devemos dispor de critérios comportamentais. Um deles é saber que o Brasil é a nova potência do planeta, ou seja, não podemos negociar com o rabo entre as pernas. Outro é ter presente que representamos apenas 1% do comércio mundial, ou seja, 3% ou 4% do agronegócio nesse comércio. Isso nos leva a concluir que não podemos nos encolher e muito menos blefar com cartas que não trazemos na manga. Temos que negociar acoplados ao cenário da negociação, ao grupo de Cairns, ao Mercosul, levando em consideração que o que vem vindo pela frente é algo muito maior – a Alca, a integração do Mercosul com a União Européia etc. Isso nos aconselha a fazer as exigências que sejam cabíveis, sem patriotadas. Seremos intransigentes quando não for possível transigir.

A multifuncionalidade é um argumento utilizado pelos governos europeus para justificar os subsídios perante a opinião pública urbana. Estamos de acordo, desde que valha para nossos agricultores também e que isso não represente um adicional de subsídios ao produto agrícola.

❑ *Como vê a Rodada do Milênio?*

— Há quem diga que vai durar três anos. Eu não acredito. Vai durar pelo menos até 2005. Por quê? Porque essa é a data estabelecida para o fechamento do acordo da Alca e entre a União Européia e o Mercosul. Não acredito que possa haver uma manifestação global relativa ao comércio mundial que venha a submeter-se a manifestações multilaterais de menor amplitude.

E há ainda a se considerar o que vai ocorrer durante esse período de negociação da rodada. Por exemplo, o caso dos países do Leste europeu que pleiteiam ingressar na União Européia. Os 15 países europeus dizem aos do Leste que estão dispostos a recebê-los. A prática porém é outra. Não querem que isso ocorra logo por causa do subsídio agrícola. Hoje o dinheiro é distribuído entre 7 milhões de agricultores da União Européia dos 15. Amanhã esse mesmo volume de dinheiro teria de ser repartido entre outros 10 milhões. Está aí mais uma razão para acreditar que a União Européia não vai admitir a entrada do Leste europeu já e isso vai imbricar com as negociações da rodada.

Estão criadas portanto as condições para se postergar o entendimento. Nesse período temos que aprofundar nossa posição. Os países africanos têm de ser trazidos para o nosso lado. Atualmente, eles são favoráveis aos subsídios por necessidade de comprar comida barata da Europa. Mas isso milita contra seus interesses de longo prazo e cabe a nós fazê-los enxergar essa realidade, trazendo-os para o grupo de Cairns. Em alguns países da Ásia ocorre a mesma coisa. Fizeram uma reforma agrária que fragmentou a produção e agora não conseguem produzir com eficiência. A negociação global é complicada. A exclusão social e o fosso crescente entre o enriquecimento dos ricos e o empobrecimento dos pobres vão interferir fortemente nesse processo. A queda do muro de Berlim promoveu o casamento da globalização com o liberalismo. E esse velho casamento, conhecido nosso, gerou duas filhas gêmeas: a concentração e a exclusão. Ambas andam juntas. Na agricultura, concentração é sinônimo de exclusão do mercado.

AGRO drops

Livro ensina produtor a criar minhocas

A Editora Agropecuária acaba de lançar a primeira edição do livro *Criação de minhocas sem segredo*, de Unigmolino de Ávila.

A obra é redigida em linguagem simples e vem ilustrada com fotografias, mostrando o passo-a-passo da construção de um minhocário. Pedidos pelo telefone (51) 480-3030 ou pelo fax (51) 480-3309.



Plantas ganham inseticida em pastilha

A AgrEvo lançou em dezembro o DecisTab, que é uma formulação apresentada em pastilhas com alta potência inseticida que permite uma administração em pequenas doses. O produto tem ação de choque, repelência e efeito antialimentação. Não fitotóxico às plantas, é adequado para programas de manejo ecológico de pragas e doenças (MEP).



Graças à formulação tablete, os riscos de contaminação ficam reduzidos devido à não utilização de solventes, facilidade de manipulação e baixo perfil de toxicidade. A adição de uma substância amarga (Bitrex) reduz a possibilidade de ingestão acidental e provoca vômito imediato.

A dosagem do produto feita diretamente na bomba traz segurança para os usuários e ao meio ambiente e representa menor volume de descarte de embalagens.

Laboratório consegue crescimento em 1999

A Pfizer Saúde Animal encerra o exercício 1999 com crescimento operacional de 5% sobre 1998 e vendas de US$67 milhões.

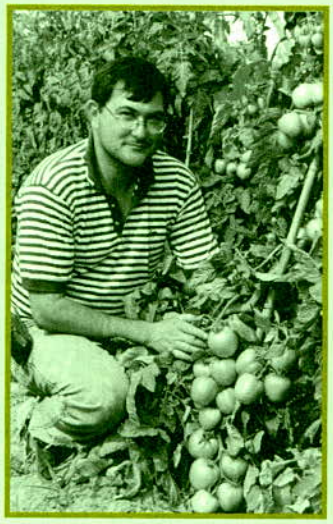
Com esse resultado, a companhia mantém-se na segunda posição do *ranking* brasileiro de indústrias de produtos para saúde animal e, dentro do grupo, está entre as três maiores unidades em todo o mundo.

Para enfrentar as adversidades de um mercado estável há pelo menos três anos, a Pfizer Saúde Animal distribuiu seus investimentos em pequenos e grandes animais, priorizando o lançamento de produtos, prestação de serviços aos clientes e valorização de programas técnicos de apoio aos médicos veterinários e produtores.

Empresa aposta alto em produto híbrido

A expectativa da Asgrow na primeira safra comercial de seu tomate Ataque é a de que brevemente o produto conquiste a liderança do mercado.

O tomate resiste bem às principais doenças da cultura, tem formato oblongo, cor bem vermelha, excelente sabor e foi desenvolvido para atender às exigências tropicais do país (como variações de temperatura e doenças), à necessidade de transporte de longa distância e ainda a exigências típicas do consumidor (cor vermelha, sabor acentuado, formato).



O produto pode ser cultivado o ano todo e tem ciclo de 95 dias no verão e 115 dias no inverno. Em condições favoráveis e com bom desenvolvimento da planta, pode alcançar produtividade superior a 350 caixas/mil pés (15% superior à média de São Paulo).

Vacina mantém rebanhos saudáveis

A vacina Poli-Star, desenvolvida pela Vallée, laboratório 100% nacional, e lançada no fim do ano passado, previne a ação de todas as clostridioses economicamente



importantes. O produto resulta de três anos de pesquisas e foi desenvolvido para as condições brasileiras de clima, geografia e características dos rebanhos.

Os prejuízos causados pelas clostridioses são extremamente elevados e muitas vezes difíceis de recuperar porque uma característica comum a todas elas é a morte dos animais. As perdas são realmente elevadas. Só nos anos 90 uma única clostridiose, o botulismo, provocou a morte de 4,5 milhões de bovinos no país, gerando prejuízos de US$1,5 bilhão, segundo dados levantados por pesquisadores da Unesp, SP, e UFGO, de Goiânia.

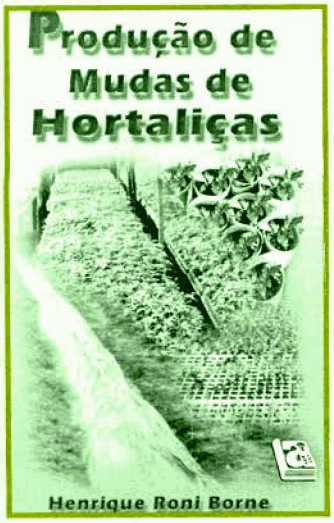
Livro descreve tecnologias para horticultura

Já está à venda a primeira edição da obra *Produção de mudas de hortaliças*, de Henrique Roni Borne.

Segundo o autor, o ponto de partida para que a atividade orelícola tenha sucesso e seja de-

senvolvida com eficiência é a produção adequada da muda, o que não ocorre em muitas propriedades. Borne é engenheiro agrônomo e trabalha como extensionista na Emater do Rio Grande do Sul.

Pedidos à Livraria e Editora Agropecuária pelo telefone (51) 480-3030 ou pelo fax (51) 480-3309.



Café ganha herbicida específico

Cafeicultores que já vêm sendo beneficiados com o uso do Roundup no sistema de plantio direto têm agora uma nova técnica desenvolvida por engenheiros agrônomos da Monsanto do Brasil, o Roundup Multiação. Desenvolvido especificamente para a cultura cafeeira, o novo herbicida é superior ao produto original no controle de folhas largas e estreitas.

As vantagens do sistema plantio direto sobre o convencional são muitas, pois a cobertura morta criada com a aplicação do herbicida antes do plantio protege o solo contra a erosão, o enterrio de mudas em razão do assoreamento e prolonga o controle do mato – a sementeira demora mais para sair –, o que evita o uso da enxada quando a muda cresce e, conseqüentemente, ferimentos em seu tronco, assim como cortes em suas radicelas.

Além da eliminação das roçadeiras, as duas etapas mais caras e demoradas do controle das ervas daninhas são eliminadas. O ganho chega a US$277 por hectare. O sistema também conserva o solo mais úmido e mantém sua temperatura mais amena, favorecendo o desenvolvimento das mudas.

Segundo os consultores técnicos da Monsanto, os agricultores devem preparar a terra com aração e gradagem para descompactar e nivelar o solo. Em seguida, fazer o sulcamento ou a abertura de covas e aplicar os fertilizantes e corretivos.

Após o fechamento dos sulcos, recomenda-se que esperem de 30 a 60 dias para a germinação das plantas daninhas. Quando atingirem de 30 a 50 centímetros, podem aplicar o produto. De três a cinco dias depois o terreno estará pronto para o plantio do café.

Novo híbrido tem aprovação de cebolicultores

O híbrido de cebola Mercedes está ajudando a manter na atividade econômica cebolicultores desanimados com a baixa produtividade e a concorrência externa.

O produto também vem tendo aceitação no Sul do país entre produtores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dois estados que se destacam na produção de cebola.

O híbrido Mercedes desenvolve uma casca grossa e de cor amarelo-dourada, firme e com várias camadas, que a torna superior à cebola argentina.

Produz bulbos uniformes, de formato globular e de tamanho médio e grande. É resistente à raiz rosada, doença causada pelo fungo de solo *Phoma terrestres*, o que permite que sejam aproveitadas as áreas antes desativadas devido à infestação pelo fungo.

De formato ereto e cerosas, as folhas facilitam a irrigação e o melhor controle de patógenos, como fungos e bactérias. Além disso têm um sistema radicular forte e agressivo, com raízes fortes e numerosas, que permitem melhor absorção de nutrientes e água e por conseqüência facilitam o maior adensamento de plantas no cultivo. Uma característica importante é a ausência de pendoamento ou florescimento, responsável em 1999 por 25% das perdas nas lavouras.

O produto é comercializado no Brasil pela Petoseed.



Repolho pode ser plantado em pleno verão

Os produtores de repolho que há alguns anos tinham grande dificuldade em cultivar a hortaliça no verão agora já têm disponível o híbrido Satumo, da Asgrow, que pode ser plantado o ano todo em qualquer região do Brasil. De ciclo precoce (80 a 85 dias), o repolho tem bom desempenho na época das águas pela tolerância a doenças como *Xathomonas campestris* e *Fusarium*, que são limitadores da cultura e provocadas principalmente por alta umidade e temperaturas elevadas.



As cabeças do produto são compactas, uniformes, resistentes ao rachamento e ideais para transporte a longas distâncias. As sementes podem ser encontradas nos distribuidores Asgrow em pacotes com duas mil unidades ou latas com 25 mil.

Suínos ganham antibiótico em nova versão

A Schering-Plough Veterinária anuncia o seu Nuflor Premix em pó para o tratamento de suínos. O produto é um potente antibiótico à base de florfenicol e tem ampla margem de atuação em bactérias gram-positivas e gram-negativas. Por isso é indicado para problemas respiratórios e intestinais dos suínos.



A nova versão é uma extensão de uso e nova apresentação do Nuflor injetável, que foi lançado para bovinos em 1997.

Com este lançamento a Schering-Plough amplia sua participação no mercado veterinário, produzindo antibióticos, antiparasitários, antiinflamatórios e produtos para terapia de apoio. O produto é vendido em sacos de 10kg.

ABRE aspas:

A comitiva brasileira não acalentava grandes ilusões sobre a reunião de Seattle, que deveria abrir as negociações da Rodada do Milênio mas acabou atropelada por manifestações de organizações não-governamentais, estimuladas pelo próprio governo norte-americano antes de perder o controle e mostrar que a Organização Mundial do Comércio perdeu o ano, no que diz respeito às negociações multilaterais na área agrícola. Esse, o saldo apurado pelo ministro da Agricultura, Marcos Vinícius Pratini de Moraes, que aposta nas negociações bilaterais e nos acordos sanitários como saída para o agronegócio brasileiro. Ainda no balanço de Seattle, ele revê posições, afirma que é preciso repensar o Mercosul e, se os norte-americanos estiverem dispostos a proporcionar certas aberturas, declara-se pronto a partir para uma negociação com os Estados Unidos e antecipar o Nafta. Ao mesmo tempo, ameaça com retaliação os países, principalmente europeus, que impuserem restrições ou o acesso a mercados. O Brasil, afirma, não será apenas exportador de commodities, *mas também de produtos com valor agregado.*

Ano perdido

POR BETH FERNANDES



Pratini de Moraes: não brincaremos

❑ *O fracasso do que se esperava viesse a ser o início das negociações da Rodada do Milênio surpreendeu. Qual era o estado de espírito da comitiva brasileira ao embarcar para os EUA?*

— Nunca alimentamos grandes ilusões sobre a eficácia de negociações multilaterais na área da agricultura. Saímos com nosso programa, prioridades, uma ação articulada, mas sem ilusões. Verificamos, logo de saída, que na área agrícola tínhamos problemas insuperáveis – nós, posições muito firmes contra a multifuncionalidade, e a comunidade européia extremamente firme. Fiz um discurso dizendo que era inaceitável manter os atuais programas de incentivo à agricultura, porque poderia ser um guarda-chuva, um cheque em branco aos europeus.

A reunião serviu para deixarmos claro que o Brasil, de agora em diante, só vai importar produto agrícola de país que permitir reciprocidade. Também, para afirmar que nossa estratégia de negociação para produtos do agronegócio tem que dar prioridade às negociações bilaterais e aos acordos sanitários. É o tomalá-dá-cá e não brincaremos.

❑ *O* Jornal do Brasil *publicou que o Brasil começa a mudar de postura como importador de alimentos e que o sr. quer mais rigor...*

— É isso mesmo. Agora só vamos permitir a importação estabelecendo por onde pode entrar o produto, de forma a melhorar os mecanismos de fiscalização e inspeção. As próximas liberações serão restritas à entrada apenas por um ou dois portos, que terão pessoal treinado, equipamento. Isso criará uma disciplina com o objetivo de assegurar ao consumidor produtos de melhor qualidade.

❑ *A reunião de Seattle propunha-se a ser o palco das decisões sobre a agenda da Rodada do Milênio, que deveria durar três anos. Como fica, agora, o calendário?*

— Na verdade, a reunião não foi encerrada, ficou inconclusa e prossegue em Genebra, ainda não sabemos quando. Mas não tenho dúvidas de que este ano é praticamente perdido para as negociações multilaterais, principalmente no que diz respeito à agricultura. Não acredito que vá acontecer nada, no curto prazo, que mude este cenário.

❑ *O pífio resultado de Seattle atropelou os planos de diversos setores econômicos brasileiros. O sr. poderia nos indicar, além da agropecuária, outros ramos para os quais foram especialmente daninhos os acontecimentos?*

— Eu não sei se dá para dizer que o setor agropecuário brasileiro foi prejudicado, porque na medida em que se prosseguir nas negociações bilaterais, e com nosso esforço de melhoria fitozoossanitária, vamos chegar aos nossos objetivos. Seria mais fácil se houvesse abertura, mas se não for possível ser obtida em nível global, que o seja em nível bilateral.

❑ *No caso da agropecuária, o que se viu foi o endurecimento das posições protecionistas, o que torna o cenário do comércio*

exterior muito mais difícil. Como o Ministério das Relações Exteriores poderá contribuir nesse quadro?

— Temos trabalhado em estreita articulação com o Itamaraty. Inclusive as embaixadas nos vêm ajudando – agora mesmo estamos trabalhando com as embaixadas em Bruxelas (União Européia), Pequim, Washington, em temas bilaterais específicos. É uma posição de governo, embora haja quem dissesse, em determinado momento, que não o era.

❑ *A manifestação das ONGs, em Seattle, parece ter surpreendido a todos. O Itamaraty tinha alguma informação a respeito?*

— Acho que o governo americano quis dar demonstração de democracia, só que Seattle não teve como organizar as manifestações e o que seria pacífico se transformou numa grande baderna.

❑ *O sr. concorda, então, com a versão segundo a qual a manifestação foi orquestrada pelo próprio governo norte-americano que acabou perdendo o controle?*

— O que aconteceu foi isso, o governo estimulou, mas a cidade não soube coordenar. A coisa foi muito maior do que esperavam. Ficou muito ruim para a OMC, porque mostrou que a reunião não teve preparo; ficou ruim para os norte-americanos, porque a presidente era dos EUA e foi preciso chamar a guarda nacional.

❑ *O governador do Rio Grande do Sul afirmou que as manifestações "mostram que o modelo neoliberal está esgotado". Isso faz sentido?*

— Eu não sei o que é modelo neoliberal. Acho que rótulos se podem colocar para qualquer coisa, mas sou um pragmático: não fico discutindo rótulos. Entendo que o multilateralismo e a OMC sofreram um golpe muito grande e agora vamos ter que partir para outras soluções.

❑ *Há, ainda, a interpretação de que as manifestações foram em defesa dos interesses dos excluídos pela globalização.*

— O que quer dizer globalização? Acho que o Brasil não pode abrir mais a sua economia; já abriu atrasado, abriu demais e agora tem que abrir mercado. Globalização não existe. O que existe, neste século, é a revolução da tecnologia da informação, que gerou uma série de mudanças radicais nos sistemas e nas funções produtivas. Primeiro, estimulou um brutal crescimento na produtividade da agricultura; segundo, inovou brutalmente todos os mecanismos de logística de toda atividade produtiva; terceiro, criou todo um setor de serviços, o de informática, que é o grande gerador de empregos e de tecnologia, inclusive no Brasil; e, finalmente, modificou muito os mecanismos de comércio interno e internacional. Proporcionou uma grande redução dos estoques, o *just in time*; uma verdadeira revolução nos sistemas de correio, outra revolução nos sistemas de transportes; e, ainda, uma mudança radical nos sistemas de compras, agora por computador, e outra no sistema de pagamentos. O que quer dizer isso? Uma brutal redução nos custos. Isso quer dizer que mudou o mundo e não se pode ser contra. O problema é que muitos governantes não têm sabido usar a tecnologia da informação em benefício do povo. O Brasil deu uma demonstração de que não soube usar com aquela lei de informática que nos atrasou pelo menos 10 anos. Acabamos pagando um preço altíssimo e essa foi uma das razões que nos forçou a uma abertura muito maior e com muito mais velocidade.

❑ *Quais as principais lições de Seattle?*

— A primeira é que multilateralismo na agricultura não funciona; segundo, a OMC precisa ser reformulada; e terceiro, precisamos defender nossos interesses cada vez mais no nível setorial, de produto e bilateral. Isso também envolve negociações entre blocos. Outra das lições de Seattle é que vamos ter que repensar o Mercosul e partir para uma negociação com os Estados Unidos. Se os norte-americanos estiverem dispostos a nos proporcionar certas aberturas, por que não antecipar o Nafta?

Os europeus mandam ONGs para cá estudar a pobreza do Nordeste; minha sugestão é que mandem uma para estudar os efeitos dos subsídios agrícolas europeus para o açúcar, que são uma das causas da miséria do Nordeste. É uma postura hipócrita.

❑ *A Europa já deixou claro que não concorda em rever seus sistemas de proteção à agricultura. Ou seja, isso só ocorrerá em troca de muitas concessões. O sr. continua acreditando estar correta a estratégia brasileira em impor aos europeus a idéia da abertura de mercados?*

— Vai ser difícil a Europa vender aqui. Eu não me surpreenderia se daqui a pouco alguns produtos importados de lá forem excluídos da nossa pauta.

❑ *Outra questão levantada em Seattle foi a do trabalho infantil.*

— Algumas proposições não podemos aceitar, porque o Brasil é um país em desenvolvimento que ainda apresenta grandes distorções, mas que são muito menores do que eram há cinco anos e que daqui a 10 anos serão menores ainda. O que não se pode pretender é usar os parâmetros europeus. Eu diria o seguinte: os europeus mandam ONGs para cá estudar a pobreza do Nordeste; a minha sugestão é que mandem uma ONG para estudar os efeitos dos subsídios agrícolas europeus para o açúcar, que são uma das causas da miséria do Nordeste. É uma postura hipócrita.

A agricultura brasileira vai ser a maior do mundo em 10 anos e o mundo precisa do agronegócio brasileiro, que não vai ser apenas exportador de *commodities* que eles querem comprar. Podemos vender *commodities*, mas vamos vender também produtos com maior valor agregado e fazer o dever de casa para ter as condições de qualidade e de certificação exigidas pelo mercado mundial. Coisa que eles não têm hoje lá, leia-se a vaca louca, leia-se o problema de dioxina na Bélgica.

❑ *E a questão da rastreabilidade dos produtos?*

— Neste momento, estão em execução, na região da fruticultura irrigada, 800 experimentos de análise da cadeia produtiva de frutas, para dentro de dois anos podermos oferecer um selo de qualidade. No caso da carne, a rastreabilidade é feita através da análise de risco, principalmente quanto à aftosa; estamos fazendo um trabalho muito consistente quanto à peste suína clássica.

O grande desafio que temos hoje é *marketing* e logística. Precisamos desenvolver o *marketing* internacional do agronegócio brasileiro para podermos colocar nossos produtos nas prateleiras dos compradores com preço e qualidade competitivos.

NESTA edição

12 Matéria de capa: Seattle e a OMC

Já naquele tempo...

Alguns precedentes históricos podem explicar os acontecimentos de Seattle, no encontro da OMC

Desafio crescente 14

A substituição do Gatt pela OMC culminou em dificuldades de caráter global

Focos de discussão 15

As negociações convergem para redução de subsídios, acesso a mercados, ajuda interna e exportação

De mãos vazias 18

As propostas de nações em desenvolvimento em Seattle não passam de mera expressão de seus desejos

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Poder emergente 20

As ONGs mostram que é possível fazer política e economia com sensibilidade e valorização das diferenças

Nivaldo T. Manzano

Morte anunciada 23

Era esperado o fracasso da 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Seattle

Fátima Cardoso

Depoimentos

A rodada que virou roubada 26

Tudo foi feito, pensado e dito para influir a favor do Partido Democrata nas eleições de 2000

Ademerval Garcia

A soma dos menores 28

Ante as barreiras impostas pelos países ricos, só resta aos menos desenvolvidos juntar suas forças

Augusto Nardes

Alerta no OMC 28

Com uma história recente de sucesso, o fumo brasileiro ainda precisa marcar posição no mercado internacional

Nestor Jost

Farinha de vários sacos 29

As ONGs de Seattle não eram unânimes em seus objetivos, mas representavam interesses bem diversos

Xico Graziano

Setor maduro 30

O agronegócio paulista/brasileiro estava pronto para dizer a que vinha na reunião de Seattle

João Carlos de Souza Meirelles

O sucesso de Seattle 31

Seattle pode ter contribuído para aumentar a transparência da OMC, o que é um importante ganho

Pedro de Camargo Neto

Além das siglas 32

O lugar da OMC no comércio internacional está acima de crises e questões pontuais

Celso Amorim

Incentivo à luta 34

Os recentes acontecimentos de Seattle reforçaram a certeza de que o setor sucroalcooleiro continuará lutando para ganhar mercados

Paulo Cezar de Freitas Samico

DA redação

Ações agressivas

A surpresa causada pelo inesperado desfecho da III Conferência Ministerial da OMC em Seattle levou alguns a pensar que o tema perderia importância, ao menos no curto prazo. Aqui mesmo na redação de AGROANALYSIS, houve quem num primeiro momento e sob o impacto da notícia do fracasso da reunião defendesse o cancelamento ou o adiamento da edição sobre o tema, há muito programada.

Mas uma segunda reflexão fez ver que a discussão a respeito dos rumos das transações de produtos agroalimentares entre os diversos países continua mais oportuna do que nunca.

A despeito da pouca objetividade das discussões de Seattle e da desorganização que caracterizou o encontro, os países desenvolvidos deixaram bastante claro que não têm intenção de rever a política protecionista que prejudica o interesse do agronegócio dos países em desenvolvimento. Há sim um firme empenho daqueles países em justificar a fantástica soma de US$360 bilhões entre subsídios diretos e indiretos no âmbito da OCDE para a proteção de seus agricultores.

De todo modo, seria equivocado concluir que a pouca ou nenhuma disposição para o diálogo claramente demonstrada pelos países desen-

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Jorge Oscar de Mello Flôres

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Jorge Oscar de Mello Flôres

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Geraldo José Carbone, José Julio de Almeida Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR – Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin

DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Bradesco SA,Banco CCF Brasil SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Ivan Ferreira Garcia (S/A White Martins), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidade SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (BBM SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO – Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – Istvan Karoly Kasznar

volvidos tenha sido completamente prejudicial ao Brasil. Pelo contrário, essa atitude conseguiu mais que a recente ruptura do compromisso norte-americano de alinhamento aos países em desenvolvimento contra a política agrícola européia na Rodada Uruguai. Conseguiu despertar tanto as lideranças brasileiras do agronegócio quanto as autoridades para a urgente necessidade de adotarem uma atitude mais profissional no trato dos interesses nacionais ante o mercado mundial.

É sintomático que o ministro da Agricultura brasileiro tenha declarado, em meados de dezembro, que sua pasta passaria a adotar dois métodos de trabalho. Um seria a política do *toma-lá-dá-cá*, ou seja, comprar apenas dos países que de nós adquirem. O outro, a intensificação dos entendimentos bilaterais ou com blocos de países sobre restrições tarifárias, fitossanitárias e de cotas.

Mais sintomático ainda é que esse mesmo ministério esteja empenhado em criar e liderar, no âmbito do Conselho Nacional de Política Agrícola, o chamado Comitê Milênio. Composto por representantes do governo, do setor privado e da academia, sua função será assessorar os negociadores brasileiros sempre que ocorrer qualquer entrave nas futuras negociações em Genebra.

O agronegócio brasileiro espera ansiosamente pela concretização dessas e de outras medidas que complementem os continuados esforços empresariais para conseguir cada vez mais produtos de qualidade a preços competitivos. Agressivas ações políticas serão imprescindíveis, daqui por diante, para aumentar a participação brasileira nas exportações mundiais de alimentos e fibras.

Centro de Estudos Agrícolas – Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estatísticas e Análises Econômicas – Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Empresariais e Financeiros – Ricardo Simonsen

Centro de Estudos de Preços – Paulo Sidney de Melo Cota

Coordenadoria de Projetos – Fernando de Albuquerque

Revista Conjuntura Econômica – Roberto Fendt Jr.

Gerência Administrativa – Fernando de Albuquerque

AGROANALYSIS

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador – Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

Redação – Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores setoriais: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antonio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

Redatores: César Garcia e Adelaide Oliveira.

Arte: Osvaldo Moreira (editor), Ana Elisa Galvão (diagramadora) e Juliana Prado (assistente).

Revisor: Capi.

Colaboradores: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Mário Augusto Rodrigues Martins, Viviane Seda (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação).

Contatos com a redação pelos telefones (21) 559-5621/5622/5623/5624 e fax (21) 559-5616 e 551-4049 ou pelos e-mails regis@fgv.br e cgarcia@fgv.br

Suporte técnico: Bruno da Silva Júnior.

Estagiários: Leonardo Miceli, Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia.

Secretaria e apoio administrativo: Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique@fgv.br

Representantes comerciais: **Rio** – Milla de Souza: telefax: (21) 524-0366, 533-3121 e e-mail: triunvirato@openlink.com.br; **Brasília** – Belmira Neves: tel.: (61) 225-0275; **São Paulo** – Nilson Trivelli: tel.: (11) 3061-9754, fax: (11) 3063-2126 e e-mail: mixmidia @ uol.com.br; **Rio Grande do Sul** – Araré Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

Circulação – Editora FGV: Elsa Maria Saboia Stephan: (11) 559-5543/5544 e fax 559-5541.

Serviço de Vendas: Editora FGV: Praia de Botafogo, 190, sala 607, CEP 22253-900 ou caixa postal 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-7777.

Livrarias: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

NESTA edição

36 Extra!

Alimentos: Quase metamorfose

Parte das indústrias brasileiras de alimentos é transformada pelos processos de abertura e globalização

Luis Guilherme de Sá, Suzana Borschiver e Adelaide M. S. Antunes

Hortícolas: Modernização necessária 41

O suprimento de hortifrutigranjeiros passa por um processo de modernização e reestrutura seus canais tradicionais

José Honório Accarini, Marcos Aurélio Mazocato, Otávio Gondim Pereira da Costa e Rita de Fátima Alves Luengo

Soja: A união faz a diferença 46

Experiência com a soja mostra que parceria entre pesquisa estatal e iniciativa privada pode desenvolver a pesquisa agropecuária no Brasil

José Francisco Ferraz de Toledo, Dario Minoru Hiromoto e Carlos Alberto Arrabal Arias

48 Conjuntura

Suínos: A carne é forte

Com todo o potencial para fazer crescer o consumo da carne de porco, o produtor brasileiro ainda não despertou para a solução do problema

Irene Raguenet Troccoli

Café: Difícil previsão 50

Mesmo critérios confiáveis de previsão da safra de café podem ser desmentidos por adversidades do clima

Armando Matielli e André L. Matielli

Milho: Mais que ajustado 51

Altos e baixos na produção e ameaça de escassez tornam o milho mais caro no novo ano

Rogério Ferreira de Souza

Feijão: Mercado confuso 52

A comercialização da safra das águas neste início de ano deve continuar lenta devido à fraca demanda

Sandra Hetzel

54 Índice FGV–Abag

56 Oferta & Demanda

57 Estatísticas

62 Tendências

66 Diário de bordo

Visite nossa home page: **http://www.fgv.br**

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte. As cartas dos leitores devem ser remetidas para Agroanalysis – Praia de Botafogo, 190, sala 804, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (21) 551-4049, ou para os e-mails regis@fgv.br, cgarcia@fgv.br ou ainda o fax (021) 559-5616.

Para assinar, ligue grátis: **0800-21-7777.**

Já naquele tempo...

Alguns precedentes históricos podem explicar os acontecimentos de Seattle, no encontro da OMC

LUIZANTONIOPINAZZA
E REGISALIMANDRO

Depois de proteger os agricultores ingleses contra a competição estrangeira durante mais de 200 anos, o Parlamento Britânico aprovou a reforma da legislação do Corn Laws, em 1846. A legislação vetava o acesso dos grãos produzidos fora do país ao mercado doméstico. A reforma foi uma conquista de peso dos comerciantes vitorianos, que vinham há muito batalhando por um comércio mais livre para os bens agrícolas.

Temores infundados

A reforma do Corn Laws contribuiu para o advento da idade de ouro da manufatura e do comércio na Grã-Bretanha entre 1845 e 1875.

Nessa época, o barão Thomas Macaulay, influente historiador e político inglês, observador atento das discussões em torno do Corn Laws, escrevia que "o livre comércio – uma das maiores bênçãos que um governo pode dar ao seu povo – é estranhamente impopular em quase todos os países".

O movimento da reforma enfrentara intransigente oposição dos proprietários de terras. Eles insistiam em manter as importações de grãos, para beneficiar-se dos elevados preços atingidos em decorrência dos embargos de Napoleão. Contudo, foram justamente eles que experimentaram um período de surpreendente prosperidade.

Em vez da temeridade de uma queda súbita de preços com o fim da guerra, a exposição da agricultura inglesa à competição internacional contribuiu grandemente para o aumento de sua produtividade. Novas técnicas agrícolas foram introduzidas, assim como o uso de fertilizantes artificiais. Em 1853, o Royal Agriculture Show exibia os sinais da exuberância do setor, exibindo quase 2 mil implementos.

A estratégia da reforma

Um dos principais responsáveis pela cruzada reformista do Corn Laws foi Richard Cobden,



Contra o protecionismo

Discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 7 de junho de 1865, por José Bonifácio, o Moço*.

"Não sejamos os últimos a trilhar a senda dos progressos econômicos e políticos. O sistema protetor está condenado. Não podemos aceitar o valor que algumas de S. Exas. lhe dão.

Três são os principais argumentos da escola protecionista, posto que todos se possam reduzir a um só: independência nacional, acréscimo da produção e diversidade de desenvolvimento.

Independência! Ser independente do estrangeiro, exclamava um dos membros eminentes da liga contra o Corn Laws da Inglaterra.

Pois bem, contemplemos o estilo de vida de muitos de S. Exas.

Seus cozinheiros são franceses e os criados, suíços.

Resplandecem pérolas nos ornatos de suas mulheres e, sobre as cabeças formosas destas, plumas de terra estranha.

As carnes de suas mesas vêm da Bélgica e os vinhos, do Reno ou do Ródano.

Pousam-lhes as vistas sobre flores vindas da América do Sul e embriagam-nas o olfato as folhas vindas da América do Norte.

Seus cavalos favoritos são de origem árabe e seus cães são da raça São Bernardo.

Enchem-lhes a galeria quadros flamengos e estátuas gregas.

Se querem distrair-se, ouvem cantores italianos ou contemplam dançarinas francesas.

Seus espíritos são um arremedo de contribuições exóticas: a filo-

*Deputado em várias legislaturas, cognominado o Segundo ou o Moço, para diferençar-se do seu tio e homônimo, O Patriarca da Independência. Foi deputado, senador e ministro de Estado. Pelejou nas fileiras do partido monárquico liberal, mas seu liberalismo era avesso a todas as paixões demagógicas.

cujas retórica e visão destacavam as grandes virtudes do comércio para a economia da Grã-Bretanha e dos demais países. Os argumentos convincentes de Cobden ressaltavam que a importação mais barata de grãos gerava benefícios tanto para os industriais quanto para os consumidores. Com isso, engrossava o número de simpatizantes pela reforma.

O momento culminante desse movimento ocorreu quando o primeiro-ministro Robert Peel, do Partido Conservador, abandonou as teses protecionistas, substituindo-as pelos conceitos do livre comércio.

Richard Cobden era também um grande estrategista. Teve a lúcida intuição de perceber que não deveria insistir na redução recíproca das tarifas nas negociações internacionais. Isso poderia criar resistência nos comerciantes estrangeiros por despertar neles a suposição de que o livre comércio era mais intereressante para a Grã-Bretanha do que para eles próprios. Tanto ou mais estratégicos foram seus argumentos anti-Corn Laws, com ênfase no potencial de ganho nacional em decorrência do livre comércio. Os apelos, contudo, teriam de ser dosados, para que não aguçassem internamente o sentimento de xenofobia, sob pena de serem distorcidos por quem se beneficiava do protecionismo na época.

Voltando atrás

Alguns anos após a reforma do Corn Laws, outras nações da Europa ocidental também adotaram políticas mais liberais no comércio de bens agrícolas. Isso abriu caminho para uma era de prosperidade de quase 30 anos, durante a qual a expansão da atividade rural se sustentou no crescimento da demanda urbana de carnes e cereais.

> A reforma do Corn Laws contribuiu para o advento da idade de ouro da manufatura e do comércio na Grã-Bretanha entre 1845 e 1875.

Com a eclosão da guerra entre Alemanha e França, a vitalidade do comércio agrícola na Europa perdeu força, enquanto ascendia a política que Bismarck chamou de "composto de ferro e centeio". Terminava assim o único e curto período da história moderna em que os bens agrícolas haviam convivido num sistema de livre comércio. Tanto a Farm Bill, dos EUA, como a PAC, da UE, ambas do século XX, fugiram de seu caminho original e partiram em sentido oposto, influenciando os acontecimentos de Seattle, no encontro da OMC que pretendia lançar a Rodada do Milênio.

sofia e a poesia vêm da Grécia e Roma, a geometria de Alexandria, a aritmética da Arábia e a religião da Palestina.

Desde o berço afiaram os seus dentes no coral do oceano Índico e depois da morte ornamentará seus túmulos o mármore de Carrara. Oh! Sejamos independentes!

(...)

Por que se dividiu o globo em zonas e climas?

Por que os diversos países produzem frutas diferentes, quando as necessidades do homem são as mesmas?

Por que as terras mais afastadas do mundo se põem em contato por meio desses oceanos imensos, que poderiam ser destinados a desunilas?

Por que tudo isso?

Se não porque o homem depende do homem? Se não para que a partilha das necessidades da vida acompanhasse a extensão e difusão das luzes; se não para que a permuta dos bens e das coisas fosse a troca dos sentimentos benévolos e das idéias elevadas. Se não para que o comércio, levando em uma das mãos a civilização e na outra a paz, fizesse o gênero humano mais feliz, mais sábio e melhor?

Tais foram os decretos d'Aquele que criou e ordenou o mundo, mas os legisladores da terra intervieram com sua arrogância e vaidade insensata e, encadeando o desenvolvimento instrutivo da natureza, substituíram por leis desgraçadas as leis eternas da Providência!

(...)

A favor do livre mercado

Responsável pelo desenvolvimento do conceito da vantagem comparativa, David Ricardo é considerado o segundo grande economista clássico. O primeiro foi Adam Smith.



Quarenta anos antes de Ricardo, Adam Smith enfatizava em sua obra os ganhos do comércio baseados na vantagem absoluta. Em sua ótica, o comércio era, entre outras coisas, o caminho para promover a eficiência. Ele antecipou modernas teorias de crescimento, sob o argumento de que o comércio fomentava a competição e criava oportunidades para a especialização e ganho de escala das economias.

Smith abordava com maior intensidade a importância da vantagem absoluta em relação à comparativa. Essa abordagem levantava as seguintes interrogações: os países são incapazes de produzir todos os bens e serviços? O comércio poderá excluir todos os produtores dos negócios?

Para Ricardo, as respostas para ambas as questões eram negativas. A razão vinha do princípio das vantagens comparativas. Embora Smith entendesse a vantagem comparativa, foi Ricardo quem formalizou o conceito.

Ricardo nasceu em Londres a 19 de abril de 1772. Seguindo os passos de seu pai, acumulou fortuna na London Stock Exchange. Isso lhe permitiu desenvolver uma série de atividades de seu interesse, tais como ciência, matemática e literatura. Em 1799 tomou contato com a obra *The wealth of nations*, de Adam Smith. Seu primeiro livro, *The price of billion*, de 1810, criticava a política inflacionária do Bank of England. Contudo seu principal trabalho foi *Principles of political economy and taxation*, de 1817. Ricardo passou a fazer parte do Parlamento em 1819 e foi uma das vozes mais influentes a favor do livre mercado. Por força de doença, teve de abandonar a vida pública em 1823, no mesmo ano em que faleceu, no dia 11 de setembro, na cidade de Gloucestershire.

Compton's Encyclopaedia, v.20, p.214.

Desafio crescente

A substituição do Gatt pela OMC traçou um itinerário de crescente complexidade que culmina em dificuldades de caráter global

Na história do Gatt sempre rondou o temor de que a complexidade da organização junto com a precaução e timidez de seus membros pudessem estorvar o almejado crescimento do comércio. Desde sua origem, realizaram-se oito rodadas de conversações globais de comércio, cada qual envolvendo mais países e fazendo progredir a liberalização.

Diferenças e progressos

Com a OMC substituindo o Gatt, a entidade ganhou caráter permanente e contou com maiores poderes para arbitrar disputas comerciais. Sob o Gatt, qualquer membro podia obstruir a determinação de barreiras alfandegárias julgadas injustas. Já nos painéis de resolução de disputas da OMC, os países flagrados no mau caminho devem mudar de atitude ou oferecer compensações.

Em apenas três anos, a OMC cuidou de 132 reclamações. Um número formidável. O Gatt, em 47 anos de vida, ouviu 300. Hoje, mais de 30 países, dentre eles China e Rússia, fazem fila para entrar na entidade. Em 1998, o volume de comércio entre seus países membros cresceu 9,5%, três vezes mais rapidamente que a comercialização global.

A globalização se expande no planeta. Paralelamente aumenta a preocupação de muitos países ricos de que o livre comércio com países muito pobres ameace sua prosperidade. Na fase embrionária do Nafta – acordo de livre comércio entre México, EUA e Canadá, selado em 1994 –, muitos norte-americanos imaginavam que haveria perdas para eles e ganhos para os mexicanos. Paira ainda a idéia de que o comércio só é desejável entre países com estruturas selariais semelhantes. Um tumor maligno difícil de extirpar. O Congresso norte-americano ainda não aprovou o *fast-track*, que dá poder ao presidente para negociar tratados comerciais.

Desafios por todos os lados

A OMC avança em assuntos de fronteira. São os casos de temas intrincados como regras antitruste, restrições a investimentos estrangeiros, direitos do trabalhador e proteção do meio ambiente. Seus conteúdos são complexos e controversos

Cronologia da OMC

1947 – Forma-se o Gatt (Acordo Geral de Tarifa e Comércio), com 32 países signatários, no dia 30 de outubro, no Palais des Nations, em Genebra.

1948 – Primeira rodada de negociações em Havana, Cuba, faz com que o Gatt entre em vigor.

1949 – Segunda rodada de negociações em Annecy, França. Acordam-se a redução de cerca de 5 mil tarifas e aceita-se a entrada de 10 países.

1950-51 – Terceira rodada de negociações em Torquay, Grã-Bretanha. Acordam-se 8.700 concessões comerciais e recebem-se quatro novos países.

1956 – Quarta rodada de negociações em Genebra. Decidem-se cortes de tarifas no valor de US$1,3 trilhão a preços de hoje.

1960-62 – Quinta rodada de negociações, proposta pelo subsecretário americano Douglas Dillon e em sua homenagem denominada Dillon, na qual são decididos mais de 4.400 cortes.

1964-67 – Rodada Kennedy, na qual mais de 50 países assinam a redução à metade de muitas tarifas. Separadamente, há acordos *antidumping*.

1973-79 – Rodada Tóquio, com a participação de 99 países. Discute-se pela primeira vez sobre barreiras não tarifárias, tais como subsídios e requisitos para licenciamento. A tarifa média sobre produtos manufaturados nos nove maiores mercados é reduzida de 7% para 4,7%.

1986-93 – Rodada Uruguai. Novas reduções de tarifas industriais, subsídios à exportação, licenças e valor das taxas alfandegárias. Primeiros acordos sobre comércio e serviços e propriedade intelectual.

1995 – Forma-se a Organização Mundial do Comércio, com poderes para resolver disputas entre os membros, em substituição ao Gatt.

1997 – Conclusão dos acordos sobre serviços de telecomunicações, tecnologia de informação e serviços financeiros.

1998 – A OMC conta com 134 membros, e mais de 30 outros esperam ser admitidos.

Fonte: OMC.

Comércio internacional de mercadorias

US$ bilhões

Região	Exportações		Importações	
	Valor	%	Valor	%
Mundo	5.375	100	5.560	100
CE (total)	2.171	40	2.163	39
CE (extra 15)	814	15	801	14
CE (intra 15)*	1.357	25	1.362	24
Nafta	1.015	19	1.279	23
EUA	683	13	945	17
Canadá	214	4	205	4
México	118	2	129	2
Ásia-Pacífico	1.304	24	1.069	19
Japão	388	7	281	5
China	184	3	140	3
Cor/HK-C/TC/AS**	732	14	648	12
América do Sul	150	3	202	4
Mercosul	80	1,5	96	1,7
Brasil	51	0,9	61	1,1

Fonte: *OMC: As regras do comércio internacional e a Rodada do Milênio.* Vera Thorstensen, edição Aduaneiras, 1999.

*CE – Comunidade Européia.

** Coréia, Hong Kong, China, Taipé Chinesa e Asean.

Países envolvidos em disputas comerciais na OMC

			Com países em desenvolvimento	
Envolvidos	Como consultante	Como consultado	Como consultante	Como consultado
EUA	60	37	22	14
UE	46	28	20	11
Japão	7	12	3	0
Países em desenvolvimento	43	59	–	–

Fonte: OMC.

porque se intrometem na política interna dos governos. Buscar corrigir políticas distorcivas de comércio e evitar infrações contra soberanias nacionais é como caminhar sobre uma lâmina.

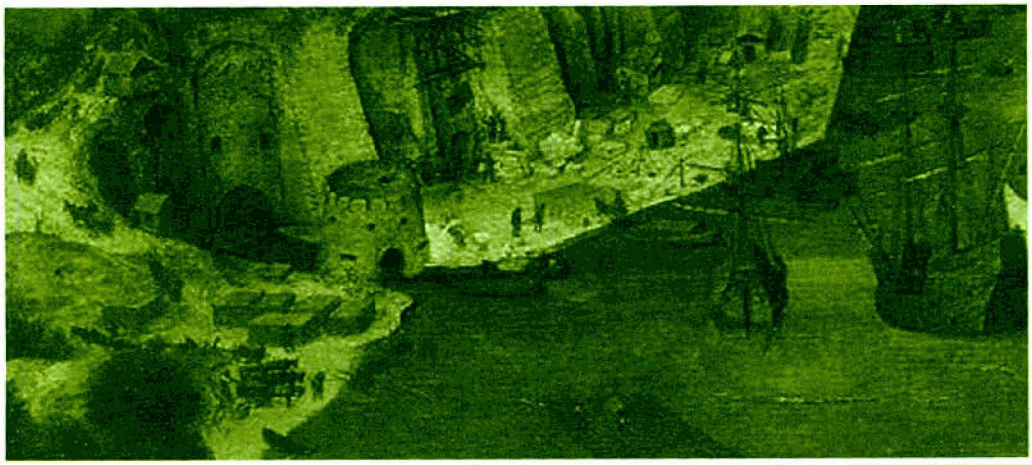
Os desafios ainda não se esgotaram. A proliferação dos acordos comerciais regionais é mais uma ameaça: em 1990, havia pouco mais de 25; hoje, já são mais de 90, incluindo a UE, o Nafta na América do Norte, a Asean na Ásia e o Mercosul na América Latina.

No primeiro semestre deste ano, 34 países das Américas lançaram uma iniciativa para liberar o comércio entre si até 2005. Para correr na frente, a UE força a formação de parceria econômica bilateral com os EUA.

A consolidação dos acordos regionais é um perigo para a liberalização do comércio global; cada país importa e exporta de um membro de seu bloco econômico. O fornecedor mais barato fora da região não consegue concorrer. Com o tempo, surgem barreiras entre os blocos, inviabilizando a criação de regras mais globais. **(L.A.P.** e **R.A.)**

Focos de discussão

As negociações agrícolas convergem para redução de subsídios, acesso a mercados, ajuda interna e exportação



As normas do Gatt eram carregadas de generalizações para o leque de produtos agropecuários. Até 1995 elas foram ineficazes para regular o fluxo das exportações e importações. Sem instrumentos cerceadores, a concessão de subsídios e a imposição de tarifas protecionistas grassavam nas transações internacionais.

Nesse sentido, a Rodada Uruguai trouxe uma contribuição importante para fazer reverter a situação crônica e anômala do comércio. No acordo sobre agricultura, os países aceitaram reduzir os subsídios às exportações e à produção doméstica, bem como reduzir os obstáculos às importações. Isso abriu uma nova perspectiva para as conversações multilate-

Rodada Uruguai: acordo sobre agricultura

em %

Item	*Países desenvolvidos*	*Países em desenvolvimento*
Tarifas		
Redução média geral	-36	-24
Redução mínima por produto	-15	-10
Ajuda interna		
Redução geral	-20	-13
Exportações		
Valor dos subsídios	-36	-24
Quantidade subsidiada	-21	-14

Obs.: Os países desenvolvidos não temeram assumir os compromissos de reduzir tarifas e subsídios, já que o ponto de comparação foi de setembro 1986, quando teve início a Rodada, e os valores dessas políticas estavam em seus níveis mais elevados.

Produtos agrícolas: participação % nos subsídios mundiais totais às exportações

Participante	*%*
União Européia	75
EUA	5
Polônia	4
México	4
Canadá	3
Suíça	3
Brasil	1
Colômbia	2
Hungria	2
Austrália	1
Nova Zelândia	1
Total	100

Fonte: OMC.

rais dos negócios.

Fruto do acerto da Rodada Uruguai ou não, o fato é que as estatísticas da OMC revelam resultados interessantes no período de 1993 a 1998. Enquanto o comércio agropecuário cresceu US$100 milhões, as exportações dos países em desenvolvimento registraram expansão significativa: aumentaram de US$120 milhões para US$167 milhões. A participação desses países no comércio global evoluiu de 40,1% para 42,4%. Resta aguardar mais algum tempo para saber se é uma nova tendência ou oscilação passageira.

Mesmo perdendo de longe para o fluxo de bens e serviços de outros setores econômicos, é na agricultura que permanecem concentradas as barreiras protecionistas e de práticas de subsídios. Pelos registros de 1998, o comércio mundial de produtos agrícolas movimentou US$553 bilhões, cerca de 10,5% do total.

Estranhamente, num mundo de avanço tecnológico da produção agropecuária e de menor risco para a segurança alimentar, essas políticas não parecem chegar ao ocaso. Será que ainda há espaço para chantagem alimentar no mundo, a tal ponto de os países não quererem abrir mão de sua segurança?

Pontos de referência

Em que pese às dificuldades para estabelecer a Rodada do Milênio, as negociações da agricultura prosseguirão convergindo para três pontos básicos:

1. *Redução de subsídios* – A respeito dessa questão, há consenso sobre o que fazer mas não sobre o modo de fazê-lo. Os países agroexportadores pensam que o principal objetivo das negociações deveria estar centralizado em submeter o comércio de produtos agrícolas às normas e disciplinas similares às de outros bens. Por sua vez, algumas nações remetem essa argumentação a outras preocupações, tais como a multifuncionalidade.

2. *Acesso a mercados* – Atualmente pode-se afirmar que a aplicação de tarifas constitui o principal instrumento de proteção dos países contra a importação de produtos agropecuários. Em alguns casos, o elevado pico tarifário praticamente elimina qualquer possibilidade de acesso a mercados. As ne-

Mundo: comércio de produtos agrícolas

US$ bilhões

Principais exportadores			*Principais importadores*		
País	*Valor*	*%*	*País*	*Valor*	*%*
1.Estados Unidos	69,84	12,60	1.Estado Unidos	62,40	10,60
2.França	41,06	7,40	2.Japão	56,59	9,60
3.Holanda	34,74	6,30	3.Alemanha	48,89	8,30
4.Canadá	29,64	5,40	4.Reino Unido	35,29	6,00
5.Alemanha	20,53	5,40	5.França	33,18	5,60
6.Bélgica/Luxemburgo	19,49	3,70	6.Itália	32,06	5,40
7.Reino Unido	17,47	3,50	7.Holanda	21,22	3,60
8.Espanha	17,08	3,20	8.Bélgica/Luxemburgo	20,45	3,50
9.Itália	17,97	3,10	9.Espanha	18,12	3,10
10.Brasil	17,07	3,10	10.Rússia	14,50	2,50
11.Austrália	14,97	2,70	11.Canadá	13,90	2,40
12.China	14,31	2,60	12.Hong Kong	12,70	2,20
13.Argentina	13,51	2,40	13.China	12,61	2,10
14.Dinamarca	12,12	2,20	14.México	9,57	1,60
15.Tailândia	11,46	2,10	15. Coréia	9,31	1,60

Fonte: OMC. Excluídos produtos como calçados, papel e celulose e alguns processados.

Mundo: variação do comércio

Produtos agrícolas

Período	*Variação %*
1980-85	-2
1985-90	9
1990-98	4
1996	3
1997	-2
1998	-5

Fonte: OMC. *Informe Anual*, 1999.

gociações caminharão no sentido de estabelecer limites mínimos de acesso a mercados e à forma da sua administração (acordos bilaterais, fixação de cotas, cumprimento de metas etc.).

3. *Ajuda interna e exportação* – Na terminologia da OMC, os subsídios são identificados através de cores associadas a caixas, numa analogia à simbologia de um semáforo: *verde* (permitidos), *amarela* (devem ser reduzidos) e *vermelha* (proibidos). Como seria de esperar, na agricultura há alguma complicação adicional. No acordo agrícola não existe a cor vermelha, mas a azul para determinados produtos de países em desenvolvimento.

A caixa verde corresponde a gastos com pesquisas, extensão, estoque de segurança, fundos de sinistro, ecologia, dentre outros, que afetam minimamente o comércio. A caixa azul significa despesas de exceção, como pagamento para a redução de área, produção etc. E a caixa amarela, dispêndios com subsídios que distorcem a produção e o comércio.

A ótica da multifuncionalidade

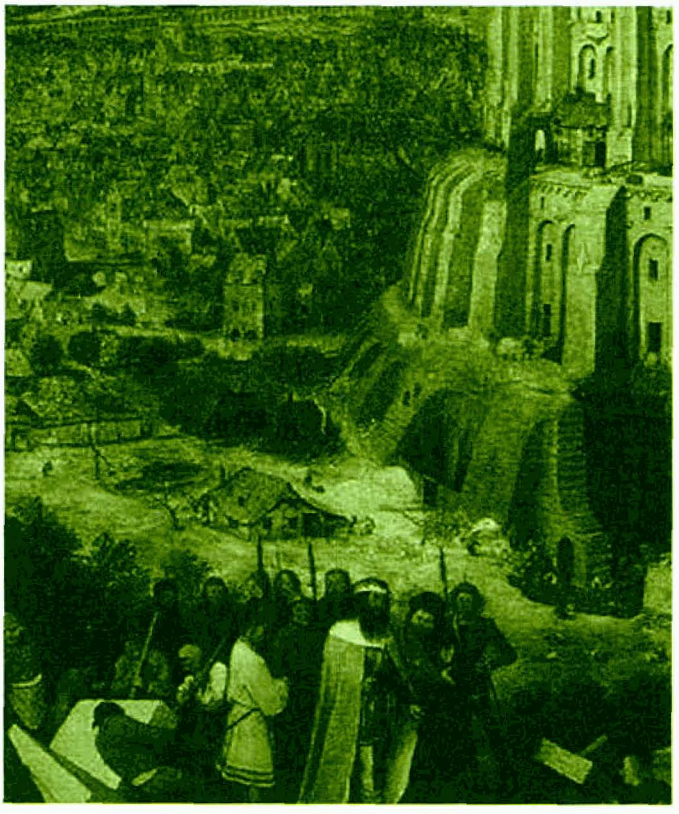
O acordo sobre agricultura da Rodada Uruguai contém disposições relativas a preocupações importantes e não comerciais ligadas a segurança alimentar, respeito ao meio ambiente e processos de reconversão produtiva do desenvolvimento rural. Essa lista, evidentemente, pode ser ampliada ou reduzida segundo a imaginação e o interesse de cada um.

A grande maioria dos países defende a tese de que a agricultura não serve apenas para produzir alimentos e fibras. Ela cumpre outras funções onde se incluem objetivos não comerciais. Isso deu origem ao entendimento do seu papel multifuncional, com prioridade para quesitos qualitativos, além dos produtivos. A questão debatida na OMC contudo diz respeito a se os subsídios para o setor cumprir suas múltiplas funções provocam ou não distorções no comércio.

O critério utilizado para considerar permitidos alguns subsídios – os da caixa verde – parte do pressuposto de que esses subsídios não afetam os preços nem estimulam a produção agrícola. Dessa caixa fazem parte os programas de pagamentos diretos, meio ambiente, assistência para reajuste produtivo etc. São investimentos importantes para sustentar um estilo de vida, a manutenção do homem no campo, de geopolítica ocupacional e outras metas não comerciais. Apesar de amplamente discutidas nas negociações da Rodada Uruguai, as disposições incluídas no acordo são insuficientes para tratar assuntos mais específicos e desligados de aspectos comerciais.

Questões que puxam outras

Continuamos longe de uma conclusão – se é que ela será possível algum dia. O problema é que muitas das preocupações não exatamente comerciais acabam afetando a produção e, por conseqüência, os preços e a renda nos diversos países, quase sempre de modo não homogêneo. Para combater a erosão, por exemplo, recomenda-se a orizicultura. A natureza da sugestão é simplesmente de viabilidade técnica. Não obstante, será que ela não trará implicações de oferta, demanda e formação do preço do produto num mercado cada vez mais globalizado e integrado?



Fruto do acerto da Rodada Uruguai ou não, as estatísticas da OMC revelam que no período de 1993 a 1998, enquanto o comércio agropecuário cresceu US$100 milhões, as exportações dos países em desenvolvimento cresceram de US$120 milhões para US$167 milhões.

É óbvia a reação de ceticismo dos países agroexportadores diante do conceito da multifuncionalidade. Em outras atividades econômicas essa argumentação igualmente prevalece como regra. A OMC analogamente deve estendê-la à esfera das negociações de indústria e serviços. Nesse aspecto em particular, a agricultura não constitui uma exceção na mesa de negociação.

O que se deduz de tudo isso é que o caráter protecionista das políticas agrícolas não é exclusivo e revela mesmo uma história de onipresença. Além disso, essas políticas estão atadas a comportamentos passionais e interessados. Cada geração encontra motivos para proteger o setor rural. No século XIX, o argumento dos países europeus apoiava-se na impossibilidade de competir em preço com o trigo dos EUA e da Austrália. Nos anos 30 do século XX, a defesa do protecionismo passou a fundamentar-se na necessidade de assistência à pobreza rural. Depois da II Guerra Mundial, chegou a vez da segurança alimentar, com o objetivo de erradicar a fome e a subnutrição. E entramos no terceiro milênio discutindo o papel da multifuncionalidade. (**L.A.P.** e **R.A.**)

De mãos vazias

As numerosas propostas de nações em desenvolvimento em Seattle até agora não passam de mera expressão de seus desejos

E-mail: pinazza@agroceres.com.br

**Junto com os EUA, o Grupo de Cairns promove mais de 35% do comércio agrícola mundial. Os atuais membros são África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Fiji, Filipinas, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Uruguai, Tailândia e Paraguai. O número de países será ampliado de 15 para 18, com a adesão de Bolívia, Costa Rica e Guatemala, um bloco que apresenta proposta comum no confronto com a posição protecionista da UE, Japão, Coréia do Sul, Suíça e Noruega.*

Na hipótese de ocorrer um corte de 40% na proteção do comércio internacional, os benefícios globais serão de quase US$500 bilhões por volta de 2005, conforme os estudos projetados pelo Banco Mundial. A maior parte dessa contribuição virá da liberalização do setor de serviços. Se o consenso sobre o significado positivo desse resultado é amplo e irrestrito porém, é muito pouco plausível que ele venha a tornar-se realidade.

Esperanças e angústias

Não é meramente casual que metade das 250 propostas dirigidas à terceira reunião ministerial da OMC, realizada em Seattle em novembro último, tenha sido apresentada pelas nações em desenvolvimento. Elas expressam o desejo de avançar para uma negociação mais ampla e abrangente, defender seus interesses e participar crescentemente da geração de riqueza em uma economia mundial cada vez mais integrada.

Em Seattle estavam depositadas as esperanças e também a angústia de milhares de pessoas. A missão era lançar e organizar a chamada Rodada do Milênio. Para tanto, as diferenças abissais existentes entre os 134 países membros da organização teriam de estar relativamente aparadas. Uma tarefa dantesca a ser cumprida por cinco grupos diferentes de ministros e funcionários de vários países no curto espaço de tempo de 28 de novembro a 3 de dezembro.

Sobravam razões para um clima de incerteza em torno do encontro. A principal advinha do vão esforço de embaixadores de 14 nações e grupos de nações mais relevantes de formular um novo mandato para negociação. Esse trabalho consumiu dois meses de intensa ati-

Ganhos potenciais com a rodada de Seattle em 2005

Resultados globais estimados após cortes de 40% em:

- subsídios agrícolas e apoio doméstico: US$69,3 bilhões;
- tarifas industriais e produtos minerais: US$69,6 bilhões;
- serviços empresariais, financeiros e de construção: US$ 21,6 bilhões;
- serviços comerciais e de transporte público: US$ 332,6 bilhões.

Fonte: Agriculture & Non Agriculture Liberalization in Millennium Round. *World Bank, 1999.*

Cenários para o Brasil

Bom:

- abertura irrestrita na agricultura, com eliminação de subsídios à exportação e de medidas de apoio interno aos produtores.

Regular:

- decisões parciais nos setores de agricultura, serviços e propriedade intelectual, acompanhadas de agenda mais ambiciosa para a quarta reunião ministerial da OMC em meados de 2001.

Ruim:

- barganha entre EUA e UE. Os primeiros resistem em negociar os temas investimentos e concorrência, enquanto a segunda aceita reduzir a abrangência da questão agrícola.

Os personagens da negociação

Ali Mchumbo, presidente do Conselho Geral da OMC; Celso Amorim, embaixador do Brasil na OMC; Charlene Barschefsky, secretária de Comércio Exterior; Cristian Sauter, ministro de Relações Exteriores da França; Dam Glickmann, secretário da Agricultura dos EUA; Frans Fischler, ministro da Agricutlura da UE; George Yeo, coordenador do Grupo de Negociação Agrícola e ministro de Cingapura; Hubert Vedrine, ministro de Economia da França; José Alfredo Graça Lima, subsecretário de Integração, Assuntos Econômicos e de Comércio Exterior; Luiz Felipe Lampreia, ministro das Relações Exteriores do Brasil; Mike Moore, diretor-geral da OMC e ex-primeiro-ministro da Nova Zelândia; Miguel Rodrigues Mendoza, diretor adjunto da OMC, representante da América Latina e do Caribe, ex-ministro de Comércio da Venezuela; Pascal Lamy, comissário europeu para o Comércio; Pratini de Moraes, ministro da Agricultura do Brasil; Rita Hayes, embaixadora dos Estados Unidos na OMC; Rolf Timans, embaixador da UE no Brasil; Willian Daley, secretário de Comércio dos Estados Unidos.

As principais mazelas em jogo

- Agricultura – UE, Japão, Suíça, Noruega e Coréia defendem a dis-

vidade em Genebra. A versão cobria os temas de acesso a mercados, apoio doméstico e regras na concessão de subsídios.

A regra quebrada

Levar em conta aspectos não comerciais e conceder tratamento especial e diferenciado a países em desenvolvimento deveria ser uma regra em toda negociação. No entanto a única menção a preocupações não comerciais ficou vinculada ao objetivo de "estabelecer um sistema agrícola de comércio internacional justo e orientado ao mercado". A proposta mantinha o cronograma do Grupo de Cairns*:

- 31 de julho de 2001 – apresentação de propostas de como cada país assumirá compromissos, como por exemplo o de reduzir certo volume de subsídios;
- 31 de janeiro de 2002 – submeter a lista completa de ofertas de liberalização;
- 15 de dezembro – conclusão.

Ou seja, as chances de sucesso da rodada estavam, *a priori*, na formulação de uma agenda bem abrangente, onde estivessem incluídos os temas ligados à agricultura e aos serviços já apontados, além daqueles tradicionais como acesso a mercado, *antidumping*, subsídios e transparência da OMC com outras organizações internacionais.

Incertezas e novas práticas

O fato não é inédito. Um clima carregado sempre esteve presente na história das negociações da OMC. As recaídas acontecem. Os esforços para o lançamento de uma rodada em 1982 não vingaram. Em 1986, na Rodada Uruguai, por um triz não foi tudo ladeira abaixo.

Não obstante, é incontestável o espaço e a notoriedade conquistados pela Organização ao longo das décadas de pós-guerra. As rodadas anteriores revelam avanços e a incorporação de temas até então considerados impossíveis. Muitos paradigmas foram quebrados.

Da teoria à prática, a entidade traduz o esforço de estabelecer a lei das relações comerciais internacionais, eclipsando ações tirânicas e arbitrárias do mundo da competição selvagem. No Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) os painéis são instalados ininterruptamente para administrar os conflitos provocados por medidas protecionistas.

Os temas variam desde propriedade intelectual a medidas *antidumping*, passando por cotas, tarifas etc. É como uma doença propagada por toda parte: todos os países defendem com alguma artimanha sua economia.

Soberanias nacionais

Mesmo assim, a OMC está longe de ser uma ampla unanimidade. As pesquisas de opinião pública encetadas recentemente na União Européia e nos Estados Unidos identificaram uma preocupação em torno do processo de globalização. Com 450 funcionários e considerada atuante no comércio internacional com poder legislativo e judiciário, a OMC desperta protestos porque é vista como o principal instrumento desse processo.

Se o encontro de Seattle frustrou a composição da agenda da Rodada do Milênio com um desfecho inconclusivo, o movimento de reafirmação das soberanias nacionais saiu fortalecido. Os sindicatos e as organizações ambientais e cívicas que defenderam essas questões ganharam poder e influência. O processo sofreu uma pausa, mas não uma ruptura, como bem definiu o ministro Lampreia.

As baterias se voltam outra vez para Genebra, onde os trabalhos se concentrarão em uma agenda mais estreita sobre a redução dos subsídios à agricultura e normas liberalizantes para serviços. Os dois temas já tiveram mandato de negociação estabelecido em 1994, em Marrakesh.

O risco de retrocesso perdura enquanto a Rodada Uruguai não for digerida pelos países em desenvolvimento e as vantagens dessa liberalização forem pouco perceptíveis. Nessa situação, o lançamento de negociações complexas como a da Rodada do Milênio será prematuro.

Pressões à vista

O lançamento da rodada no ano 2000 seria uma pressuposição bem otimista. Os EUA vivem em clima de eleição presidencial e as opiniões contra a globalização com influência nas urnas serão ouvidas.

O Congresso norte-americano provavelmente estará mais generoso na distribuição de recursos para a agricultura. Por sua vez, os EUA e a UE continuam dividindo rancores na questão das bananas e na dos hormônios para carne bovina. As ONGs e os sindicatos, entre outros ativistas, exercerão crescente e constante pressão nos rumos da OMC.

(L.A.P. e R.A.)

cussão de aspectos não comerciais ligados à multifuncionalidade da agricultura, proteção e qualidade dos alimentos. Os EUA e o Grupo de Cairns pressionam o fim dos subsídios para exportação e forçam o enquadramento da agricultura nas mesmas regras das mercadorias.

- *Antidumping* – Reabertura da negociação. EUA e Argentina são contrários, mas Brasil, Japão, México e grande número de países são a favor.
- Têxteis – Os EUA são contra e a UE aceita antecipar de 2002 para 2000 a liberalização da terceira fase (aumento na cota em 25%). A favor estão Índia, Egito e Bangladesh.
- Normas sociais e ambientais – Na OMC já existe comitê de trabalho sobre normas ambientais. Com relação a padrões de trabalho, a resistência é grande nos países em desenvolvimento. Os dois temas são sensíveis.
- Investimentos e concorrência – Os dois temas foram negociados na rodada. Os EUA aceitam discutir investimentos a partir de 2002, porém não fixam previsão para reabrir o segundo.
- Comércio eletrônico – Proposta dos EUA de moratória de dois anos sobre tarifas a partir de 2002.
- Tarifas industriais – Os EUA incluem os setores de brinquedos, produtos químicos e ambientais, pesca, produtos florestais e jóias. A UE é a favor de uma discussão generalizada.
- Acordos de tecnologia de informação – ITA II – Pelo ITA I, 29 países – somente um da América Latina, Costa Rica – eliminam tarifas para produtos tecnológicos (computadores, *softwares*, equipamentos de telecomunicação, semicondutores etc.) a partir de janeiro de 2000. Os EUA querem ampliar o leque de produtos.

Poder emergente

As ONGs estão mostrando que é possível fazer política e economia com sensibilidade e valorização das diferenças

NIVALDO T. MANZANO

As organizações não-governamentais (ONGs) estão exercendo uma influência crescente e decisiva nas decisões dos governos, dos negócios e dos organismos intergovernamentais. Se existia ainda alguma dúvida a respeito, os protestos por elas promovidos no início de dezembro do ano passado em Seattle, EUA, por ocasião da reunião da OMC, atestam de maneira eloqüente que dúvida não existe mais.

Pedra cantada

Negociadores e observadores que participaram da reunião certamente não foram pegos de surpresa ao se darem conta, diante da avalancha de protesto nas ruas, de que o livre comércio já não é assunto para ser decidido a portas fechadas entre negociadores formalmente constituídos por seus respectivos governos. O que não se sabia, porém, é que a agenda dos contestadores sairia vitoriosa pela primeira vez num foro de tal envergadura.

A surpresa poderia ter sido evitada se, em vez de consultar as previsões dos serviços noticiosos usuais, se tivessem consultado as previsões das próprias ONGs.

O World Watch Institute, uma ONG com sede em Washington, por exemplo, anunciou antecipadamente em sua revista *WorldWatch* que "a principal notícia de Seattle talvez não sejam as negociações da OMC, mas a influência contestadora que pessoas do mundo inteiro, coordenadas por milhares de ONGs, exerce sobre uma das mais poderosas e menos transparentes organizações transacionais".

Estamos pois dependentes das ONGs não apenas na criação de fatos mas também para sua previsão e cobertura jornalística. A revista *The Economist* acrescentaria ainda, ao comentar o poder ascendente das ONGs, que seria o caso de os negociadores da OMC aprenderem também com elas a utilizar a comunicação via Internet para a organização e a preparação prévia de agendas. Como prova de competência, no que diz respeito a Seattle pelo menos, a agenda das ONGs saiu vitoriosa.

Presença das ONGs

A batalha de Seattle foi somente uma das mais recentes e ruidosas vitórias de ONGs em foros de igual envergadura.

A sua *rentrée* espetacular no ambiente global deu-se na Rio-92, quando elas dobraram os mandatários do mundo na questão do controle das emissões de gases geradores do efeito estufa. Em 1994, o alvo seria um encontro do Banco Mundial, que se viu forçado a repensar seus objetivos e métodos. Em 1998, seria a vez de entrar em cena uma coalizão internacional de ativistas defensores dos direitos do consumidor para fazer naufragar o Acordo Multilateral de Investimentos, iniciativa dos países da OCDE destinada a harmonizar as regras sobre investimentos externos.

Nos dois últimos anos, uma nova coalizão global foi constituída para promover o *Jubileu 2000*, um movimento de pressão sobre os credores para reduzir a dívida externa dos países mais pobres.

No terreno onde medram as ONGs não faltam idéias de novas ações em escala global ou local nem a disposição de um número velozmente crescente de pessoas, prontas a fustigar os mecanismos formais de representação e de resolução de conflitos em proveito da valorização da ação direta e da pressão social de baixo para cima, que elas cuidam de promover.



Nivaldo Manzano *é jornalista.*

* WorldWatch, *nov.-dez. 1999.*

** Foreign Affairs, *1997.*

*** A transfiguração do político – a tribalização do mundo. *Porto Alegre, Sulina, 1997.*

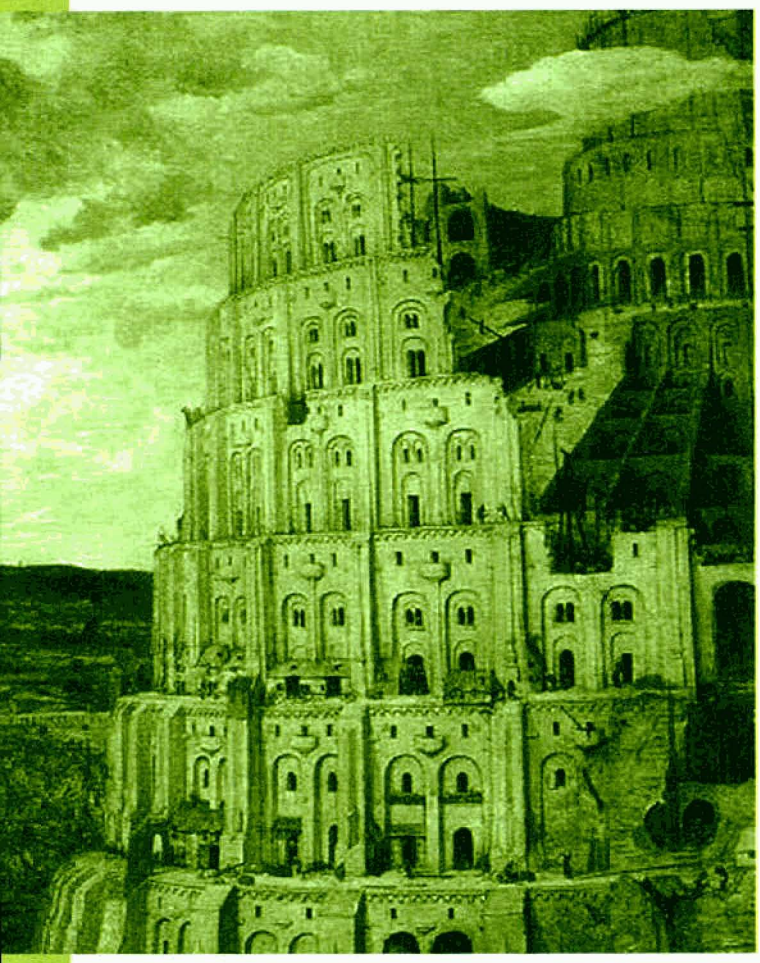
Atuação crescente

Essa forma de atuação não é nova. Lembrem-se dos movimentos pela libertação dos escravos no século passado, por exemplo. Nova é a freqüência e a ubiqüidade de sua atuação como parceiros influentes nas instâncias de tomada de decisão em escala local, nacional e internacional.

A despeito de contarem com orçamentos e recursos modestos em comparação com suas contrapartes no governo e nos negócios, esses grupos estão operando cada vez mais em escala global na articulação de coalizões que emprestam proeminência universal a questões locais ou, inversamente, relevância local a questões internacionais.

De acordo com dados da União de Associações Internacionais, o número de ONGs internacionais cresceu de pouco mais de 5 mil em 1990 para cerca de 26 mil em 1999, depois de ter permanecido abaixo dos 5 mil por três décadas consecutivas.

Um dos mais poderosos estímulos ao crescimento é o seu próprio sucesso. "Muitas ONGs mostraram-se mais capazes que os governos e os empresários no enfrentamento de problemas sociais e ambientais", escreve Curtis Runyan em artigo sobre "O terceiro setor".* Em Bangladesh, diz ele, é mais provável que uma criança se alfabetize graças à atuação de uma das 5 mil ONGs que desenvolvem programas de alfabetização no país que à ação governamental.



Pressões vitoriosas

Segundo informa *The Economist*, nos países em desenvolvimento o conjunto das ONGs desenvolve um trabalho social maior do que o realizado pela ONU.

Em 1998, enquanto os governos articulavam a ratificação de um tratado para explorar a mineração na Antártica, uma coalizão de 200 ONGs, utilizando e divulgando informações sobre a fragilidade da área recolhidas por uma estação de monitoramento do Greenpeace, conseguiu reunir apoio público mundial para fazer soçobrar a proposta.

> A surpresa poderia ter sido evitada se, em vez de consultar as previsões dos serviços noticiosos usuais, os organizadores da reunião da OMC em Seattle tivessem consultado as previsões das próprias ONGs.

Não estranha, assim, que entidades ambientalistas como o Worldwide Fund for Nature tenham ampliado o número de seus membros de 570 mil em 1985 para 5 milhões atualmente, enquanto o do Sierra Club saltava de 180 mil em 1980 para 572 mil hoje.

Eficiência da comunicação

Quando a comunicação entre as pessoas estava limitada ao telefone, ao fax e aos correios, era proibitivo o custo de trocar informações e estabelecer vínculos entre essas organizações. Foi o advento da Internet que tornou exponencial a capacidade de informação, organização e mobilização.

A notícia do assassinato, anos atrás, do líder de extrativistas acreanos, Chico Mendes, chegou primeiro às embaixadas brasileiras no exterior, que foram surpreendidas pela enxurrada de protestos por parte de ONGs antes que o Palácio do Planalto tivesse tomado ciência do fato.

Algo semelhante ocorreu agora com os protestos de Seattle, cuja organização e mobilização se deu por meio de uma dúzia de *sites* na Internet que alertaram a todos, com exceção dos participantes e da polícia, ao que parece. Cerca de 1.500 ONGs assinaram via *e-mail* uma declaração de protesto anti-OMC colocada na Internet por iniciativa do Public Citizen, um grupo de ativistas que defendem os direitos do consumidor.

A democratização do acesso à Internet facilita a colaboração entre ONGs de países ricos e países pobres. Disso resulta freqüentemente a mobilização *in loco* em protesto contra a exploração do trabalho infantil ou a degradação ambiental, alimentada pela troca de informações que trafegam *on line* entre os membros das coalizões assim formadas.

Peso nas decisões

Se é verdade que, vez por outra, essa modalidade de intercâmbio dá origem a dores de cabeça nos exportadores de algum produto tropical, é verdade também que tem contribuído para enriquecer o conteúdo do debate parlamentar sobre determinada questão. Quando um grupo de políticos de oposição busca definir algum ins-

trumento legal de defesa ambiental, por exemplo, conta com a colaboração e a experiência de colegas de todo o mundo.

A vitória da agenda das ONGs em Seattle deu forma definitiva à tomada de consciência por parte da opinião pública mundial sobre a capacidade de tais coalizões. Mas é preciso atentar para o seu crescimento no plano nacional para se avaliar com mais acuidade o seu potencial.

Runyan estima que existem nos EUA cerca de 2 milhões de ONGs, 70% das quais teriam sido criadas nos últimos 30 anos. Com o colapso do bolchevismo na Europa do Leste, mais de 100 mil ONGs teriam surgido nesses países entre 1988 e 1995.

Contando com o apoio da opinião pública, ativistas dessas organizações têm conseguido influenciar a formulação e a condução de políticas por parte das mais poderosas instituições. O Greenpeace e outras ONGs de defesa do meio ambiente e da saúde conseguiram mobilizar consumidores de toda a Europa contra os esforços da indústria de produtos geneticamente modificados para a sua introdução no mercado.

Direto às soluções

Freqüentemente esses ativistas desempenham um papel importante em prover os consumidores de informações sobre o comportamento das corporações. Exemplo disso é o selo SmartWood, que certifica produtos de origem florestal explorados de forma sustentável. Outros são o Green Seal e assemelhados, que certificam produtos orgânicos na Califórnia, na Alemanha ou no estado de São Paulo.

Mais recentemente, em vez de limitar-se ao protesto, à denúncia e ao boicote, as ONGs têm ampliado a sua atuação com a elaboração de propostas e soluções.

Representativa dessa atitude foi a iniciativa de criar um banco do povo em Bangladesh, que financia milhares de mulheres pobres do campo. O êxito da iniciativa estimulou a sua implantação em muitas outras partes do mundo. Em 1997, o conhecimento detido por algumas ONGs foi decisivo para a definição do sistema de verificação associado ao Tratado sobre Armas Químicas. No Brasil, ONGs que atuam na Amazônia poderão vir a ter papel relevante na certificação de produtos de origem florestal.

> Os negociadores da OMC deviam aprender com as ONGs como utilizar a comunicação via Internet para a organização e a preparação prévia de agendas. Como prova de competência, no que diz respeito a Seattle pelo menos, a agenda das ONGs saiu vitoriosa.

Caráter democrático das ONGs

Ante o poder de influência e o prestígio crescente das ONGs, muitas instituições, em vez de ignorá-las, têm buscado promover parcerias com elas. Assim fez o Banco Mundial, que conta com a participação de ONGs em mais da metade de seus projetos.

A proliferação e o êxito das ONGs têm suscitado a questão de se saber o que teria ocorrido de errado no sistema de representação formal, que caracteriza a democracia. Em determinados círculos do poder tem crescido o desconforto diante do aparente esfacelamento das instituições que até agora encarnaram o poder do Estado.

Os estudiosos se perguntam sobre as raízes do fenômeno, e as respostas aventadas estão longe de ser consensuais. Assim, por exemplo, Jessica Mathews, do Carnegie Endowment for International Peace, observa que a concentração de poder nas mãos do Estado, que começou em 1648 com a Paz de Wesfalia, acabou, pelo menos por enquanto. "Os governos nacionais não mais detêm o monopólio da informação", escreve ela.**

A valorização da subjetividade

Outros estudiosos, como Michel Maffesoli,*** preferem ver nesse fenômeno uma manifestação do sentimento de exaustão crescente com que os cidadãos reagem às propostas e soluções avassaladoramente racionais e abstratas exaradas pelas instituições em geral.

O *locus* da política na pós-modernidade teria sido deslocado de onde o colocara o Iluminismo do século XVIII, movimento de caráter acentuadamente masculino, para o espaço feminino dos sentimentos, da arte de conviver, das soluções que valorizam o contexto imediato da vida de cada um.

Disso seria uma prova a indisposição crescente com que os executivos norte-americanos enfrentam o convite de mudar de cidade ou de país em proveito da carreira, mas em prejuízo da vida familiar. As estruturas racionais e funcionais sobre as quais assenta o ganha-pão e a acumulação já não responderiam satisfatoriamente a tais exigências.

A organização atual do trabalho e da sociedade entre cidadãos iguais em direito tem cobrado como contrapartida dura e cruel a repressão do que há de mais concreto e singular na subjetividade de cada um.

Viva a diferença

Pense-se, por exemplo, no problema da separação dos sexos nos submarinos da Marinha norte-americana, em debate acalorado nos dias atuais. A Marinha não quer construir dormitórios e banheiros separados sob a alegação de que o espaço é exíguo. Tampouco admite que as tarefas da guerra possam complicar-se com eventuais desejos e amores.

O lado masculino da corporação contesta dizendo que o homem não é de ferro. O lado feminino poderia dizer a mesma coisa. E todos têm razão. Mas em nome do ideal da igualdade entre os sexos está-se eliminando a diferença que os caracteriza, uma racionalização mais difícil de acomodar na cabeça de cada um que os armamentos que o submarino deve carregar.

Da mesma forma, a cidadania moderna parece sentir-se desconfortável no espaço abstrato da representação democrática formal. Operar nesse espaço é estimulante enquanto a razão da briga estiver restrita à busca do reconhecimento da igualdade. Uma vez reconhecida a igualdade de direito entre os sexos, o problema que se coloca para a tripulação do submarino torna-se outro: como preservar a diferença entre os iguais? A representação formal tradicional prestou relevantes serviços à causa da igualdade. As ONGs estão aí para fazer valer a diferença.

Morte anunciada

O fracasso era esperado desde o primeiro dia de negociação: a OMC não conseguiu lançar a Rodada do Milênio

FATIMACARDOSO

A cena aconteceu nos últimos minutos do dia 30 de novembro de 1999. Local: Centro de Convenções em Seattle, Estados Unidos. Centenas de jornalistas e algumas dezenas de "representantes da sociedade civil" – de lobistas a membros de ONGs ecológicas – assistem à entrevista coletiva da representante do governo norte-americano para assuntos de comércio exterior e presidente da 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), uma exausta Charlene Barshefsky. Os dias anteriores haviam sido marcados pelos maiores protestos da história dos Estados Unidos em quase três décadas. Como na crônica de uma morte anunciada, todos os presentes naquele auditório ouviram o que já se esperava desde o primeiro dia de negociação: a OMC não conseguiu lançar a Rodada do Milênio.

Celebração do fracasso

As reações naquele momento também resumiam o clima que imperou durante os quatro dias de conferência. De um lado, diplomatas insones lamentavam o impasse nas negociações. De outro, representantes das organizações não-governamentais (ONGs) davam entrevistas comemorando o fracasso da reunião. Uns culpavam a falta de tempo para discutir assuntos tão polêmicos; outros, a incapacidade dos Estados Unidos de organizar o evento ou ainda a intransigência dos países desenvolvidos quanto a suas posições, especialmente em relação à agricultura.

As ONGs davam declarações eufóricas, cantando vitória. Um texto assinado por várias organizações, distribuído logo após o final da reunião, festejava o fracasso com o título "Ding dong, a rodada morreu". Na opinião de Lori Wallach, diretora da ONG "Public Citizens", uma organização cujo objetivo é lutar contra a globalização, "a história foi feita em Seattle". Marthin Khor, diretor da Third World Network (Rede do Terceiro Mundo), acrescentava: "A OMC deve agora centrar foco nos próximos dois anos na revisão das suas regras e na reforma do seu sistema de decisão."

Doce ilusão

A delegação brasileira reagiu com declarações de desânimo e críticas à condução de todo o processo de negociação em Seattle. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, tentou manter algum otimismo em uma entrevista à imprensa brasileira na madrugada de 4 de dezembro. Lampreia ressaltou haver uma chance de acordo, pois a reunião foi apenas "congelada". Para ele, a "solução não representou uma ruptura definitiva das negociações". As discussões deveriam continuar em Genebra.

No começo da reunião, vários participantes da delegação brasileira apostavam que os Estados Unidos, como coordenador da conferência, fariam de tudo para evitar um fracasso, apesar de as reuniões preparatórias em Genebra terem mostrado que as chances de consenso eram mínimas. Mas os fatos derrubaram a tese dos diplomatas brasileiros.

O governo americano agiu durante todo o tempo com um olho nas eleições presidenciais deste ano. Muitos analistas apontam os próprios Estados Unidos como responsáveis pela batalha campal em que se transformou Seattle. Primeiro porque o governo teria apoiado a vinda de várias ONGs e sindicatos para a cidade. Segundo porque não conseguiu medir a dimensão dos protestos.

Toque de recolher

Apesar de os jornais e as revistas de todo o mundo terem antecipado que Seattle seria tomada por manifestantes, ninguém imaginava que a cidade da Microsoft e da Boeing seria palco da maior manifestação da sociedade civil dos últimos anos. As cenas foram surpreedentes. No dia anterior à abertura da conferência, 29 de novembro, as televisões mostravam entrevistas com os diversos líderes dos protestos, apontando que o objetivo era impedir a abertura da reunião.

Mesmo assim toda a programação foi mantida e diplomatas se dirigiram na manhã seguinte para o teatro onde deveria acontecer a abertura oficial da conferência. A grande maioria, porém, foi barrada por uma massa de ecologistas, aposentados, fazendeiros, trabalhadores da indústria do aço, *neo-hippies*, *punks* e anarquistas. Passeatas saíram de todos

Fátima Cardoso *é jornalita, editora do* Agrocast, *da Agência Estado.*

os cantos da cidade e foram recebendo novos adeptos durante o caminho. O resultado foi um verdadeiro cerco ao centro comercial, especialmente aos prédios onde deveria acontecer a reunião. Quem entrou não conseguia sair, quem ficou de fora não podia entrar. A cerimônia de abertura teve de ser cancelada. A polícia, que até o momento só observava, passou a abrir caminho à força (inclusive usando bomba de gás lacrimogênio e cacetete) e a cidade terminou o dia com o prefeito declarando toque de recolher. Durante a semana, mais de 500 manifestantes foram presos.

Ampla revisão

Até hoje a cidade não se recuperou. O chefe de polícia pediu demissão e as últimas contas dos prejuízos foram divulgadas na primeira semana do ano: US$ 20 milhões, considerando a destruição de vitrines e prédios e o custo de praticamente fechar o centro comercial da cidade por quatro dias. Falando dos prejuízos, o prefeito de Seattle, Paul Schell, fez uma reavaliação dos acontecimentos. Ele insistiu em que o direito de manifestação foi mantido ao mesmo tempo que a conferência foi realizada. E apesar de toda a violência, ninguém saiu ferido seriamente. Lembrando as cenas de batalha que ocorreram durante aqueles quatro dias em Seattle, as palavras do prefeito fazem sentido. No Brasil, naquela mesma semana, a ação da polícia de Brasília contra um protesto de dezenas de trabalhadores públicos deixou um morto e vários feridos.

Depois do atraso do primeiro dia, a batalha das ruas se transferiu para as salas de reunião, de uma forma muito menos barulhenta, mas também muito dura. Foram criados quatro grupos de trabalho, entre eles o de Agricultura. Estados Unidos, União Européia e Grupo de Cairns (onde está o Brasil) centraram forças nas discussões agrícolas e tudo parecia depender de um acordo em relação ao tema. Mas as divergências foram intransponíveis. Para o Brasil, e para todo o Grupo de Cairns, não fazia sentido lançar uma nova rodada de negociações mundiais sem prever uma ampla revisão no protecionismo para o setor. E o ponto fundamental era garantir "a eliminação de todas as formas de subsídios às exportações agrícolas", nas palavras do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

> As questões trabalhistas acabaram dividindo com a agricultura as atenções de todos os lados representados durante a conferência. Foram os assuntos que mais motivaram protestos nas ruas de Seattle e os que mais tomaram horas de discussão.

A União Européia e o Japão foram os opositores mais fortes a essa questão, insistindo ao mesmo tempo na inclusão do conceito de multifuncionalidade nas regras para o setor agrícola. Os Estados Unidos mantiveram seu apoio ao Grupo de Cairns. A delegação brasileira, nas conversas de bastidores, considerava que a posição americana seria essencial para algum avanço na área, mas sempre pairava no ar o temor de uma repetição do final da Rodada Uruguai, quando os Estados Unidos acabaram se aliando à União Européia, impedindo um tratamento igualitário à agricultura dentro das regras da OMC.

Discurso populista

A posição americana na questão agrícola se manteve alinhada ao Grupo de Cairns, mas a defesa de outros pontos ajudou a inviabilizar a reunião. Com um discurso populista, o governo dos Estados Unidos usou o argumento dos manifestações de rua para defender a inclusão de novos temas na OMC, especialmente a questão trabalhista. A gota d'água foi uma entrevista do presidente Bill Clinton a um jornal local, na qual defendia que a OMC deveria aplicar sanções contra países que não adotassem padrões trabalhistas aprovados mundialmente. As declarações de Clinton causaram uma rebelião entre os países da Ásia, África e América Latina, inclusive o Brasil. Para o Terceiro Mundo, a posição de incluir as questões trabalhistas na OMC aparecia como mais uma forma de neoprotecionismo.

O Brasil manteve-se contra a idéia, com o ministro Lampreia chegando a apontar na quinta-feira 2 de dezembro, que a insistência na proposta poderia inviabilizar a Rodada do Milênio. As questões trabalhistas acabaram dividindo com a agricultura as atenções de todos os lados representados durante a conferência. Foram os assuntos que mais motivaram protestos nas ruas de Seattle e os que mais tomaram horas de discussão dentro das salas do centro de convenções. Ao mesmo tempo, países africanos e do Caribe divulgaram manifestos criticando a forma de condução dos trabalhos, para cujas reuniões apenas alguns países eram chamados. Como na Rodada Uruguai, ensaiaram-se acordos paralelos, mas dessa vez houve muito mais chiadeira. Até o início da sexta-feira, houve uma esperança de acordo em torno da agricultura, o que permitiria desatar os nós dos outros assuntos, mas as desavenças se mostraram mais fortes.

Organização enfraquecida

Em sua entrevista no final da reunião, o ministro Lampreia apontou uma tendência, que na sua opinião é prejudicial ao Brasil. O resultado da reunião de Seattle pode indicar que a ideologia do "free trade" já não é tão hegemônica, como foi nos anos 90. Realmente, acrescenta o ministro, os benefícios da liberalização comercial podem ser questionados, mas uma ruptura definitiva dentro da OMC inviabilizaria o sistema multilateral de comércio. Isso enfraqueceria a posição de países como o Brasil, que preferem as negociações em bloco às bilaterais.

A esperança era de que a rodada estivesse apenas adiada. Nos dias que se seguiram ao fiasco, representantes dos Estados Unidos e União Européia deram várias declarações de que iriam continuar as negociações e que a rodada seria lançada em breve. Uma reunião bilateral da Europa com os Estados Unidos em 17 de dezembro passado mostrou, porém, que os dois pólos estão longe de um acordo. O novo milênio começa com a principal organização do comércio mundial enfraquecida e sem nenhuma perspectiva de redução do protecionismo agrícola.

Uma delícia de especial.

Em fevereiro, um especial sob medida para o verão.



Reserve hoje mesmo seu espaço, com Caíque Tibiriçá, pelo telefone (21) 559-5623.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
Nós fazemos com gosto.

Alguma luz no fim

AGROANALYSIS quis saber de oito dos representantes brasileiros em Seattle sobre suas expectativas para o futuro depois do encontro. O saldo é visivelmente encorajador. Fala-se em identificar interesses comuns para reduzir barreiras tarifárias, fala-se em detectar novos mercados importadores, assim como reafirma-se a convergência de interesses do agronegócio e autoridades brasileiras. A semente, pelo visto, está lançada em bases sólidas. A OMC não será a mesma para os brasileiros depois de Seattle.

A rodada que virou roubada

Tudo foi feito, pensado e dito para influir a favor do Partido Democrata nas eleições de 2000

ADEMERVAL GARCIA

O primeiro dever do Príncipe
é permanecer no poder.
(Maquiavel)

O que aconteceu em Seattle estava de alguma forma previsto. A cidade seria palco de manifestações de inúmeras ONGs e a possibilidade de o encontro resultar numa nova rodada de negociações no âmbito da OMC era sabidamente remota.

A rodada que não houve

A diferença é que todas essas perspectivas foram muito ampliadas. As ONGs foram mais de 700, do mundo inteiro, com atuação especial dos sindicalistas americanos.

Graças a falhas na proteção dos locais de reunião e de trânsito das delegações, as manifestações tomaram conta da cidade. A repressão que se viu talvez tenha ficado mais por conta de uma desforra das autoridades locais, querendo mostrar serviço depois de ter demonstrado tamanha incompetência, do que da provocação dos manifestantes. Foram manifestações em geral pacíficas, até engraçadas na maioria dos grupos: muitos músicos, mágicos e saltimbancos e até algumas eletrizantes aparições *topless*.

Não chegando a um acordo para instalar a chamada

do túnel



Rodada do Milênio, a OMC não foi capaz sequer de redigir um documento de intenções futuras. A maioria das delegações queria mesmo era cair fora da cidade, pois outros príncipes, em outros países, poderiam sair chamuscados. A rodada do Milênio virou então, no colorido jargão de nossos adolescentes, a *roubada* do milênio.

Assim falou Maquiavel

Tudo em Seattle foi feito, pensado e dito para influir a favor do Partido Democrata nas eleições de 2000. Era preciso elogiar os manifestantes, agradar os sindicalistas, fornecer à imprensa matérias positivas, aparecer como guardião dos direitos humanos (no país dos outros), ser favorável ao livre comércio de interesse dos países pobres, que mantêm lá um número considerável de eleitores.

A OMC, a perspectiva de rodada e o futuro do comércio mundial serviram apenas como pano de fundo. Até a coragem de visitar a cidade no meio de toda a confusão esperada fazia parte do *show* e funcionou perfeitamente. Portanto, o Príncipe fez a sua parte e deixou a cidade e seus problemas para as autoridades locais pacificarem e resolverem.

A repressão que se viu talvez tenha ficado mais por conta de uma desforra das autoridades locais, querendo mostrar serviço depois de ter demonstrado tamanha incompetência, do que da provocação dos manifestantes.

Deixou também a rodada para outro local e momento – que dela cuide quem dela pretende obter acesso aos mercados do hemisfério Norte, especialmente dos próprios Estados Unidos. Maquiavel ficaria orgulhoso.

Mobilização brasileira

Apesar de tudo, podem ser contabilizados alguns resultados positivos para o Brasil.

Notou-se a presença de três ministros de Estado (Relações Exteriores, Agricultura e Desenvolvimento), pelo menos um secretário estadual (Agricultura, de São Paulo) e de uma quantidade expressiva de diplomatas em postos destacados e funcionários graduados do governo. O Congresso estava representado pelo menos por nove deputados. Empresários vários, embora quase exclusivamente do agronegócio.

Tudo isso traduz uma crescente consciência da importância do comércio internacional para a economia brasileira. Denota também que o governo está sensível à demanda da nação produtiva de mais acesso a mercados como forma de criação de empregos e de recuperação econômica do país.

Seja qual for o rumo que a OMC venha a tomar, a mobilização brasileira deverá certamente continuar. Foi construída literalmente no campo de batalha.

Importância proporcional

Ouve-se sempre dizer que o futuro das negociações multilaterais não é animador e que daqui para a frente só poderão ser obtidos resultados concretos em negociações bilaterais.

Não creio que as coisas devam ser colocadas dessa forma. As negociações multilaterais favorecem pequenas economias como a nossa, que sempre podem se beneficiar de acertos de conveniências entre os grandes, como ocorreu nas rodadas anteriores. Negociações bilaterais exigem uma força de que as pequenas economias não dispõem.

Talvez a solução, nos próximos anos, seja intermediária: acordos entre blocos econômicos como Mercosul-União Européia e Alca, onde nossa importância relativa passa a ser maior.

Citricultura: menos barreiras como meta

O setor de suco de laranja vai continuar atuando em várias frentes. Estaremos juntos em todos os foros onde o Brasil participar de negociações multilaterais ou entre blocos econômicos.

Continuamos interessados em acordos bilaterais, como o que o governo recentemente negociou com a China, trazendo a tarifa de 70% para 15%. Procuraremos identificar interesses empresariais nos países importadores que possam nos ajudar a reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias, como recentemente conseguimos na Rússia, baixando a tarifa de 15% para 5%.

Nosso setor é exclusivamente exportador, não dispomos da alternativa do mercado interno. Portanto, somos aliados permanentes do governo nessas tratativas, pois precisamos continuar crescendo além dos 400 mil empregos que mantemos e do US$1,5 bilhão de exportações que geramos.

A citricultura tem ainda um enorme potencial de crescimento e precisamos de mercado para sustentar essa evolução, com preços remuneradores para toda a cadeia produtiva – o que só se consegue reduzindo as barreiras nos países importadores.

Ademerval Garcia é presidente da Abecitrus.

A soma dos menores

Ante as barreiras impostas pelos países ricos, só resta aos menos desenvolvidos juntar suas forças

AUGUSTONARDES

Foi uma contradição a atuação das ONGs na reunião da OMC: criticando os índices de pobreza dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo negam abertura de mercado a esses países.

Os subsídios, as barreiras tarifárias e as dificuldades de acesso ao mercado que os países ricos impõem ao Brasil demonstram que, impedindo o comércio internacional, as ONGs prestaram um serviço a quem lhes paga – os países ricos –, colaborando para marginalizar as demais nações.

Pela incompetência dos EUA, que sediaram o evento, e da direção da OMC, que não conseguiu garantir seu bom andamento, só resta usar as mesmas armas contra os países desenvolvidos, ou seja: barrar a entrada de seus produtos em nossos países.

Um dos modos de conseguir isso seria aumentar as relações bilaterais e as relações de blocos como o Mercosul. Com a globalização, os países do chamado terceiro mundo serão cada vez mais marginalizados, e a única saída será a união e a cooperação para evitar a dominação total dos países mais desenvolvidos.

O Brasil e o grupo de seus coirmãos devem liderar esse movimento de união para evitar injustiças ainda maiores.

Augusto Nardes é deputado federal pelo PPB do Rio Grande do Sul.

Alerta na OMC

Com uma história recente de sucesso, o fumo brasileiro ainda precisa marcar posição no mercado internacional

NESTORJOST

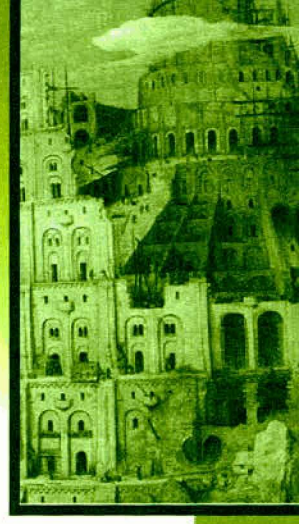
A cultura do fumo é pouco conhecida da sociedade. Mas desde a sua descoberta o tabaco foi fator importante na economia colonial; gerou ponderável riqueza no Norte e no Nordeste, principalmente no Recôncavo Baiano, e propiciou fartos recursos ao erário da Metrópole e posteriormente do Império.

Em meados do século XIX a intensificação da produção norte-americana e do Caribe aumentou a oferta e fez declinarem rapidamente os preços na Europa. Desestimulada a exportação, voltou-se à produção para uso interno do fumo de rolo e de folhas especiais para charutos e cigarrilhas.

No Sul se iniciou a produção de fumo para consumo local com a colonização alemã. Mas a sistematização das lavouras e a instalação das indústrias de beneficiamento deram-se a partir de 1920, servindo praticamente até 1970 para atender ao consumo interno, com exportação de excedentes pouco expressivos.

História recente

Nos últimos 30 anos nosso tabaco melhorou muito de qualidade e passou a conquistar os melhores mercados, ultrapassando em 1997 a cifra de US$1 bilhão, só suplantada



por soja e café entre os produtos primários de exportação. Há cinco anos superou a tradicional posição norte-americana, situando o Brasil como o maior exportador desde então.

Em 1998, incluindo folhas, cigarros e charutos, o setor representou 3,05% do total das exportações brasileiras, com valor superior a US$1.550 milhões, mais de 80% destinados aos EUA, União Européia e Japão, justamente os países que mais subsidiam as atividades agrícolas locais.

Para dar apenas um exemplo, destacamos a União Européia, que na última safra de fumo, com previsão de colheita de 350 mil toneladas, estabeleceu subsídios de 1 bilhão e 3 milhões de euros, cifra superior à que foi paga aos produtores brasileiros por 540 mil toneladas, para suportar a competitividade do mercado.

Posição na OMC

Em conseqüência também das cotas e discriminação do fumo estrangeiro nos cigarros americanos, pode-se dizer que era grande o interesse da categoria de que o comércio agrícola fosse debatido na OMC nos termos defendidos pelo governo brasileiro, pois coincidiam e convergiam as posições dos Ministérios do Exterior, do Comércio e da Agricultura com os interesses da agropecuária.

Devemos continuar a batalha pela realização da Rodada do Milênio em Genebra, sede da OMC, com o objetivo de dar à agricultura condições semelhantes às que beneficiam a indústria. Com esse propósito, é preciso fortalecer nossas reivindicações no grupo Cairns e pressionar a Unctad, sem esmorecer nas conversas bilaterais.

Nestor Jost é presidente da Abifumo.

Farinha de vários sacos

As ONGs de Seattle não eram unânimes em seus objetivos, mas representavam interesses bem diversos

XICO GRAZIANO

As ONGs expressavam em Seattle um sentimento ético contra a globalização das economias mundiais. Há uma percepção, evidentemente de cunho antiliberal, de que a OMC opera as regras do comércio das multinacionais.

Por outro lado, entre as ONGs existem grupos corporativos fortes, ligados ao sindicalismo americano, que esbravejavam contra a abertura dos mercados visando defender seus empregos. Tais entidades são, todos sabem, financiadas pelos empresários desses setores protegidos – a exemplo do aço –, que não suportam a concorrência externa. Isso quer dizer que parte das entidades civis que se manifestaram em Seattle defendia interesses puramente econômicos.

Não tenho dúvidas de que, a partir da reunião de Seattle, as chamadas cláusulas sociais e ambientais foram incorporadas definitivamente na agenda da OMC. Ética e humanitariamente, tais proposições são plenamente defensáveis. Na prática do mundo nos negócios, porém, elas se tornarão novas barreiras comerciais disfarçadas, que punirão países em desenvolvimento como o Brasil.

Falta uma rodada

Batalhar pelo início da Rodada do Milênio é fundamental, visando aprimorar as regras do comércio mundial. Isso não implica abdicar do direito de estabelecer acordos bilaterais vantajosos. É uma ilusão achar que a OMC resolverá tudo. Até porque as economias desenvolvidas manterão as rédeas da OMC arrochadas o quanto puderem, tentando defender seus mercados.

Não pode também o Brasil cair na armadilha do ultraliberalismo. No caso da agricultura, essa questão parece-me fundamental. E o governo brasileiro está jogando errado, batendo de frente com os europeus.

O fim dos subsídios envolve o risco de destruição dos pequenos produtores rurais, empurrando-os para disputar o emprego nas cidades. Por isso os europeus defendem ardorosamente seus agricultores e jamais vão concordar em

mudar substancialmente essa política. Defender a eliminação total dos subsídios europeus significa impedir o Brasil de apoiar seus agricultores.

Eu não consigo me opor à multifuncionalidade agrícola, conceito tão caro para os europeus nas discussões da OMC. Já os subsídios às exportações devem ser combatidos fortemente, pois esses deformam os mercados mundiais e punem países como o Brasil.

Mas não compartilho dessa perigosa unanimidade contra o protecionismo agrícola europeu. Parece desculpa para os nossos erros de política interna.

Exagera quem coloca a UE como adversária principal da agricultura brasileira. Os maiores desafios para ampliar o comércio internacional dos agronegócios reside aqui no Brasil. Está faltando mesmo é uma Rodada do Milênio brasileira.

Xico Graziano é deputado federal pelo PSDB de São Paulo.

Setor maduro

O agronegócio paulista/brasileiro estava pronto para dizer a que vinha na reunião de Seattle

JOÃOCARLOSDESOUZAMEIRELLES

A dimensão das expectativas originais do agronegócio paulista e do brasileiro para a reunião de Seattle é dada por números: 40% das exportações brasileiras provêm de produtos do agronegócio, que até novembro de 1999 somaram US$17,9 bilhões, enquanto as importações do setor ficavam em US$5,9 bilhões, garantindo superávit de US$12 bilhões.

Aperfeiçoar o comércio

O agronegócio, com suas exportações, é a fronteira mais viável para gerar trabalho e emprego, renda e receita no Brasil para os próximos anos. Para ampliar sua faixa no mercado mundial, que movimenta US$5,4 trilhões por ano, o Brasil precisa aperfeiçoar seu comércio.

Por isso o setor, que se apresentou razoavelmente organizado em Seattle, preparava-se para isso nos encontros do Mercosul e especialmente do Grupo de Cairns, desde 1998.

O agronegócio do Brasil procurou privilegiar convergências, não acentuar divergências. Por isso foi proveitosa a presença, na reunião do Grupo de Cairns em Buenos Aires, do secretário americano de Agricultura, Dan Glickman.

A expectativa geral ficou, assim, centrada na definição de uma agenda possível, em que se incluem:

- cronograma para redução/eliminação progressiva de subsídios à exportação de produtos do agronegócio;
- exclusão progressiva de itens de deformação comercial, com maior impacto nas economias de países chamados agrícolas;
- redução/eliminação de subsídios ao mercado interno de países desenvolvidos;
- redução/eliminação de regimes de tarifação e cotas no mercado de produtos agrícolas.

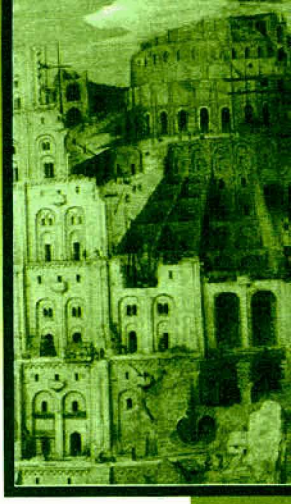
São esses também os temas que, do ponto de vista do agronegócio paulista e brasileiro, devem ser prioritários na retomada das negociações do Acordo Agrícola, marcada para janeiro em Genebra, pela OMC.

O agronegócio, com suas exportações, é a fronteira mais viável para gerar trabalho e emprego, renda e receita no Brasil para os próximos anos.

Certificação já

Podemos reagir ao resultado da reunião da OMC em Seattle, em primeiro lugar, não permitindo ou aceitando postergações na retomada das negociações agrícolas marcada para janeiro.

Diante do adiamento da Rodada do Milênio, por falta de definições na assembléia da OMC, considero extremamente urgentes dois pontos básicos: certificação de qualidade dos produtos do agronegócio e exploração de novos mercados



e nichos para novos produtos.

O Brasil precisa definir e organizar sistemas de normatização e certificação de qualidade capazes de inibir tentativas de utilização das condições sanitárias e fitossanitárias como barreiras comerciais por países importadores.

A internalização das decisões de órgãos de referência da OMC (ou seja, da Organização Internacional de Epizootias, do Codex Alimentarius e da Comissão Internacional de Proteção a Plantas) implica criar legislação e normatização para essa certificação da qualidade.

Isso começa a ser aprofundado em São Paulo, que aprovou em dezembro uma pioneira Lei de Defesa Vegetal e criou o sistema de qualidade de produtos do agronegócio, com o selo Produto de São Paulo.

Novos mercados

Como segunda parte da estratégia, cabe ao governo federal e à iniciativa privada um esforço vigoroso para detectar novos mercados importadores, fora das áreas escandalosamente protegidas e subsidiadas dos países desenvolvidos. Exemplos: países asiáticos e africanos, além de latino-americanos.

Também devem ser identificados e explorados nichos de mercado para produtos brasileiros não incluídos na pauta de exportação tradicional. Exemplo: carne de vitelo para a Europa, um programa em gestação no estado de São Paulo.

Para apoiar a iniciativa privada nesse esforço, o governo paulista está organizando uma Agência de Comércio Exterior para o Agronegócio Paulista, também pioneira, que funcionará como consultora e alavancadora de negócios.

João Carlos de Souza Meirelles é secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

O sucesso de Seattle

Seattle pode ter contribuído para aumentar a transparência da OMC, o que é um importante ganho

PEDRODECAMARGONETO

O resultado da reunião de Seattle não deve ser visto como fracasso. A ausência de um amplo acordo representa certamente atraso no início das negociações para a liberalização agrícola. Mas sejamos otimistas: pode até representar a possibilidade de um término melhor. Afinal, não se procura um acordo pelo simples mérito de chegar a ele – trabalha-se por um acordo que produza resultados concretos no comércio, não somente no papel.

Promessa adiada

O fim dos oito anos de negociações da Rodada Uruguai foi muito festejado, mas trouxe pouco ou nada de concreto. Outra comemoração desse tipo não nos serve. Seu principal mérito foi incluir formalmente a agricultura nas regras da OMC, preparando a instituição para uma futura liberalização. Seattle deveria ter sido o cumprimento dessa promessa, mas só deixou claro que a questão continua difícil de solucionar.

O principal embate em Seattle não foi agrícola, embora também na agricultura as divergências entre o Norte e o Sul, entre desenvolvidos e em desenvolvimento sejam cada dia mais explícitas. Protestou-se, dentro e fora da conferência, contra a falta de transparência da OMC, contra a ditadura do consenso tão bem administrada pelo Norte, contra a globalização unilateral dos desenvolvidos. Por motivos diametralmente diferentes, as manifestações de rua apoiavam a frustração do Sul. Os opostos se uniram em Seattle.

A ausência de lideranças competentes, o populismo eleitoreiro dos EUA e a complexidade de diversos temas ainda muito novos somaram-se como principais responsáveis pelo atraso na obtenção de um acordo que, acredito, ainda virá. Seattle pode ter representado uma chance maior de que no futuro esse acordo realmente se viabilize em progresso para o Sul.

Avanço mínimo mas avanço

O acordo agrícola progrediu em Seattle, até por ser o assunto trabalhado há mais tempo. Não acredito que tenha sido

o verdadeiro entrave da reunião.

Era possível vislumbrar uma tendência de troca da aceitação de políticas públicas de cunho não comercial pela negação das políticas de apoio às exportações: trocar a mal definida multifuncionalidade pela eliminação dos subsídios à exportação.

Caminhava-se para um avanço mínimo, mas ainda assim maior do que o obtido nos oito anos da Rodada anterior: a retirada do poder destruidor dos subsídios à exportação pelo crescimento das políticas que, em linguagem da rodada Uruguai, incluem-se na caixa verde. Longe de corrigir todos os males, isso no entanto representava algum progresso.

Partidas ganhas

A paralisação de Seattle não elimina o início anteriormente acordado da negociação agrícola. Reduz o ímpeto, porém a cláusula de paz e os acordos regionais em andamento nos garantem espaço na agenda. Diversos pontos das políticas agrícolas dos países desenvolvidos têm dia para terminar sem termos que dar nada em troca. A negociação precisará ser por mais do que o tempo nos reserva.

Seattle também colocou a OMC no foco da opinião pública mundial e finalmente no da brasileira. Ficou mais difícil para o rolo compressor do Norte continuar punindo o Sul. Só temos a ganhar com isso. Seattle pode ter acordado o gigante da agricultura. Brasileiros omissos no passado descobriram o potencial do campo.

Quotas discriminatórias

A carne bovina é um produto com elevada barreira comercial. Além da barreira sanitária, administrada com pouca ou nenhuma transparência, encontramos sempre quotas tarifárias.

Nosso maior mercado, o europeu, é viabilizado através das quotas Hilton e Gatt. A primeira, além de pequena para todos, é ridícula para o Brasil. A segunda, que nos possibilita importante saldo comercial, essencial para o nosso desenvolvimento, é administrada deixando para alguns poucos lobistas e negociantes europeus a nata da receita, através de um sistema colonial de gestão de direitos. Somente os aluguéis das quotas de carne bovina pagariam parte das necessidades sociais do país.

Também nos EUA encontramos grande discriminação. Testemunhamos o importante esforço do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para erradicar a febre aftosa ser tratado com inaceitável lentidão para eventualmente ser contemplado com uma pequena quota.

O protecionismo se infiltra na técnica

Um vírus ou uma mosca parece estar sempre disponível para proteger, quase sempre sem transparência, os mercados dos países ricos, travando a competitividade do nosso desenvolvimento. A maneira com que temas, na teoria técnicos, são tratados caminha para a questão ambiental representando grande perigo.

A questão dos hormônios de crescimento na pecuária deve servir de aviso. Nem dois painéis de arbitragem, dezenas de seminários e conferências nem inúmeros especialistas idôneos conseguiram solucionar uma disputa que confunde técnica, protecionismo comercial, percepção do consumidor e a utopia da verdade cientifica. Fosse o Brasil a favor ou contra, de um lado ou do outro teria perdido antes de começar.

Seattle pode ter contribuído para que se aumente a transparência na atuação da OMC, o que é um importante ganho. Avançamos certamente muito pouco e o risco de retroceder permanece.

Pedro de Camargo Neto é presidente do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte de São Paulo (Fundepec) e diretor do International Policy Council on Agriculture Food and Trade.

Além das siglas

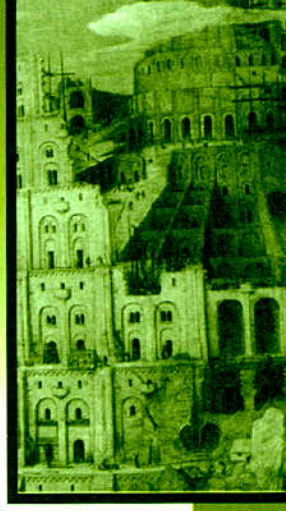
O lugar da OMC no comércio internacional está acima de crises e questões pontuais

CELSOAMORIM

Muito já foi dito sobre a atuação e o impacto das ONGs sobre os trabalhos da Conferência Ministerial de Seattle. É provável que, enquanto não houver outro alvo mais representativo da chamada globalização, tenhamos que conviver com as críticas das ONGs (e não apenas delas) à OMC.

Os pingos nos ii

É preciso ressaltar três elementos fundamentais sobre o assunto. O primeiro é que várias das bandeiras defendidas por algumas ONGs com maior veemência – como por exemplo a necessidade de maior transparência nos trabalhos da



OMC e de maior preocupação com o meio ambiente e os padrões trabalhistas – não são novidade. Trata-se de conceitos defendidos por países desenvolvidos em repetidas ocasiões, inclusive na Conferência Ministerial de Marrakesh, que concluiu a Rodada Uruguai.

O segundo é que, freqüentemente, há um considerável grau de desinformação no que é dito e publicado sobre a OMC. No caso da relação entre comércio e meio ambiente, por exemplo, fala-se na tentativa da OMC de impedir os EUA de combater a poluição ou de proteger as tartarugas. Quem leu os relatórios dos painéis sabe que isso não é verdade.

No caso das restrições norte-americanas à gasolina importada, os EUA permitiam que sua indústria produzisse gasolina mais poluente do que a importada. O elemento protecionista da legislação era evidente e foi condenado. O resto da legislação, especificamente ambiental, continua vigente.

Já no famoso caso das redes de pesca de camarão que capturavam tartarugas, o painel limitou-se a sugerir que os EUA recorressem a método menos restritivo para conseguir objetivo ambiental válido, uma vez que a forma como os EUA administravam sua legislação era claramente arbitrária.

O terceiro e último elemento – certamente o mais controverso – diz respeito à representatividade das ONGs.

No caso da relação entre comércio e meio ambiente, por exemplo, fala-se na tentativa da OMC de impedir os EUA de combater a poluição ou de proteger as tartarugas. Quem leu os relatórios dos painéis sabe que isso não é verdade.

Inversão perigosa

É inegável que a OMC jamais voltará a ser o que era o Gatt e que as reivindicações da sociedade civil têm que ser crescentemente ouvidas.

As ONGs são instrumentos de que a sociedade dispõe, mas não os únicos e possivelmente não os principais. Em sociedades democráticas, cabe aos governos legitimamente constituídos arbitrarem entre interesses e pressões de origens variadas e determinarem a linha que mais corresponde ao interesse nacional. As ONGs podem e devem ajudar no debate público sobre os temas, mas seria uma inversão perigosa conferir-lhes um papel que cabe aos governos na tomada de decisões.

À luz desses três elementos, parece-me que teremos que encontrar um equilíbrio entre manter a OMC, uma organização intergovernamental, onde os interesses de cada país estão representados por governos, e buscar atender as reivindicações cabíveis de grupos de pressão independentes – sejam empresas, sindicatos ou ONGs –, que desejam ter maior acesso aos trabalhos da OMC. Não devemos ter ilusões porém sobre o fato de que, em se tratando de uma organização que dirime controvérsias comerciais e que combate o protecionismo, sempre haverá descontentes.

Relativizando Seattle

Antes de se imaginar a parálise definitiva da OMC ou uma transformação radical de sua natureza, é preciso inserir a Conferência de Seattle dentro de um quadro mais amplo.

Em cinco anos de existência, a OMC funcionou de forma bastante eficiente, seja nos trabalhos do dia-a-dia, nas discussões e negociações que se realizam no seio dos seus comitês e conselhos, seja durante as duas conferências ministeriais anteriores.

Os múltiplos impasses que inviabilizaram o lançamento da Rodada do Milênio em Seattle foram fonte de inegável frustração, mas o fracasso de Seattle não pode ser interpretado como o colapso da OMC.

Não há dúvida de que a organização atravessa um momento difícil – uma crise de crescimento, poder-se-ia dizer, o que já ficara patente quando da seleção do diretor-geral. Ao Brasil entretanto interessa garantir seu fortalecimento como foro multilateral de comércio.

Segurança e previsibilidade

Para a política externa brasileira, as opções bilaterais, regionais e multilaterais são complementares e não excludentes ou substitutivas. Precisamos reforçar o diálogo bilateral com nossos principais parceiros, dar continuidade aos processos de integração regional, sobretudo na América do Sul.

Ao mesmo tempo, temos que garantir que os foros multilaterais reforcem a segurança e a previsibilidade no comércio internacional. Não se pode esquecer que nosso comércio exterior é muito diversificado geograficamente – e é bom que assim seja.

Com seus mais de 130 membros, a OMC exerce função que não pode ser substituída por iniciativas bilaterais ou regionais de forma satisfatória. Seu papel em assegurar o primado das regras e do diálogo na resolução de diferenças comerciais e em permitir um alto grau de uniformidade dos instrumentos e padrões que afetam o comércio de forma quase universal continua a ser essencial.

Celso Amorim é embaixador do Brasil em Genebra, Suíça.



Incentivo à luta

Os recentes acontecimentos de Seattle reforçaram a certeza de que o setor sucroalcooleiro continuará lutando para ganhar mercados

PAULOCEZARDEFREITASSAMICO

As expectativas do segmento sucroalcooleiro brasileiro na primeira rodada de negociações em Seattle eram as mesmas de quase todos os agricultores de outra áreas: redução das barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias, de forma a permitir o livre acesso do nosso produto aos diversos mercados, principalmente àqueles de grande potencial de venda como Estados Unidos, União Européia e Japão.

Competitividade prejudicada

Para dar uma idéia da extensão de nossas dificuldades, somente nos EUA estima-se que deixamos de faturar perto de US$500 milhões em 1999. Outro exemplo que deixa evidentes as discrepâncias regionais é o fato de o açúcar estar entre os nossos 10 maiores itens de exportação e não aparecer entre os 50 mais importados pela União Européia, devido à elevada tarifa de importação, que somada às preferências tarifárias outorgadas a nossos principais concorrentes, tira toda a competitividade obtida na zona de produção.

Entre as reivindicações do setor, podemos citar a inclusão do açúcar brasileiro no rol dos produtos elegíveis no Sistema Geral de Preferência – SGP, com o objetivo de dar competitividade tributária a nosso produto tanto nos EUA como na UE. O Brasil é o único país latino-americano a não receber isenção tarifária, através do SGP –, nas suas exportações.

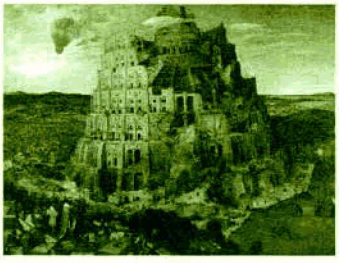
Entre as reivindicações do setor, está a inclusão do açúcar brasileiro no rol dos produtos elegíveis no Sistema Geral de Preferência – SGP–, com o objetivo de dar competitividade tributária a nosso produto tanto nos EUA como na UE.

Mecanismos de defesa

A frustração das negociações da Rodada de Seattle não arrefeceu os objetivos do segmento, muito ao contrário. Esses resultados iniciais denotam que será necessário maior engajamento do setor privado com o setor governamental, visando a um entrosamento que demonstre claramente que não vamos nos submeter ao protecionismo exacerbado dos países desenvolvidos, mas vamos lutar para que a globalização chegue, finalmente, ao setor agrícola.

Em contrapartida, precisamos melhorar nossos mecanismos de defesa comercial, adotando postura semelhante à de nossos concorrentes, firme e determinada. É urgente conseguir, no mínimo, moeda de troca capaz de proporcionar melhores condições de negociação.

Paulo Cezar de Freitas Samico é secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura.



AGRO drops

Embrapa participa de seminário sobre caju

A Embrapa Agroindústria Tropical participa neste mês do seminário "Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio Caju no Nordeste", na Câmara dos Deputados. O objetivo do evento é sensibilizar os parlamentares sobre a importância da cajucultura para a geração de emprego e renda no Nordeste, visando à alocação de recursos no Plano Plurianual do governo federal.

A participação da Embrapa no evento será de caráter técnico-científico. O evento contará com representantes de toda a cadeia produtiva do caju: Sincaju, Sindicaju, Associação das Indústrias Processadoras de Frutos Tropicais, Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento do Maranhão, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Ceará, PEE/Camex.

IAC oferece novas variedades de arroz

Arroz aromático, arbório, japônico e exótico estão entre as novas variedades estudadas por pesquisadores do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Já encontrados pelas donas-de-casa nas prateleiras de alguns supermercados do país, esses novos "tipos" de arroz são importados, o que torna o produto caro. O preço chega a ser cinco vezes mais alto do que o do arroz tradicional. É pensando no mercado brasileiro, que pesquisadores do IAC estão, desde 1992, trabalhando com esses materiais para oferecer variedades brasileiras com as mesmas características por um menor preço.

Os materiais estão sendo introduzidos e adaptados às condições brasileiras com testes realizados na Estação Experimental do Instituto, na cidade de Mococa. Os trabalhos vêm sendo realizados desde 92, e os pesquisadores acreditam que no período de três anos as variedades, adaptadas para as condições brasileiras, estarão sendo comercializadas. O Programa de Melhoramento Genético para esses tipos de material já foi iniciado, e durante as pesquisas foi comprovada qualidade superior aos materiais importados. Entre os tipos exóticos existem o Black Rice e o Selvagem. No tipo aromático, que vem despertando grande interesse da população, o consumidor poderá apreciar o aroma de jasmim ou pipoca. O tipo arbório é utilizado para risoto italiano, e as variedades introduzidas têm mostrado boa adaptabilidade às nossas condições. O Instituto Agronômico segue paralelamente com seu programa de melhoramento genético de arroz, que acontece desde 1935. O programa visa à obtenção de novos cultivares de alto potencial produtivo e adaptados às condições ambientais paulistas.

Praga provoca danos às lavouras de soja

Com o atraso do plantio da soja no Sul do país, por causa da estiagem, o ataque do *Sternechus subsignatus*, conhecido por tamanduá-da-soja ou bicudo, se concentrou muito em dezembro. A praga também vem se expandindo e atacando lavouras de São Paulo e Mato Grosso. Nos anos anteriores, os danos eram menores, porque o ataque ocorria espaçadamente nas lavouras plantadas desde o final de outubro até meados de dezembro. Como houve pouco plantio de soja até o início de dezembro de 99, a concentração dos insetos está muito maior nesse período. Além disso, em função da escassez de chuva, na época propícia para a semeadura do milho, alguns produtores substituíram o plantio de milho pela soja.

No início de desenvolvimento da planta, o inseto "raspa" a haste da planta, prejudicando sua formação. Já em fases mais adiantadas de desenvolvimento, o tamanduá corta ao redor do caule da soja para procriar, puxando fibras do tecido para proteger seu ovo. Com o crescimento da larva, aparece um tipo de caroço na haste, chamado de galha caulinar.

Carne tem congresso em setembro

Carne para o novo milênio. Esse é o tema que irá dominar o XIII Congresso Mundial da Carne, que acontecerá de 18 a 21 de setembro, em Belo Horizonte.

Palestrantes de renome internacional participarão do evento, entre eles autoridades de organismos como American Farm Bureau Federation, Banco Mundial, Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Fundo Monetário Internacional, Oficina Permanente Internacional da Carne (Opic), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Internacional de Epizootias (OIE) e Organização Mundial do Comércio.

O evento é bianual, sempre realizado nos países membros da Opic, entidade criada em 1974 e que tem como objetivo promover discussões na linha de expansão e liberalização da produção, industrialização e comercialização internacional da carne.

Medidas não prejudicam abastecimento

As medidas tomadas pelo Ministério da Agricultura, no fim de dezembro, para controle do tráfego de animais, carnes e subprodutos nos estados do Circuito Pecuário Centro-Oeste, não vão prejudicar o abastecimento nem afetar a atividade dos criadores de regiões limítrofes. O circuito é formado por São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás, parte de Minas Gerais e Distrito Federal. Nesses estados, com Rio Grande do Sul e Santa Catarina (zonas livres desde 1998), criam-se 46% do rebanho bovino do país, calculado em 163 milhões de cabeças.

Continua livre, nesses estados, a circulação de animais provenientes das zonas-tampão, como determina a legislação de defesa, desde que tenham passado por exames sorológicos comprovando inexistência de vírus da febre aftosa. Isso é certificado na Guia de Trânsito Animal (GTA) que os transportadores dessas cargas devem apresentar aos fiscais.

A lei também libera o trânsito de produtos derivados, como carne desossada ou couros processados, por não serem transmissores do vírus. Produtos sem essas características podem transitar desde que destinados a estados não incluídos no circuito (como Rio de Janeiro e os do Nordeste) e transportados em caminhões lacrados.

Em 1999, as exportações somaram US$900 milhões, equivalentes a 550 mil toneladas. Esses números e valores podem dobrar em poucos anos, pois a certificação da sanidade impedirá restrições à carne brasileira em mercados internacionais.

Quase metamorfose

Parte das indústrias brasileiras de alimentos é transformada pelos processos de abertura e globalização

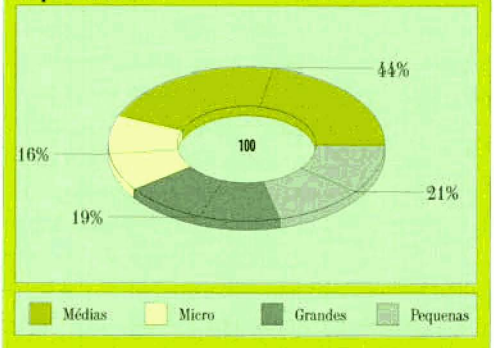
Luís Guilherme de Sá
Suzana Borschiver
Adelaide M. S. Antunes

A indústria de alimentos no Brasil pode ser definida como um numeroso conjunto de pequenas, médias e grandes plantas industriais pulverizadas por todo o território nacional, a maioria das pequenas e médias atuando em mercados regionais, e poucas empresas – em geral grandes – operando em nível nacional.

Como no mundo inteiro, cresceu nos últimos anos o número de fusões e aquisições em vários segmentos da economia, com ênfase para a indústria de alimentos. Os atos de concentração (fusões, aquisições, acordos operacionais e transferências de controle acionário), que haviam representado R$60 bilhões em 1997, somaram cerca de R$100 bilhões em 1998. A parcela maior se deve ao aumento de operações nos mercados americano e europeu envolvendo empresas com filiais no Brasil. Em 1991 essa participação correspondia a 20% do total das operações, percentual que subiu para 65% em 1997 e 72% em 1998.

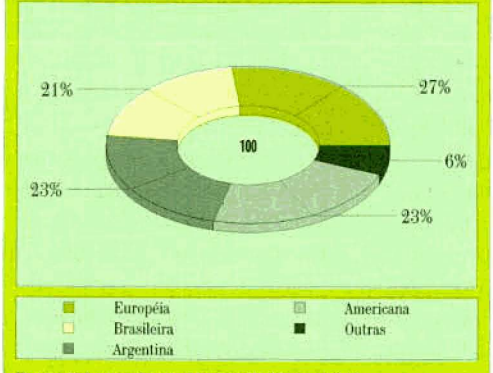
Na América do Sul o fenômeno se repete. De acordo com a Câmara de Comércio de Santiago do Chile, a maior parte das operações se concentra no Brasil, na Argentina e no Chile.

1. Participação por empresas de alimentos no valor da produção



Fonte: Abia (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação) em Química e Derivados, nov. 1995.

2. Nacionalidade da empresa compradora na indústria de alimentos



Fonte: Cebrap e Gazeta Mercantil, 25 ago. 1997.

Mudanças estruturais

A indústria de alimentos lidera o *ranking* das fusões e aquisições no Brasil desde 1992, respondendo por 13% das 1.646 ocorrências no país, segundo estudo de janeiro de 1999. O processo resulta de diversas mudanças que alteraram definitivamente a estrutura desse mercado e o cenário empresarial da atividade no país.

Em nível nacional, as empresas primeiro passaram a enfrentar mudanças causadas pela intensificação de algumas tendências de caráter geral: o crescimento da urbanização; a concentração dos canais de distribuição e a alteração dos hábitos alimentares da população, que cada vez pode dedicar menos tempo à culinária.

Por outro lado, após a desregulamentação e a abertura do mercado nacional, a partir do início da implantação do Mercosul em 1991, a concorrência cresceu bastante, diminuindo as margens de lucro das empresas locais. Nesse novo cenário, sem as antigas barreiras de proteção, aumenta a necessidade de ajustes e reestruturações para incrementar a competitividade e permitir a sobrevivência do capital num ambiente globalizado. Enfraquecidas pelas condições adversas, as empresas locais se transformaram em alvos fáceis de aquisição para grupos internacionais que desejem se estabelecer ou se expandir na região.

Novo mantra empresarial

Para entender a dinâmica dos movimentos de fusão e aquisição das grandes empresas internacionais é preciso levar em consideração a importância dos analistas de mercado para as empresas que possuem ações na bolsa de valores.

Desde que Wall Street ditou a idéia de focalização da empresa em seu *core business* como melhor forma de agregar valor para o acionista e garantir um crescimento saudável de longo prazo, as empresas internacionais do setor passaram a ser pressionadas pelo mercado de ações a reestruturar portfólios de negócios e se concentrar em atividades essenciais, desinvestindo em atividades não estratégicas.

Estimuladas por esse novo mantra empresarial e pela dificuldade de ampliar as vendas em seus países de origem, essas empresas intensificaram o processo de globalização e expansão geográfica internacional, buscando oportunidades de investimento externo como forma de contornar o problema de saturação e amadurecimento do mercado de alimentos nos países desenvolvidos.

Essa nova concepção empresarial re-

cebeu um estímulo extra com a desregulamentação e abertura dos mercados internacionais, a partir do início da década de 1990. O mercado-alvo se afirmou como uma realidade integrada para além dos horizontes domésticos; é imprescindível ampliar e fortalecer o negócio em nível mundial.

A partir dessa realidade, a compra, a venda, a associação e a união entre empresas nacionais e estrangeiras do setor expressam a busca dos novos objetivos: agilizar a entrada no mercado, reforçar o posicionamento regional, aumentar a escala dos negócios, reestruturar o portfólio ou concentrar e otimizar operações através de economias de escopo.

Números da indústria de alimentos

Com o aumento de renda e a abertura das importações, não só as camadas de menor poder aquisitivo passaram a consumir mais, como a classe média sofisticou seus hábitos alimentares. Participam da indústria alimentar brasileira cada vez mais produtos de maior valor agregado em detrimento dos produtos tradicionais, principalmente após o Plano Real em 1994.

Cerca de 43 mil estabelecimentos formam o segmento da indústria alimentar no país – incluindo as bebidas. É o primeiro em número de fábricas na indústria de transformação, seguido pelos setores de vestuário, mecânica e metalúrgica.

A região Sudeste é responsável por 52% do valor da produção brasileira de alimentos industrializados, segundo dados de 1996. Não é surpresa, diante da tendência geral de concentração regional da indústria no Brasil.

A indústria de alimentos é a primeira no que se refere à geração de empregos, tendo ocupado cerca de 852 mil pessoas, ou seja, 19,2% dos cerca de 4.367 mil empregos diretos gerados pela indústria de transformação em 1998. O valor da produção atingiu em 1998 cerca de US$71,4 bilhões – um crescimento de 1,4% em relação ao ano de 1997.

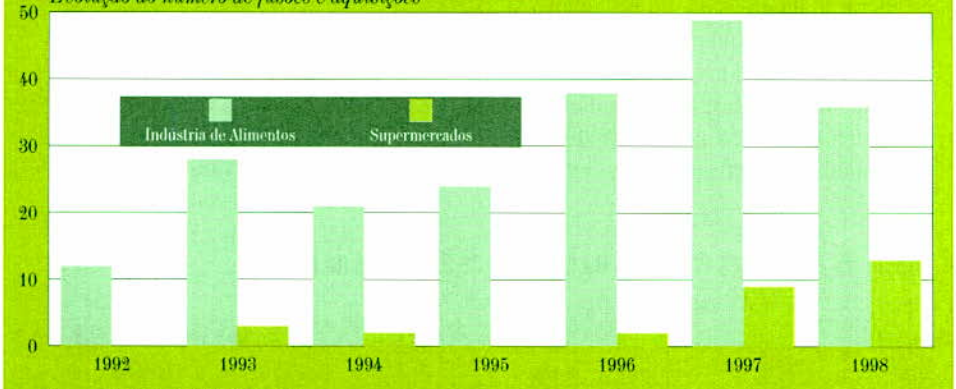
Alimentação no PIB

O valor da produção da indústria de alimentos no período de 1990-98 contribuiu em média com 9,58% do valor do PIB (tabela 2), participação relativamente estável ao longo do período.

Comparando as taxas de crescimento da indústria de alimentos e da indústria total com o PIB (tabela 3), pode-se constatar que de 1990 a 1992 e em 1998 – anos de recessão – o impacto negativo sobre a indústria em geral foi bem maior do que na indústria de alimentos em particular, o que mostra o seu grau de inércia: por se tratar de uma indústria de bens de consumo não duráveis essenciais, ela é bem menos afe-

3. Brasil, indústria de alimentos e supermercados

Evolução do número de fusões e aquisições



Fonte: Relatório KPMG, 1998.

1. Brasil: indústria de alimentos e indústria em geral: distribuição regional

Por valor da produção

Região	*Indústria de alimentos (%)*	*Indústria geral (%)*
Sudeste	51,73	70,63
Sul	30,46	16,65
Nordeste	11,95	8,88
Norte	1,39	2,40
Centro-Oeste	4,47	1,44

2. PIB brasileiro: participação da indústria de alimentos

1990-98

Ano	*1990*	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*Média*
Participação no PIB (%)	9,98	10,17	10,45	10,22	8,93	9,23	9,30	8,70	9,20	9,58

Fonte: Abia – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação –, 1998.

3. Brasil: taxas de crescimento da indústria de alimentos, indústria em geral e PIB

Em % ao ano – 1990-98

Ano	*1990*	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*
Crescimentos do PIB	-4,40	1,00	-0,50	4,90	5,90	4,20	2,80	3,70	0,20
Indústria de alimentos	1,80	3,60	-0,10	0,34	0,90	4,00	3,80	-2,80	1,40
Indústria em geral	-8,20	0,30	-4,20	7,00	6,70	1,90	3,70	5,50	-1,00

Fonte: FIBGE/Abia, 1999.

tada pelas crises econômicas.

Por outro lado, em períodos de recuperação do crescimento econômico, a indústria em geral apresenta taxas de crescimento superiores ao PIB, enquanto as taxas da indústria de alimentos são inferiores, indicando que os períodos de crescimento são carreados pelas denominadas indústrias dinâmicas – eletroeletrônicas, metal-mecânicas e transportes.

Empresas do setor alimentar

De acordo com o relatório das Nações Unidas, em 1993 cerca de 1/3 dos ativos do setor privado mundial pertence a corporações transnacionais. Entre as 100 maiores figuram pelo menos cinco empresas com bases tecnológica e comercial centradas no sistema agroalimentar. São elas: Nestlé, Unilever, grupo Ferruzi-Montedison, Grand-Metropolitan, Procter & Gamble e McDonald's.

A maioria dessas empresas atua principalmente em processamento de alimentos, diversificando sua atuação em outras áreas de consumo, como higiene e limpeza.

No Brasil podemos notar que as 25 maiores não constituem empresas diversificadas, ou seja, atuam basicamente no setor de alimentos (tabela 4). Seguindo a tendência internacional, temos a Kibon, líder no segmento de sorvete, adquirida pelo Grupo Unilever em 1998.

4. Brasil: as 25 maiores empresas da indústria de alimentos no Brasil

Faturamento e origem do capital de controle em 1998

Empresa	*Controle do capital*	*Faturamento 1998 (R$ mil)*
Nestlé	Suíço	3.310.400
Ceval Alimentos	Bermudês-argentino	2.564.600
Cargill	Americano	1.926.800
Sadia Concórdia	Brasileiro	1.484.700
Perdigão Agroindústria	Brasileiro	1.160.700
Parmalat Brasil	Italiano	1.086.400
Santista Alimentos	Bermudês-argentino	1.046.400
Açúcar União	Brasileiro	832.000
Arisco	Brasileiro	762.400
Fleischmann Royal	Americano	728.500
Kraft Lacta	Americano	720.800
Leite Paulista	Brasileiro	550.300
Refinações de Milho Brasil	Americano	511.000
Central Itambé	Brasileiro	499.100
Danone	Francês	470.000
Quaker	Americano	469.700
Aurora/Chapecó	Brasileiro	463.100
Avipal	Brasileiro	415.900
Braswey	Brasileiro	387.400
Batavo	Italiano	369.300
Kibon-Gessy Lever	Anglo-holandês	345.400
J. Macêdo Alimentos	Brasileiro	343.700
Jospar	Brasileiro	330.800
Frangosul	Brasileiro	314.500
Citrosuco	Brasileiro	305.100

Fonte: Melhores e Maiores. *Exame*, jul. 1999.

5. Crescimento da produção da indústria de alimentos

Variação % sobre o ano anterior

	1993	*1994*	*1995*	*1996*
Total	3,1	4,7	7,2	3,9
Massas e confeitos	4,1	10,5	14,9	4,4
Cadeia do trigo	3,3	10,3	13,7	-0,5
Cadeia do chocolate, cacau e balas	4,0	12,8	18,8	-4,8
Cadeia de cereais, café e açúcar	3,8	-5,8	5,9	7,1
Conservas vegetais e sucos	-4,7	14,6	1,6	0,9
Laticínios	14,3	10,6	23,4	2,7
Cadeia de proteína animal	2,1	3,1	5,1	8,1
Cadeia da soja	1,3	8,4	3,7	-4,2
Indústria – total	7,6	7,7	2,0	1,3

Fontes: Abia e IBGE; *Gazeta Mercantil*, 3 fev. 1997.

Os grandes latifúndios respondiam pelos produtos destinados à exportação, enquanto a agricultura de subsistência era cultivada nas pequenas propriedades, gerando excedentes necessários para abastecer pequena parcela da população urbana.

Pequeno histórico do mercado brasileiro

As oportunidades no setor de alimentos têm sido historicamente amplas, tanto em nível de mercado interno como externo. Trata-se de um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país.

Até o final da década de 40, o Brasil era um país essencialmente rural, mantendo 70% de sua população no campo. A agricultura podia ser considerada um segmento isolado da economia. Os grandes latifúndios respondiam pelos produtos destinados à exportação, enquanto a agricultura de subsistência era cultivada nas pequenas propriedades, gerando excedentes necessários para abastecer pequena parcela da população urbana.

O processo acelerado de industrializa-

ção no Brasil, estimulado pela substituição de importações, promoveu profundas mudanças na sociedade brasileira, principalmente nas relações cidade/campo. Os novos produtos gerados pela industrialização promoveram mudanças radicais na cadeia de alimentos, acarretando uma rápida tecnificação do setor rural. Um novo segmento se desenvolveu no campo, depois que a pesquisa e a experimentação se tornaram exigências fundamentais.

Por outro lado, o esvaziamento do campo e o crescimento vertical das cidades promoveram uma rápida inversão do perfil rural-urbano do país. Em pouco mais de 40 anos, passamos a ter 75% da população habitando nas cidades, fortalecendo o desenvolvimento dos segmentos secundários (industrialização) e terciários (serviços).

As décadas recentes

Uma análise da evolução do setor de alimentos nos anos 70 mostrou mudanças: houve um aumento da contribuição do grupo de produtos mais elaborados como leite pasteurizado, especiarias e condimentos em detrimento de produtos tradicionais.

Nos anos 80, o Brasil atravessava um período de desordem econômica e política devido a problemas provenientes da dívida externa e interna. Sem uma política bem definida, a indústria reduziu sua produção em 7,4%. Os setores mais afetados foram bens de capital e duráveis. No entanto, os bens de consumo não duráveis (alimentos e têxteis) cresceram 8% no período.

Os anos 90 foram marcados por dois planos de estabilização (Plano Collor, de março de 1990, e o Plano Real, em junho de 1994). Em 1992 e 1993, paralelamente às crises políticas do governo Collor, a inflação voltou a atingir dois dígitos ao mês até junho de 1994, quando foi implementado o Plano Real.

Depois do Real

Desde o anúncio do Plano Real, a estabilização de preços no setor de alimentos veio acompanhada de um aumento da concorrência, fazendo com que os brasileiros passassem a comprar mais e melhor. Segundo a Abia, entre 1994 e 1995 os segmentos de maior valor agregado registraram as maiores altas em sua produção física.

Pode-se afirmar que o setor de alimentos foi o que mais se beneficiou com o crescimento da renda real ocasionado pelo plano de estabilização. Os dados confirmam uma tendência já observada que relaciona o aumento de consumo de produtos de maior valor agregado ao aumento da renda *per capita*.

A tabela 5 apresenta, além do impressionante dinamismo de quatro ramos alimentícios em 1995 (derivados de trigo, chocolates, doces e laticínio), a diminuição da expansão dessa indústria em 1996. Nesse ano o crescimento foi de apenas 3,9%.

Interferência dos importados

Podemos atribuir a queda na expansão da indústria alimentícia ao aumento das importações, que acirrou a concorrência no mercado interno.

A invasão dos importados exigiu uma tomada de posição mais agressiva da indústria. Para as multinacionais, o mercado brasileiro está em expansão e continua muito atraente. Para muitos empresários brasileiros a saída foram as parcerias tecnológicas com sócios estrangeiros, associações ou venda do negócio.

A indústria de alimentos se movimenta

Como pode ser observado no gráfico 3, o número de fusões e aquisições no setor de alimentos aumentou 300% desde o início da desregulamentação, passando de 12 operações em 1992 para um pico de 49 em 1997 e caindo para 36 operações em 1998.

A queda no volume desses movimentos em 1998 foi reflexo da retração do investimento em conseqüência do cenário de instabilidade e da crise financeira internacional. As operações envolvendo empresas internacionais vêm evoluindo de modo crescente na indústria de alimentos, acompanhando a tendência de outros ramos de atividade do país, tendo chegado a 70% dos negócios ocorridos no setor em 1998.

Estudo realizado pelo Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – analisando os movimentos de fusões e incorporações em 1996 e 1997 mostrou que em sua maioria as operações no setor foram comandadas por poderosos grupos estrangeiros, com ênfase nos grupos de origem americana, argentina e italiana (gráfico 2). Do total dessas aquisições, 26,9% foram realizadas por grupos diversificados como Nestlé e Unilever, voltadas principalmente para o segmento de lati-

Quem comprou quem

Após o Plano Real, foram essas as principais aquisições ocorridas no Brasil por empresas multinacionais:

- a Nestlé, que explora as marca São Luiz, Maggi, Findus, Chambourcy, Minalba e Yopa, adquiriu a indústria de biscoitos Tostines e a Aliram;
- a Parmalat, que já produzia biscoitos com a marca Parmalat, adquiriu a marca Duchen;
- ainda a Parmalat comprou as seguintes empresas de laticínios: Fiorlat, Alimba, Via Láctea, Lacesa, Sodilac, Cilpe, Ouro Preto, Betânia, Batávia, Moccoca e Spam;
- comprou também a Neugebauer, a mais antiga fábrica de chocolate do país, por US$8,36 milhões, em 1999...
- ...e adquiriu 51% do controle da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLP), dona da marca Batavo;
- a Nabisco adquiriu a Júpiter e a Aymoré;
- o grupo Bunge y Born adquiriu a biscoitos Petybon...
- ...e a Ceval em 1998, por US$201 milhões, do grupo Hering;
- o grupo argentino Macri comprou da empresa americana Quaker a marca Adria, que possui 17% de participação no mercado brasileiro de massas;
- o mesmo grupo comprou o frigorífico Chapecó em 1999;
- a Danone adquiriu a marca Campineira de biscoitos Triunfo;
- a Philip Morris adquiriu a Lacta, incorporando-a a sua divisão de alimentos Suchard Brasil SA;
- a Unilever adquiriu a Kibon da Philip Morris em 1998 por US$930 milhões
- e a Acher-Daniels Midland comprou por US$165 milhões parte das fábricas de processamento de soja da Sadia Concordia em 1998.

cínios e em menor proporção para os de moinhos, preparados e congelados.

Os supermercados: oligopsônio

As aquisições recentes no ramo supermercados vêm afetando bastante a estrutura da indústria de alimentos no Brasil. O processo de consolidação das redes de supermercados se intensificou após o Plano Real, pelo acirramento da concorrência e pela eliminação da possibilidade de lucro financeiro fácil.

A estabilização econômica estimulou as multinacionais do setor a invadirem o país. Identifica-se um aumento significativo das fusões e aquisições nesse segmento a partir de 1996: de duas operações por ano, passou-se a 13 em 1998. Essa corrida vem sendo liderada pelas cadeias Carrefour e Pão de Açúcar, em um mercado onde as cinco maiores redes de supermercados já respondem por 40% das vendas do setor no país, ou seja, R$22 bilhões em 1999.

A concentração está evoluindo para uma situação de oligopsônio, onde um pequeno número de compradores está ditando as regras do mercado para um grande número de vendedores.

Poder ao distribuidor

No passado a indústria de alimentos enfrentava uma situação inversa de mercado, pois lidava com um universo de clientes pequenos e médios, pulverizados e de base regional, o que aumentava seu poder de barganha.

O novo quadro pressiona o setor de alimentos em direção à consolidação. Diminuem os espaços de prateleira e as oportunidades para as empresas menores regionais do setor. As modernas redes de supermercados demandam redução do número de fornecedores, como forma de simplificar e otimizar seu sistema de logística.

O crescimento das marcas próprias nos supermercados também surge como resultado do deslocamento de poder em direção ao distribuidor.

Mas há outros fatores incentivando fusões e aquisições no setor: a estratégia de focalização; a busca de economias de escala, com redução de custos que compensam investimentos crescentes em propaganda e distribuição; e a busca de agilização de entrada em novos mercados via aquisição, considerando-se aqui tanto novos produtos quanto expansão territorial, forma de reduzir o custo de implantação ou aprendizagem.

Presença das multinacionais

As multinacionais vêem o potencial do mercado brasileiro como uma alternativa à saturação do mercado de alimentos nos países desenvolvidos.

Empresas transnacionais globais como Nabisco, Nestlé e Parmalat gradativamente vêm adquirindo várias empresas e marcas nacionais.

O sucesso do grupo Parmalat – que a partir da década de 1990 passou a atuar agressivamente no país, realizando grande número de aquisições, e que multiplicou o seu tamanho por 53 desde 1989, passando de um faturamento de US$38 milhões para US$2 bilhões em 1998 – deve continuar estimulando investidas no mercado brasileiro.

Ultimamente as empresas internacionais têm se mostrado mais interessadas em comprar marcas locais fortes do que em partir para a introdução de novas marcas, assim como têm preferido entrar no mercado via aquisição em vez de começar do zero. São manobras táticas que agilizam o processo reduzindo seu custo, pois aproveitam as estruturas existentes. A condição de preço favorável das empresas locais enfraquecidas tem servido como incentivo extra a essas iniciativas.

Juntando-se aos grandes

A presença intensa de grandes indústrias estrangeiras no mercado brasileiro passou a ser um desafio para os fabricantes locais, obrigados a um grande esforço de adequação à nova realidade em nome da sobrevivência e de seu espaço no mercado.

O episódio dos chocolates é típico. A entrada no país da Philip Morris, da italiana Ferrero Rocher e da argentina Accor deixou o mercado tenso, aumentando a pressão sobre os fabricantes nacionais.

Devem continuar os movimentos de reestruturação, e o espaço para as pequenas e médias empresas nacionais do setor deve ficar cada vez mais restrito aos nichos geográficos e de produtos específicos onde ainda podem usufruir de vantagem competitiva. A integração na cadeia produtiva das grandes empresas, através de alianças, franquias ou terceirização da produção, é outra alternativa para os pequenos e médios produtores.



Luís Guilherme de Sá, *M.Sc, é doutorando da Escola de Química da UFRJ, na área de Gestão e Inovação Tecnológica em parceria com a Columbia Business School. E-mail: ls507@columbia.edu*

Suzana Borschiver, *M.sc, é doutoranda da Escola de Química da UFRJ, na área de Gestão e Inovação Tecnológica, e pesquisadora da Siquim (Sistema de Informação da Indústria Química). E-mail: suzana@eq.ufrj.br*

Adelaide M.S.Antunes, *D.Sc, é coordenadora do Siquim e professora do curso de pós-graduação da área de Gestão e Inovação Tecnológica da EQ/UFRJ. E-mail: adelaide@eq.ufrj.br*

Modernização necessária

O suprimento de hortifrutigranjeiros passa pela modernização de seus canais tradicionais

José Honório Accarini
Marcos Aurélio Mazocato
Otávio Gondim Pereira da Costa
Rita de Fátima Alves Luengo

O canal de comercialização de hortifrutigranjeiros, tradicionalmente integrado por produtores, atacadistas e varejistas, vem passando por alterações em sua composição, ora pela conexão direta de grandes varejistas com produtores, ora pelo crescimento do elo atacadista, com capacidade de dominar boa parcela do mercado, eliminar concorrentes e prestar serviços especializados como as Ceasas.

Fontes e estimativas

A participação relativa de cada integrante do canal de comercialização de hortifrutigranjeiros no Brasil foi aferida de dados dispersos em diversas fontes e estimativas (tabela 1).

A participação dos supermercados foi estimada em cerca de 10% do consumo *in natura* – correspondente à disponibilidade interna menos exportações e menos utilização de frutas e legumes por agroindústrias.

A participação das agroindústrias predomina no contexto global, com percentual médio de 50,83. A importância das Ceasas na comercialização de frutas é modesta, passando por esses entrepostos 16,75% da disponibilidade interna. No caso de legumes e verduras, sua importância cresce para 27,84%. Os demais elos apresentam participação importante no escoamento de frutas (28,42%) e menor no de legumes e verduras (10,07%), mas superam os supermercados em ambos os casos e as Ceasas nas frutas.

Elos da comercialização

Para examinar a participação relativa dos diferentes elos do canal de comercialização, o melhor é retirar do consumo aparente a utilização de produtos pelas agroindústrias, que usualmente constituem o canal de comercialização específico e direto produtor-agroindústria.

Esses dados estão contidos na tabela 2 e ilustrados nos gráficos 1 e 2. Pode-se constatar que os demais elos do canal de comercialização predominam nas frutas, o mesmo ocorrendo com as Ceasas nos legumes e verduras. Em ambos os casos os supermercados apresentam participação média de 14,63%.

Os percentuais contidos nos gráficos são estimativas em nível de Brasil. Segundo estudos elaborados pela Embrapa Hortaliças, existem significativas diferenças regionais. Na Região Metropolitana de São Paulo as feiras livres detêm maior importância na distribuição de produtos hortícolas, embora se tenha reduzido seu papel abastecedor. Já nas capitais dos estados da região Sul predominam os supermercados e, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os sacolões.

Ameaça às Ceasas

Se as Ceasas não se modernizarem tenderão a perder importância no processo de comercialização e até mesmo a desaparecer – avisa o ensaio da edição de junho de AGROANALYSIS. Alguns estudiosos do assunto apontam essa tendência como irrelevante ou mesmo desejável, ante as ações abusivas e predatórias praticadas nas últimas décadas, prejudicando produtores, varejistas e consumidores.

Alguns desses estudos reforçam a previsão:

- decresceu 15% da movimentação física na Ceasa de São Paulo entre 1991/92 e 1998, o equivalente a 400 mil toneladas (US$240 milhões anuais);
- assiste-se à organização de centrais próprias de compra de hortifrutigranjeiros por super e hipermercados por meio de contratos de produção, ainda que meramente verbais, permitindo-lhes praticar formação autônoma de preços;
- no Brasil, os hortifrutigranjeiros já respondem por aproximadamente 12% do faturamento das grandes redes supermercadistas e por cerca de 8,5% dos hipermercados, algo em torno de US$6 bilhões anuais;
- avalia-se que o setor de supermercados distribui atualmente em São Paulo cerca de 30% dos hortigranjeiros;
- nos países desenvolvidos, o segmento de auto-serviço responde por aproximadamente 70% do abastecimento de hortifrutigranjeiros e no Brasil essa percentagem é de apenas 25%, o que mostra o potencial de crescimento dos supermercados;
- os supermercados com até quatro caixas registradoras, que representam 70% do setor, ainda não organizaram a seção de frutas, verduras e legumes, que, sendo estratégica para atrair clientes, deverá ser rapidamente implantada, aumentando ainda mais a participação desses estabelecimentos na distribuição de tais produtos.









Dados metodológicos

Sobre uma cesta de 25 produtos hortifrutigranjeiros representativos de aproximadamente 65% das quantidades comercializadas em 1996 (produção total menos processamento agroindustrial), foram construídos os gráficos 3 e 4, usando-se os dados disponíveis e a memória de cálculo contida na tabela 4 com a seguinte metodologia: acrescentaram-se às margens do atacado relativas a 1996 os pontos percentuais apurados em setembro de 1999 entre o preço médio dos supermercados e o da Ceasa-DF, tendo em vista que as margens do atacado e dos supermercados se referem a diferentes anos.

Embora a metodologia empregada não seja tecnicamente a melhor por falta de dados, o gráfico 3 indica as margens de comercialização do atacado e dos supermercados, podendo-se constatar que ambas são elevadas. O produtor recebe cerca de 50% do preço de venda do atacadista e aproximadamente 25% do preço cobrado pelos supermercados.

Vantagens e força dos supermercados

Os hortifrutigranjeiros estão cada vez mais presentes nos supermercados, que geralmente utilizam esses produtos em campanhas promocionais como chamariz para atrair clientes. Sendo produtos altamente perecíveis, concorrem para aumentar a freqüência das idas ao supermercado, o que sempre leva ao consumo de outros itens e aumenta as vendas dos lojistas.

A crescente participação do capital estrangeiro no segmento de supermercados, que passou de 9,9% em 1992 para 20,1% em 1998, é outro fator de crescimento da participação desse elo de comercialização, que tende a modernizar-se com o uso de tecnologias e conhecimentos das lojas matrizes, como o uso de códigos de barra para identificar produtos, preço, validade, procedência, controle de estoque e assim por diante, aumentando a segurança do comerciante e do consumidor.

Tal prática torna o produto inteiramente rastreável, como ocorre com os oriundos da agroindústria e em mercados mais organizados de outros países. A rastreabilidade permite ao consumidor identificar endereço e telefone do produtor, formas de preparo e conservação, prazo de validade, qualidades nutricionais, formas de cultivo e outras informações úteis.

Exemplos de modernização

O processo de estabilização econômica e a conseqüente redução das margens de lucro antes proporcionadas pelas elevadas taxas inflacionárias, a tendência do consumidor a tornar-se mais exigente (amparado inclusive pelo Código de Defesa do Consumidor) e as efetivas potencialidades do Brasil para tornar-se mais participativo no mercado internacional de frutas, legumes e verduras – o que requer reestruturação de toda a cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização – contribuem para a modernização das centrais de abastecimento, condição de sua sobrevivência.

Em algumas centrais já se manifestam – e em outras se concretizam – medidas nesse sentido, como ocorre com a Ceasa de Campinas, considerada referência nacional na comunidade de entrepostos atacadistas. Esse entreposto, vinculado à prefeitura municipal, não acarreta ônus à municipalidade, na medida em que empreende seus projetos explorando ao máximo parcerias com a iniciativa privada.

A Ceasa de Campinas, ao contrário da de São Paulo, vem comercializando quantidades crescentes de hortifrutigranjeiros, planeja expandir em 30% suas instalações, e implantou mercado permanente de flores que, ao atrair vendedores e compradores, proporcionou aumento de 186% no número de floricultores. Adicionalmente, conta com vasta rede auxiliar de comércio de produtos complementares e serviços de apoio, como atendimen-

to médico e odontológico, agências bancárias, posto policial, oficinas mecânicas, restaurantes e posto de combustível 24 horas.

Ademais, lá se desenvolvem estudos para viabilizar a implantação de sistema eletrônico de comercialização baseado no intercâmbio de compradores e vendedores via Internet, o que permitirá a exposição de lotes de produtos, realização de lances e negociação em tempo real. Isso evidencia que a modernização desses entrepostos no Brasil não é apenas necessária como plenamente viável em termos econômicos – e também sociais.

Aperfeiçoam-se as Ceasas

No campo social pratica-se o aproveitamento de excedentes não comercializados no mercado atacadista, atualmente distribuídos *in natura* para entidades beneficentes e famílias carentes, com a colaboração de empresas privadas e do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital).

Apesar de ter experimentado decréscimo nos volumes transacionados ao longo dos últimos anos, a Ceasa de São Paulo também vem adotando medidas importantes para modernizar a comercialização: padronização de alface, banana, berinjela, caqui, goiaba, nectarina, pêssego, pimentão e tomate e transformação do entreposto de mero locador de espaço aos canais de distribuição em prestador de serviços nas áreas de padronização, capacitação e classificação, acompanhamento, fiscalização e controle fitossanitário.

As centrais de abastecimento podem e devem recuperar sua importância, porque é praticamente inviável, tanto técnica como economicamente, as redes de supermercados comprarem diretamente do produtor. Esse é capaz de responder de modo eficiente pela produção de aproximadamente cinco ou seis produtos, enquanto um supermercado razoavelmente sortido opera com cerca de uma centena de frutas, legumes e verduras, cujo suprimento exigiria grande quantidade de produtores transitando diariamente nas lojas – o que é desaconselhável em termos logísticos e da imagem do supermercado.

Resgate possível

Entretanto, para que essa recuperação

1. Brasil: comercialização de hortifrutigranjeiros – 1996

em t

	Frutas		*Legumes e verduras*	
	Participação % por canal no escoamento da disponibilidade interna		*Participação% por canal no escoamento da disponibilidade interna*	
1. Produção interna	30.276.047	98,29	17.823.895	94,42
2. (+) Importações	527.154	1,71	1.053.080	5,58
3. (=) Disponibilidade interna	30.803.201	100	18.876.975	100
4. (-) Exportações	199.683	0,65	44.241	0,23
5. (=) Consumo interno aparente	30.603.518	99,35	18.832.734	99,77
5.1 Ceasas	5.160.384	16,75	5.255.362	27,84
5.2 Supermercados	2.407.676	7,82	1.238.080	6,56
5.3 Agroindústrias de frutas	14.280.288	46,36		
.. Laranja (74%)	13.315.723		–	
.. Figo (75%)	240.000		–	
.. Abacaxi (35%)	177.063		–	
.. Jaca (65%)	137.020		–	
.. Maracujá (90%)	127.234		–	
.. Goiaba (40%)	104.000		–	
.. Pêssego (70%)	52.259		–	
.. Caju (95%)	39.909		–	
.. Acerola (100%)	32.990		–	
.. Açaí (70%)	32.194		–	
.. Cupuaçu (95%)	10.339		–	
.. Ameixa (26%)	4.669		–	
.. Amora (98%)	2.698		–	
.. Guaraná (100%)	2.163		–	
.. Graviola (97%)	922		–	
.. Sidra (100%)	525		–	
.. Tamarindo (88%)	377		–	
.. Marmelo (96%)	107		–	
.. Framboesa (100%)	98		–	
5.4 Agroindústrias de legumes			10.438.973	55,30
.. Mandioca (95%)	–		8.644.253	–
.. Tomate (65%)	–		1.061.081	–
.. Batata-inglesa (32%)	–		512.190	–
.. Milho verde (68%)	–		198.655	–
.. Palmito (86%)	–		11.758	–
.. Pimenta (50%)	–		4.585	–
.. Cogumelos (100%)	–		4.424	–
.. Pupunha (86%)	–		1.115	–
.. Ervilha (95%)	–		531	–
.. Alho (1%)	–		380	–
5.5 Demais elos do varejo *	8.755.170	28,42	1.900.320	10,07

* Quitandas, feiras livres, frutarias, empórios, ambulantes, sacolões, varejões etc. Obtidos por resíduo.

Fontes dos dados primários:

- percentuais entre parêntesis, relativos à produção processada pelas agroindústrias: estimativas da Conab (mandioca) e Embrapa (demais produtos);

- tabela 3 e anexos 4 e 5 publicados nesta Revista em dezembro de 1999; e

- Alice – exportações e Alice – importações efetivas. Secex/Dicex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília, 1999.

2. Brasil: comercialização de hortifrutigranjeiros exceto agroindústrias – 1996

	Frutas		*Legumes e verduras*	
Canais de comercialização	Toneladas	%	Toneladas	%
Ceasas	5.160.384	31,23	5.255.362	62,28
Supermercados	2.407.676	14,57	1.238.080	14,68
Outros canais	8.755.170	52,99	1.900.320	22,52
Exportação	199.683	1,21	44.241	0,52
Comercialização aparente = (A) + (B)	16.522.913	100	8.438.003	100
(A) Comercialização interna	15.995.759	98,29	7.384.923	88,88
(B) Importações	527.154	1,71	1.053.080	11,12

Fonte dos dados primários: tabela 1.

3. Brasil: comercialização de hortifrutigranjeiros via Ceasas – 1996

Frutas	*Toneladas*
Laranja	1.569.540
Banana	632.882
Melancia	376.737
Maçã	368.032
Mamão	292.890
Abacaxi	147.088
Melão	95.715
Uva (para mesa)	85.897
Pêra	62.599
Outras	1.529.004
Total frutas	5.160.384
Legumes e verduras	
Cebola	1.240.265
Tomate	888.559
Batata-inglesa	433.309
Cenoura	321.604
Pimentão	225.839
Chuchu	192.551
Abóbora	161.654
Pepino	108.240
Couve-flor	75.401
Alface	62.174
Alho	27.183
Couve	15.018
Outras	1.503.566
Total legumes e verduras	5.255.362
Total geral	10.415.746

Fonte dos dados primários: *Revista Hortifruti* – Guia de Mercado, Curitiba, 1998.

seja viável, as Ceasas terão que concorrer com supermercados de grandes redes. Eles estão montando – ou já o fizeram – centrais de abastecimento próprias, que enviam cargas específicas para cada loja.

Outra opção é terceirizar as compras de produtos hortifrutigranjeiros para atacadistas especializados que adquirem diretamente dos produtores ou mesmo das Ceasas que, conseguindo alcançar níveis de modernização condizentes com a atual realidade do mercado – inclusive através de privatização –, podem estancar o processo de esvaziamento que se esboça e passar a desempenhar papel de extrema relevância no processo de comercialização de frutas, legumes e verduras.

É recomendável a modernização das Ceasas. Se não houver cuidadosa orientação aos produtores – principalmente quanto aos preços de venda –, as compras diretas realizadas por supermercados podem prejudicá-los economicamente: 43,5% dos super e hipermercados não trabalham com quadro fixo de fornecedores, preferindo alterná-los segundo sua conveniência. Isso aumenta a incerteza do produtor, que fica à mercê de um monopsonista em vez de vender seus produtos nas Ceasas onde o grau de competição é maior.

Margens de comercialização

Do lado atacadista, poder-se-ia argumentar que o poder de oligopsônio que esse elo da cadeia de comercialização detém ante os produtores é explicativo. Na realidade, isso explica parte da margem de comercialização; mas é preciso levar em conta dois fatores atenuantes:

- a concepção das Ceasas reduz o poder do oligopsônio, ao colocar num mesmo local físico produtores e atacadistas;

- é prática crescente dos supermercados a devolução de hortifrutigranjeiros deteriorados aos que os vendem, os quais têm de fazer a reposição dos produtos. Isso transfere os custos do desperdício ao atacadista que, por sua vez, os repassa aos produtores.

A elevada margem de comercialização dos supermercados pode ser explicada pelos desperdícios e pelos custos normais de distribuição, acrescidos daqueles decorrentes do fato de os produtos chegarem das fontes de abastecimento sem os devidos cuidados em termos de conservação e embalagem.

Esse fato é confirmado por estudos realizados pela Embrapa Hortaliças em 1999 em supermercados de Brasília, nos quais foi constatado que em média 50,86% do total de cenoura, pimentão e tomate adquiridos já chegavam danificados mecânica ou fisiologicamente. Isso evidencia que melhorias no sistema de classificação, embalagem e transporte podem contribuir significativamente para reduzir desperdícios e margens de comercialização.

As agroindústrias predominam no escoamento global dos hortifrutis, com percentual médio de 50,83. A importância das Ceasas para as frutas é modesta: passam por elas 16,75% do consumo aparente. No caso de legumes e verduras, sua importância cresce para 27,84%.

Apropriação de renda

No gráfico 4 as margens foram ponderadas pelas quantidades comercializadas para consumo *in natura*, metodologia mais adequada para se conhecer a apropriação de renda pelos diferentes segmentos, aspecto mais relevante em termos econômicos.

Confrontados os resultados dos dois gráficos, cabem duas constatações principais:

4. Brasil: Hortifrutigranjeiros – Quantidades comercializadas, valor da produção e preços ao produtor, no atacado e no varejo

diversos períodos

Produtos	Comercialização 1996	Comercialização 1998	Valor da produção comercializada (R$ milhões) 1996 Produtor IBGE	1996 Ceasa-DF Atacado	1999 (est.) Ceasa-DF Atacado	1999 (est.) Super-mercados	R$/Kg 1996 Produtor IBGE	Set. 1996 Ceasa-DF Atacado	Set. 1999 (est.) Ceasa-DF Atacado	Set. 1999 (est.) Super-mercados
	Toneladas	Toneladas								
Abobrinha	68.834	95.704	18,48	28,39	18,61	96,66	0,27	0,41	0,19	1,01
Alface	311.888	433.635	152,35	196,49	185,84	611,43	0,49	0,63	0,43	1,41
Almeirão	10.382	14.435	6,61	11,21	10,83	43,02	0,64	1,08	0,75	2,98
Banana	5.125.670	9.246.210	613,43	4.746,37	5.238,88	8.229,13	0,12	0,93	0,57	0,89
Batata-inglesa*	1.224.405	1.818.976	225,71	538,74	527,50	691,21	0,18	0,44	0,29	0,38
Berinjela	39.548	54.986	10,43	14,63	38,95	68,73	0,26	0,37	0,71	1,25
Beterraba	144.758	201.265	37,27	88,30	88,36	199,25	0,26	0,61	0,44	0,99
Brócolis	36.307	50.480	22,50	64,63	51,49	118,12	0,62	1,78	1,02	2,34
Cará	15.557	21.630	5,13	10,73	3,02	23,58	0,33	0,69	0,14	1,09
Cebola	723.728	827.273	115,58	318,44	256,45	314,36	0,16	0,44	0,31	0,38
Cenoura	453.907	631.092	95,81	113,48	265,06	435,45	0,21	0,25	0,42	0,69
Chuchu	296.804	412.663	48,75	60,84	202,20	367,27	0,16	0,21	0,49	0,89
Couve	96.916	134.748	40,19	94,98	106,45	164,39	0,41	0,98	0,79	1,22
Couve-flor	139.135	193.447	39,08	96,00	132,36	539,72	0,28	0,69	0,68	2,79
Inhame	84.831	117.945	36,80	72,11	20,57	175,74	0,43	0,85	0,17	1,49
Laranja*	4.678.497	6.203.534	248,24	374,28	351,14	2.853,63	0,05	0,08	0,06	0,46
Maracujá*	14.137	17.307	8,41	13,57	20,59	37,90	0,60	0,96	1,19	2,19
Morango	37.598	46.027	41,79	100,39	122,74	208,96	1,11	2,67	2,67	4,54
Pepino	170.695	237.327	45,12	37,55	26,11	353,62	0,26	0,22	0,11	1,49
Pimentão	246.781	343.113	89,36	186,32	223,02	1.540,58	0,36	0,76	0,65	4,49
Quiabo	87.406	121.525	34,74	55,94	120,31	278,29	0,40	0,64	0,99	2,29
Rabanete	9.140	12.708	4,30	8,04	2,38	11,69	0,47	0,88	0,19	0,92
Repolho	501.110	696.721	94,15	165,37	61,12	452,87	0,19	0,33	0,09	0,65
Tomate*	652.973	1.101.868	163,21	398,31	231,39	1.487,52	0,25	0,61	0,21	1,35
Vagem	70.007	97.335	28,02	33,95	13,18	222,90	0,40	0,49	0,14	2,29
Totais	15.241.014	23.131.954	2.225,46	7.829,08	8.318,57	19.526,02	8,92	17,98	13,69	40,47

1999 (est.): estimativas

*Subtraídos da produção os percentuais de processamento agroindustrial contidos na tabela 1.

Fonte dos dados primários: anexos 4 e 5 do artigo publicado nesta Revista em dezembro de 1999 e pesquisa de campo realizada pelos autores.

- em termos absolutos ampliam-se as margens do atacado e dos supermercados, o que evidentemente onera o consumidor;

- a apropriação da renda se altera, uma vez que a margem do atacado amplia-se de 101,51 para 251,8 pontos percentuais, enquanto a dos supermercados diminui de 195,64 para 134,72 pontos percentuais.

Outra conclusão importante, decorrente das anteriores, é a de que desse ponto de vista o produtor recebe renda global de 28,43% da obtida pelos atacadistas e apenas 20,55% da auferida pelos supermercados. Isso constitui grave empecilho ao desenvolvimento do agronegócio apoiado nos hortifrutigranjeiros, porque desestimula o produtor a ampliar a oferta e reduz o consumo, elevando os preços do varejo.

Para eliminar esse ponto de estrangulamento ou pelo menos atenuá-lo, é preciso que os produtores agreguem valor aos produtos antes que saiam de suas propriedades. Isso depende da eficiência do sistema de padronização e classificação e do emprego de técnicas adequadas de colheita e embalagem (além do transporte), o que deve ser realizado por ações conjuntas entre governo e iniciativa privada.

José Honório Accarini *é coordenador geral de Agricultura e Recursos Hídricos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;* Marcos Aurélio Mazocato *é gerente de projetos internacionais no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;* Otávio Gondim Pereira da Costa *é chefe de divisão na Coordenação-Geral de Agricultura e Recursos Hídricos, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;* Rita de Fátima Alves Luengo *é pesquisadora em Pós-Colheita de Hortaliças, no Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças, na Embrapa.* *Os autores agradecem às seguintes pessoas pelo fornecimento de dados e informações utilizadas nesse artigo:* Milza Moreira Lana, *do Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças da Embrapa;* João Batista Marinelli *e* Jeová Pereira do Amaral, *da Ceasa-DF, e* Daniel M. A. Ramos, Fernando Sachetti *e* Celso Teixeira Cordeiro, *do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).*

A união faz a diferença

Parceria entre pesquisa estatal e iniciativa privada pode desenvolver a pesquisa agropecuária no Brasil

José Francisco Ferraz de Toledo
Dario Minoru Hiromoto
Carlos Alberto Arrabal Arias

A internacionalização da economia trouxe uma demanda maior de produtos e serviços de alta qualidade por parte de uma sociedade cada vez mais ciente de seus direitos. A sustentabilidade da atividade econômica, com garantias de preservação do meio ambiente e da qualidade de vida, é exigência da nova condição de um mundo globalizado.

A abertura dos mercados aumentou a competitividade na economia, expôs as deficiências do setor produtivo e dificultou a manutenção dos privilégios de países, regiões, grupos políticos ou agentes econômicos. Interligou os mercados nacionais de produtos e serviços e fez despontar, imediatamente, as unidades produtivas mais eficientes.

A eficiência decorre de menor custo e outras vantagens estratégicas como escala de produção, facilidade de transporte, tecnologia disponível etc. Houve significativa melhoria na quantidade e na qualidade de bens e serviços ofertados ao consumidor.

Falando de agronegócios

Em se tratando de produtos agrícolas, o rearranjo dos mercados tem sido distorcido pelas barreiras que representam o interesse de países ou agentes individuais que, em prejuízo dos consumidores, insistem em manter subsídios e outras formas de proteção que diminuem a livre concorrência e a eficiência do setor.

O Brasil possui grande potencial para competir num mercado agrícola globalizado e livre de amarras protecionistas. Para realizar esse potencial há necessidade de forte atuação conjunta do governo e do setor produtivo brasileiros em defesa dos interesses nacionais nos fóruns da Organização Mundial do Comércio – OMC.

Alguns setores do agronegócio brasileiro já possuem capacidade competitiva para participar com sucesso do mercado internacional. Outros passam, ou terão que passar, por ajustes para poderem se integrar ao mercado. Faz parte desse processo de ajuste o deslocamento, para os cerrados brasileiros, da cadeia produtiva de grãos e de alguns outros setores agregados, como a produção de suínos e aves. É preciso reduzir custos, com ganhos de escala e integração entre os componentes da cadeia produtiva e da cadeia de transporte e comercialização.

Apoio tecnológico

Paralelamente a essas mudanças ocorre um desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes no mundo, com transferência do poder para o domínio do conhecimento. Avanços na biotecnologia e em outras áreas estratégicas estão alterando as formas de produção na agropecuária.

Manter as vantagens competitivas do agronegócio para o Brasil significa contar com apoio tecnológico, e a Embrapa tem parte importante nessa função. Mas a demanda já excede em muito sua capacidade de atendimento, o que torna imprescindível a existência de alternativas de financiamento e de apoio à execução das pesquisas.

O exemplo de sucesso dessa forma alternativa de pesquisa é a associação da Embrapa Soja (unidade da Embrapa sediada em Londrina, no Paraná, e responsável pela pesquisa de soja para todo o Brasil) com os produtores de sementes dos vários estados brasileiros para conduzir programas de melhoramento genético.

Soja: cultivo nacional

Graças ao desenvolvimento de cultivares e outras tecnologias que a adaptaram às condições tropicais do país, especialmente aos cerrados, hoje o Brasil inteiro cultiva a soja. Há grande diversidade de produtores quanto ao tamanho da propriedade e, em menor escala, quanto ao nível de adoção de tecnologias.

Não há subsídios à produção ou ao consumo de soja. O custo operacional de produção é de aproximadamente US$380,00 por hectare, enquanto os custos de transporte podem variar de US$22,00 a US$55,00 a tonelada.

A produção de soja no Brasil aumentou 29% nos últimos 10 anos, passando de 24 milhões para 31 milhões de toneladas entre as safras de 1988/89 e 1998/99. A produtividade passou de 1.940kg/ha, em 1988/89, para 2.360kg/ha, em 1998/99, enquanto a área plantada evoluía de 12,2 para 13 milhões de hectares. Todas as regiões apresentaram aumento de produção. O principal incremento ocorreu no Centro-Oeste: de 8,8 milhões para 13 milhões de toneladas.

A chave do tamanho

A grande extensão territorial do Brasil sempre foi um grande desafio à atuação das Unidades de Pesquisa da Embrapa.

Para a cultura da soja, que através

do melhoramento genético havia transposto os limites estabelecidos pelas estreitas faixas de adaptação das variedades tradicionais e afinal se incluíra nos sistemas de plantio do Centro-Oeste, as soluções tinham que ser criativas. Era preciso apoiar a produção com tecnologias, serviços e produtos que garantissem segurança e retorno econômico ao produtor, qualidade ao consumidor e sustentabilidade ambiental. E só se conseguiria isso por uma ampla integração entre vários agentes da cadeia produtiva e a pesquisa estatal.

As parcerias mais bem-sucedidas foram as realizadas entre a Embrapa Soja e os produtores de sementes. O produtor de semente é um cliente direto da pesquisa, interessado na existência de variedades produtivas e bem adaptadas às várias regiões, capazes de garantir seu negócio – multiplicação e venda de sementes.

Implementando o trabalho

Grupos de produtores de sementes se associaram em fundações privadas de apoio à pesquisa para auxiliar na criação e desenvolvimento de novas variedades de soja em troca de co-propriedade dessas variedades ou de exclusividade na produção de sementes.

Logo ficou claro que as variedades deveriam ser ofertadas junto com um conjunto de tecnologias, como manejo da fertilidade dos solos e das doenças e pragas, garantindo o sucesso do produtor de grãos. Só a união dos esforços de instituições parceiras conseguiria implementar esses trabalhos nas dimensões necessárias.

Os objetivos gerais dessas parcerias podem ser resumidos em: apoio à pesquisa e ao desenvolvimento do setor; transferência de tecnologia; definição de prioridades para a pesquisa, captação de recursos e mobilização de suporte político-institucional.

O lado legal

As parcerias foram regidas por diretrizes destinadas a criar um arcabouço legal para facilitar o trato da "coisa pública". Essas diretrizes dizem respeito a: adesão à missão da Embrapa Soja, valorização da tecnologia, inserção da instituição no mercado, interação com o cliente, redução de custos, integração dos participantes da cadeia produtiva e proteção do conhecimento.

As vantagens dessas parcerias ficaram logo aparentes: a iniciativa privada viabilizou recursos para financiar o custeio e o investimento da pesquisa; a capacidade de pesquisa da Embrapa Soja ganhou divulgação pelo *marketing* do produtor de semente; livre das amarras financeiras, o quadro de pesquisadores, experiente e bem treinado, pôde expressar sua criatividade e o pesquisador foi posto em contato direto com seu cliente, obtendo rapidamente informações que permitiram a criação de produtos necessários à cadeia produtiva.

Além disso desenvolveram-se mais equipes de melhoramento genético em regiões ecológicas estratégicas, como os cerrados. Isso foi essencial para vencer as barreiras à interação entre os genótipos ou variedades e o ambiente.

Deslancha a produtividade

Foram obtidas variedades bem adaptadas e altamente produtivas. A tabela mostra a evolução da produtividade da soja brasileira em 25 anos agrupados por qüinqüênios.

Nos dois últimos períodos de cinco anos a produtividade aumentou notavelmente em relação aos anteriores. Esse aumento coincide com o período de amadurecimento e forte ação das parcerias, que mesmo enfrentando problemas importantes – como as doenças cancro-da-haste e nematóide de cisto – foram capazes de criar variedades lucrativas.

A área plantada com variedades das parcerias atinge hoje cerca de 70% dos 13,1 milhões de hectares de soja, garantindo a sobrevivência de cerca de 550 empresas tipicamente nacionais no ramo de produção de sementes de soja. A produtividade brasileira, com exceção do Rio Grande do Sul, é semelhante à dos Estados Unidos.

Vantagens da organização

Para os agricultores ainda há o benefício de uma semente a preços acessíveis, US$20-25 por saca de 50kg, cerca de metade do que paga um produtor norte-americano.

Para a Embrapa Soja houve, como benefício extra, o aporte de R$954.804,00 em recursos diretos e R$2.069.000,00 em recursos indiretos somente em 1998. Esses valores são significativos quando comparados com o total de R$1 .517.150,05 de recursos do Tesouro Nacional alocados para o custeio (exceto pessoal) da unidade no mesmo período.

A agregação de setores tão distintos como pesquisa e produtores de sementes permitiu que os produtores enxergassem nitidamente as vantagens de estarem organizados. Outras formas de associação e parceria têm sido estabelecidas. Empresas produtoras de insumos, máquinas ou comercialização estão sendo chamadas para compor parcerias e os primeiros resultados estão aparecendo: redução de custos e aumento da eficiência.

Mudança estrutural

O desenvolvimento do modelo de atuação coletiva vai possibilitar ao agronegócio uma mudança estrutural, que irá se formalizar através de instrumentos contratuais que não sirvam apenas de controle às ações desenvolvidas, mas também como incentivo e efetivação de novas alianças e parcerias.

Ganha o país, que se mantém competitivo no estratégico setor agrícola, e ganham as regiões, que se desenvolvem pelo dinamismo dos vários setores que se beneficiam do aumento da renda local.

O agronegócio da soja talvez seja aquele em que o Brasil possui a maior capacidade de competir num mercado globalizado. Há disponibilidade de tecnologia, capacidade instalada e integração entre os vários setores da cadeia produtiva. A atuação da pesquisa, Embrapa e parceiros, foi fator determinante desse sucesso e da continuidade desse trabalho dependerá o desempenho futuro.

José Francisco Ferraz de Toledo é engenheiro agrônomo, PhD, pesquisador da Embrapa Soja; Dario Minoru Hiromoto e Carlos Alberto Arrabal Arias são engenheiros agrônomos, doutores, pesquisadores da Embrapa Soja.

A carne é forte

É visível o aumento do rebanho, mas o consumo per capita *permanece estacionado em 10 kg/ano*

IRENE RAGUENET TROCCOLI

A suinocultura é, sem sombra de dúvida, uma área *sui generis* do agronegócio brasileiro. Estará produzindo, comercialmente, quase 2 milhões de toneladas de carne no ano 2000, o que terá representado avanço acumulado de 26% em seu desempenho desde meados da década de 90. Suas exportações têm conseguido evoluir, nos últimos cinco anos, à taxa média anual de 4%, apesar de todos os entraves protecionistas que têm encontrado nos mercados europeus e asiáticos.

Tem sido ampla a disponibilização de produtos derivados de suínos aos consumidores varejistas no país.

Notável desempenho

As maiores empresas produtoras da carne suína no país, impulsionadas por constantes avanços tecnológicos, cada vez mais apresentam um desempenho digno de nota. A Sadia e a Perdigão se colocaram entre as cinco primeiras empresas medidas por ativo total no *ranking* setorial de produtos alimentares das 100 Maiores Empresas do Agribusiness de 1997 e de 1998 publicado em AGROANALYSIS.

Da mesma forma, as crescentes exigências industriais quanto à qualidade da matéria-prima a ser transformada têm forçado o aprimoramento do rebanho. É visível o aumento da produtividade dos animais, tanto através de um melhor índice de conversão alimentar como de maior rendimento por carcaça.

Não é para menos que esteja sendo previsto um desfrute do rebanho brasileiro da ordem de 82% no ano 2000, indicador que não passara de 56% em 1995.

Baixo consumo interno

Diante de panorama tão favorável, pergunta-se por que o consumo *per capita* brasileiro de carne suína insiste em permanecer estacionado em cerca de 10kg/ano nos últimos anos? Por que a suinocultura não consegue ser tão bem-sucedida como a avicultura, cujo consumo *per capita* anual no Brasil deverá chegar a 25kg no ano 2000?

> As maiores empresas produtoras da carne suína no país apresentam desempenho digno de nota. A Sadia e a Perdigão estão entre os cinco primeiros ativos no ranking de produtos alimentares das 100 Maiores Empresas do Agribusiness de 1997 e de 1998 de AGROANALYSIS.

A explicação para o fenômeno advém de duas evidências: as próprias particularidades do suíno e a elevadíssima industrialização da carne – característica mais relevante da suinocultura brasileira.

No primeiro caso, a menor competitividade advém de o suíno ser animal que dispõe de ciclo produtivo mais longo e de conversão alimentar menos favorável do que a ave, conseqüentemente demandando mais tempo para a obtenção de um animal em ponto de abate do que na avicultura. O custo desses dois segmentos produtivos difere, com forte vantagem para a ave.

No segundo caso, o consumo interno de carne suína é prejudicado pelo fato de uma proporção muito grande ser industrializada, implicando pequena oferta de cortes *in natura*.

Caminhos opostos

A primeira impressão que se tem é que esse segundo fato não deveria prejudicar as vendas, tendo em vista que a grande diversidade e a elevada qualidade dos chamados embutidos de carne suína em verdade implicam a disponibilidade tanto de produtos baratos (salsicha, mortadela) como de produtos caros (presuntos), passando por uma série de outros itens com preços intermediários.

Em outras palavras, a indústria suinícola brasileira parece encaixar-se no mesmo modelo que alavancou a avicultura brasileira, conseguindo oferecer itens capazes de atender aos mais diversos padrões de poder aquisitivo – característica fundamental para um produto que se pretende disseminar entre os consumidores.

A diferença fundamental entre os dois setores reside em a avicultura atender aos mais diversos perfis de consumidores basicamente com seus cortes *in natura* – já que sua oferta de embutidos é relativamente limitada – enquanto a suinocultura trilha o caminho exatamente oposto.

Aqui como lá fora

Na culinária caseira cotidiana, o consumidor tem ao alcance do bolso não só a ave inteira como as partes do frango, produtos embutidos à base de carne avícola e um crescente número de pratos semiprontos.

No caso da carne suína, porém, a disponibilidade dos cortes *in natura* é limitada às partes mais nobres (lombo, *carré*), de valor mais elevado. Os embutidos, quando encontram espaço nas receitas, não raro entram como um complemento, em pequena escala. E praticamente inexistem pratos semiprontos à base de carne suína.

É consolador porém, saber-se que o problema não é privilégio brasileiro. Também

Brasil: carne suína

Indicadores diversos - 1995 a 2000 (p)

Item	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999 (e)*	*2000 (p)*
Rebanho (mil cabeças)	27.964,00	27.811,00	27.670,00	27.542,00	27.425,00	nd
Produção de carne (mil t equivalente carcaça)	1.430,00	1.600,00	1.518,00	1.652,30	1.751,60	1.836,00
Importação (mil t equivalente carcaça)	0,00	0,00	0,00	0,60	0,50	1,00
Exportação (mil t equivalente carcaça)	31,90	55,70	56,40	73,00	72,20	80,00
Disponibilidade interna (mil t equivalente carcaça)	1.398,10	1.544,30	1.461,40	1.579,90	1.679,90	1.763,00
Disponibilidade *per capita* (kg/hab/ano)	9,00	9,80	9,20	9,80	10,30	nd

Fonte: Conab (1995 a 1999) e Usda (2000).

(e) Estimativa.

(p) Previsão.

nos EUA, onde o consumo *per capita* de carne suína alcança 30kg/ano, a indústria suinícola vem buscando formas de aumentar esse indicador para níveis mais próximos dos 52kg/ano consumidos de carne avícola.

O diagnóstico naquele país é de que o segmento de carne suína está atrasado *vis-à-vis* a indústria avícola porque não se preocupou originalmente em se integrar a seu mercado consumidor – ao contrário do que fez a avicultura. Despreocupados de satisfazer as necessidades do público comprador, os produtores da carne de suíno tradicionalmente tenderam a impor uma *commodity* de qualidade e desempenho instáveis, o que lhes rendeu a atual posição de desvantagem no mercado de carnes dos EUA.

Aperfeiçoando o produto

Consciente dessa falha, a indústria suinícola norte-americana começa a se movimentar para recuperar o tempo perdido. Para tanto, vem concentrando seus esforços em três direções: produto, promoção e processos de produção.

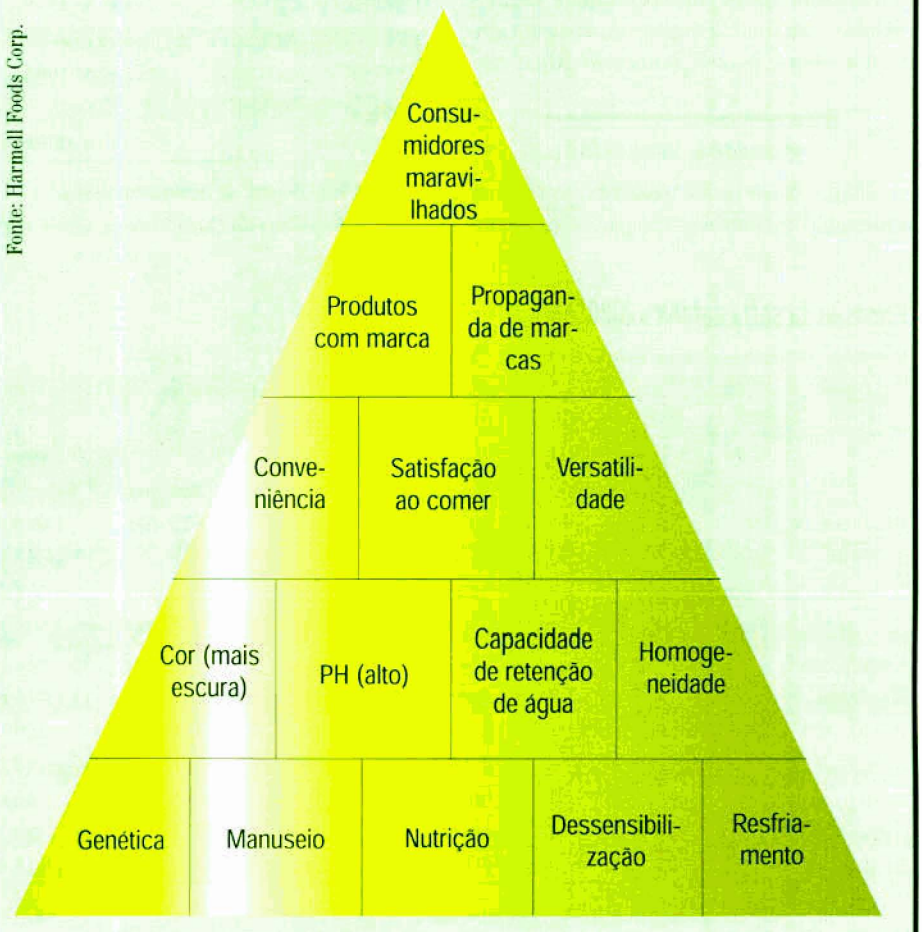
No caso do produto, o centro das atenções está na qualidade final da carne quanto a maciez e umidade, já que pesquisas detectaram que 90% dos consumidores tendem a ingeri-la na forma de bem passada. Ou seja, o suíno deve fornecer matéria-prima com alta capacidade de retenção de água, o que possibilita que a carne seja preparada ao gosto do público sem diminuir em tamanho nem perder maciez.

No caso dos processos de produção, o objetivo tem sido garantir um produto que satisfaça as necessidades alimentares do adquirente, eliminando todo e qualquer temor de um resultado de consumo aquém do desejado. A meta, portanto, é oferecer um alimento que torne mais fácil a vida daqueles que o compram, de preparo mais rápido e com menor esforço.

Finalmente, no caso da promoção, a indústria suinícola dos EUA assume uma postura agressiva, comunicando ao público todos os benefícios que a carne oferece, em vez de apenas chamar sua atenção para a aparência do produto. Para isso, os produtores são convidados a investir pesadamente em propaganda, complementando o esforço com programas de divulgação em parceria com varejistas e restaurantes.

E-mail: irene@fgv.br

Visão de interdependência ao longo das fases da produção de carne suína para o atingimento da satisfação do consumidor



Difícil previsão

Mesmo critérios confiáveis de previsão da safra de café podem ser desmentidos por adversidades do clima

Armando Matielli
André L. Matielli

O clima é o principal dos fatores que limitam a produção de café. No início de agosto passado, o perigo da seca era iminente, a julgar pelos fatos evidentes naquele momento: em 30 de julho de 1999, o déficit hídrico era de 83mm; da segunda quinzena de março até a mesma data, choveu cerca de 1/3 da média nas principais regiões cafeeiras. Agosto caracteriza-se como predominantemente seco e setembro como muito heterogêneo nas principais regiões cafeeiras; no final de julho, era visível o alto nível de estresse das plantas de café.

Prejuízos previstos

Diante desse quadro não era preciso ser um exímio meteorologista para alertar sobre os prejuízos na produção de café da safra 2000/2001.

Um déficit hídrico acima de 150mm causa prejuízos na produção do café Arábica de no mínimo 30%.

Em 30 de novembro de 1999, uma importante fonte – a Estação de Avisos do Ministério da Agricultura de Varginha, em Minas Gerais, a Procafé – acusava um déficit hídrico de 305,8mm. Matematicamente, esse déficit significa um prejuízo de 60% ou mais da produção: com certeza terá havido prejuízos maiores que esse.

Brasil: café – influência do clima

Em milhões de sacas

Ano safra	*Produção*	*Incidentes climáticos*
1970/71	11,00	Seca de 1968
1976/77	9,30	Geada de 1975
1980/81	21,50	Geada de 1979
1986/87	13,90	Seca de 1985
1995/96	16,80	Geada de 1994
Média	14,50	-
2000/2001		Seca de 1999

Fonte: Usda, Depart. de Agricultura dos EUA
Anuário Estatístico do Coffeebusiness 1996, p.32.

Previsão segura

A seca assolou Minas Gerais, São Paulo e com menor intensidade o Paraná. Esses estados correspondem a praticamente 75% do parque cafeeiro nacional.

A produção de café Arábica, concentrada no Espírito Santo, em Rondônia e na Bahia, e a de café Robusta (Conillon) escaparam aos rigores do clima.

A previsão oficial da produção 2000/2001 é elaborada pela Embrapa, onde 220 engenheiros agrônomos de reconhecida competência trabalham com critérios técnicos de amostragem em 3.500 propriedades cafeeiras nas principais regiões produtoras.

Teremos então o número supostamente certo da produção 2000/2001. A Embrapa esperou terminar a colheita 1999, a

Previsão da safra cafeeira 2000/2001

Parque e produção – posição levantada em nov./dez. 1999

Estados e regiões	*Parque cafeeiro*				*Produção*		
	*Em formação**		*Em produção*		*1ª previsão – nov./dez. 1999 (mil sacas beneficiadas)*		
	Área (ha)	*Cafeeiro (mil pés)*	*Área (ha)*	*Cafeeiro (mil pés)*	*Arábica*	*Robusta*	*Total*
Minas Gerais	132.000	479.000	829.000	2.039.000	14.200	–	14.200
Sul/Oeste	78.000	273.000	438.000	1.043.000	8.400	–	8.400
Triângulo/Alto Paranaíba	19.000	83.000	124.000	395.000	2.500	–	2.500
Zona da Mata e Jequitinhonha	35.000	123.000	267.000	601.000	3.300	–	3.300
Espírito Santo	63.700	149.000	508.700	984.000	2.200	4.000	6.200
São Paulo	14.200	43.700	200.400	374.000	3.400	–	3.400
Paraná	19.700	85.300	145.200	298.000	2.200	–	2.200
Rondônia	42.000	95.000	160.000	187.000	–	1.400	1.400
Bahia	16.000	55.000	89.000	145.000	900	200	1.100
Outros	9.000	33.000	48.000	83.000	200	200	400
Total	296.600	940.000	1.980.300	4.110.000	23.100	5.800	28.900

* Até 2,5 anos de idade.
Convênio MA/Embrapa.

florada, o *pegamento das flores*, e iniciou as análises em uma fase que oferece maior segurança, fora do estágio *chumbinho*/expansão.

Prudência e caldo de galinha...

Prever com muita antecedência, esquecendo que o clima é decisivo para a produção de café, pode ser uma imprudência.

Em 1999 essa imprudência causou enorme prejuízo ao país. Antes de se iniciar a última colheita, começaram a surgir estimativas de 40 milhões de sacas para a safra 2000/2001, derrubando os preços a níveis comprometedores.

Com isso vendemos café de excelente qualidade e de uma safra pequena a preços de anos de safra alta.

Nossos avós já diziam que prudência e canja de galinha não fazem mal a ninguém. Vendemos muito café, ganhamos *market-share*, mas agora estamos na enrascada já prevista para o agronegócio café: prejuízos para todos.

A cafeicultura brasileira está instalada a céu aberto, à mercê de adversidades climáticas como veranicos na época produtiva na florada, chuvas de granizo e outras; temos ainda as famigeradas e destrutivas geadas.

Ser realista é preciso

Ora, é preciso ser realista. Desde 1994 não ocorrem geadas, mas sabemos que elas podem e costumam ocorrer, em média uma por década. Estamos entrando no sexto ano sem geada.

Nem terminaram os prejuízos da atual seca e já se começam a prever os números da colheita 2001/2002. É válido prever, mas sem esquecer do clima e que ainda temos 18 meses pela frente antes da safra 2001/2002, período durante o qual atravessaremos dois invernos e muitas intempéries.

O Brasil é o maior produtor mundial de café e logicamente um dos que mais sofrem com incidentes climáticos.

Só para refrescar a memória: nos últimos 30 anos enfrentamos diversos incidentes climáticos com prejuízos para a produção. A tabela mostra os seis mais importantes e podemos conferir a assombrosa média das cinco safras posteriores a essas adversidades: 14,50 milhões de sacas.

No agribusiness do café podemos controlar quase tudo. Mas não podemos controlar na produção o fator soberano que é o clima. Dependemos de São Pedro, que às vezes fecha a torneira – e aí *o bicho pega*.

Armando Matielli *é engenheiro agrônomo.*
André L. Matielli *é aluno de graduação do quinto ano da Esalq/USP.*

Milho

Mais que ajustado

Altos e baixos na produção e ameaça de escassez tornam o milho mais caro no novo ano

Rogério Ferreira de Souza

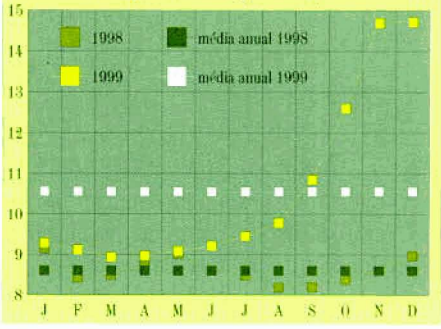
Desde agosto do ano passado os preços do milho no mercado interno vinham mantendo a tendência de alta. A sensação de que faltaria milho para o final do ano, devido aos problemas climáticos que prejudicaram a safrinha e às dificuldades criadas pela alta do dólar ante o real para as importações do produto pelos grandes consumidores, fez com que os preços do milho disparassem.

Comparativamente, no segundo semestre de 1999, conforme mostra o gráfico das médias mensais e anuais de 1998 e 1999, os preços estiveram acima da média anual, ao contrário do que aconteceu em 1998, quando variaram em torno da média anual. Em termos nominais, os preços ficaram 42% mais altos do que no segundo semestre de 1998. A maior variação, em novembro de 1999, apresentou 71% em relação ao mesmo mês de 1998.

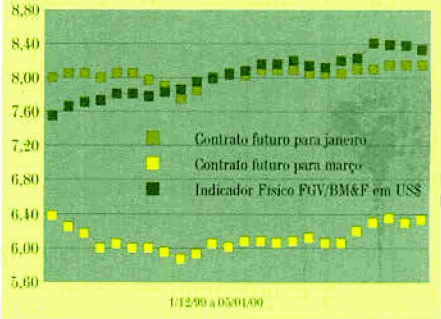
Com a presença do governo na realização dos leilões dos estoques governamentais e com a liberação do pagamento a prazo para o milho importado, em dezembro o mercado se acalmou e a variação dos preços nominais do mercado interno foi de 0,14%.

Com o início do novo ano, muitos agentes consumidores de milho se viram sem estoques e com necessidade de se abastecer. Só que, ao contrário do que aconteceu em dezembro, o mercado estava extremamente

Médias mensal e anual do indicador do milho FGV/BM&F (1998 e 1999) – em R$



Indicador FGV/BM&F e contratos futuros (janeiro e março)



retraído, com pouquíssimas ofertas e uma grande dificuldade na formação de lotes. Conseqüência: o preço voltou a disparar e ultrapassou a casa dos R$15,00 a saca de 60kg, para o milho posto Campinas, mais ICMS.

Além da alta no preço, os consumidores tiveram que começar a negociar com prazos de pagamento mais curtos. Até novembro e dezembro do ano passado, 15 a 30 dias era considerado prazo razoável de pagamento. Já em janeiro, os prazos passaram a variar entre sete e 15 dias no máximo.

O mercado passou a sinalizar um ano de preços ainda mais altos e com um balanço de oferta e demanda mais do que ajustado. Muitos agentes já especulam sobre a possível falta do produto para o ano-safra 1999/2000 e com um agravante: existe o risco de, se por acaso houver um problema de abastecimento, o governo não ter milho suficiente para equilibrar o mercado.

Outro aspecto que reforça a tendência altista é que já devia estar entrando o milho novo, ou seja, o milho irrigado. Mas com o atraso no plantio, a colheita ficou para janeiro. As chuvas ocorridas em algumas regiões no entanto vêm atrapalhando a colheita e contribuindo para o aumento dos preços.

No mercado futuro do milho, os contratos negociados para janeiro sofreram perda de liquidez, no que diz respeito ao número de contratos em aberto. Os agentes participantes desse mercado estão preferindo os contratos para o médio e longo prazo, março e maio. O contrato de janeiro, por já refletir bem a alta do milho no disponível, oferece pouca margem para obter lucro.

Os outros contratos, em decorrência do tempo que falta para a liquidação, tornam-se mais voláteis e mais atraentes. Quanto maior o prazo para o vencimento do contrato e quanto mais fatores houver de incerteza sobre o preço do produto no futuro – problemas climáticos, desabastecimento e câmbio – maior a volatilidade dos preços futuros. É nesses casos que o contrato futuro agrícola se torna instrumento importantíssimo de proteção dos preços para todos os agentes da cadeia agroindustrial.

E-mail: roger@fgv.br

Feijão

Mercado confuso

A comercialização da safra das águas neste início de ano deve continuar lenta devido à fraca demanda

SANDRA HETZEL

De acordo com levantamento realizado na primeira semana de janeiro deste ano nas principais regiões de produção do feijão-das-águas nos estados do Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, a comercialização da nova safra está ocorrendo lentamente devido ao pouco interesse dos compradores (atacadistas regionais).

Estoques, nem pensar

Em São Paulo, os corretores da *bolsinha*, principal centro de formação de preços do produto, alegam um "fraco giro da mercadoria", com sobras diárias de amostras que circulam nas mãos dos compradores, o que demonstra pouco interesse na aquisição do produto ofertado – principalmente do produto de qualidade inferior (manchado, grãos malformados etc.).

Ao que tudo indica, ninguém está disposto a empatar capital na formação de estoques, mesmo pequenos, apesar das notícias de que a safra deve ser menor do que a esperada, não somente pela redução de área anunciada pelos órgãos estaduais, mas especialmente por uma queda da produtividade causada pelas más condições climáticas observadas em quase todos os estados das regiões Sul e Sudeste durante todo o ciclo da cultura.

Ameaça de prejuízo

Notícias recentes indicam que os plantios mais tardios estão se recuperando com a chegada das chuvas. Os que estão em fase de colheita sofrem por causa da elevada umidade, que pode comprometer ainda mais a qualidade do produto novo, mais disputado pelas indústrias de empacotamento.

Os produtores estão apreensivos com a atual condição dos preços do produto, que giram em torno de R$35 a R$40 no campo – o que significa prejuízos para alguns que investiram na leguminosa, procurando realizar todos os tratos culturais exigidos por ela nesta temporada, visando manter qualidade do grão (grãos uniformes, bem granados, sem mancha etc).

Esperando fevereiro

Por outro lado os compradores continuam brigando por melhores preços (mesmo com o diferencial da qualidade), alegando dificuldades no repasse de qualquer elevação na atual conjuntura.

Segundo as indústrias de empacotamento, qualquer alteração nos preços do mercado só deverá ocorrer se houver aquecimento na demanda, e no momento isso deve ser descartado, pois estamos no período de férias, uma época de baixo consumo.

Provavelmente só em fevereiro, quando o consumo volta ao normal e o quadro de oferta do produto se define também em função do plantio da região Nordeste (Irecê, Bahia), é que se poderá fazer melhor avaliação do mercado.

Sandra Hetzel *é analista de mercados agrícolas.*

AGRO drops

Horti e fruticultura terão feira em outubro

São Paulo será sede da 1ª Feira Internacional de Horticultura e Fruticultura em outubro próximo. Na safra passada (1997/98), a produção de frutas do estado de São Paulo somou R$246,8 milhões, o equivalente a 2,18% dos R$11,3 bilhões faturados pela agropecuária paulista. De novembro de 1998 a outubro de 1999, as exportações de frutas renderam US$313,3 milhões,7% acima dos US$300 milhões exportados um ano antes.

A expectativa do setor é que a feira ajude a impulsionar especialmente as vendas no mercado externo, que deverão bater recorde histórico, de acordo com a previsão da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). A idéia é reunir representantes de toda a cadeia produtiva, do fabricante de insumos e máquinas ao distribuidor dos produtos no varejo.

Campanha para laranja começa por São Paulo

Começou em dezembro mais uma etapa da Campanha Laranja é Saúde, com a chegada à capital de São Paulo de comboio formado por 60 caminhões, trazendo 750 toneladas de frutas, oriundas de diversas regiões produtoras. Essas frutas começaram a ser vendidas diretamente pelos produtores, por suas entidades de classe (Aciesp, Associtrus e Abracitros) em 60 pontos liberados pela prefeitura municipal. Numa segunda etapa, mais 18 pontos serão montados na capital, seis em Santos e cinco no Guarujá. A venda direta faz parte do Pacto pelo Emprego no Agronegócio Citrícola, promovido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com o objetivo de absorver o excedente de fruta no mercado este ano, provocado pelo aumento da oferta

Assentados recebem treinamento no Sul

Os assentados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Santa Catarina passarão a ser treinados pela Embrapa Suínos e Aves instalada em Concórdia. As duas instituições fecharam acordo que vai influenciar diretamente a qualidade de vida nos assentamentos do estado.

De imediato, os pesquisadores da Embrapa vão trabalhar com os assentamentos de Fraiburgo e Dionísio Cerqueira, que já têm projetos nas áreas de avicultura e suinocultura em andamento. Para o Incra será interessante contar com a presença de especialistas em avicultura e suinocultura dentro dos assentamentos.

Livro relaciona agronegócio com desenvolvimento

Qual o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento de uma região? Como o agronegócio brasileiro pode se tornar mais competitivo? É possível para uma região crescer economicamente sem que haja exclusão social ou danos ao meio ambiente? Para responder a essas e outras perguntas e dar um direcionamento ao agronegócio brasileiro no contexto do desenvolvimento regional, a Embrapa e o CNPq estão lançando o livro *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil*.

A publicação, escrita por vários autores, foi organizada por Paulo Haddad, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda e atual professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O livro faz uma análise do papel do agronegócio no desenvolvimento regional através do estudo de *clusters*, isto é, complexos de empresas, indústrias e instituições interdependentes, que formam entre si uma rede interativa e que atuam em torno de uma base econômica para promover o desenvolvimento econômico, ambiental e social da região onde estão situadas.

Assim, foram estudados os *clusters* do cacau na Bahia, dos suínos do Oeste de Santa Catarina, dos grãos na região de Rio Verde no Sudoeste de Goiás, e o da fruticultura no pólo Petrolina-Juazeiro.

No estudo de cada caso são analisados a atividade econômica em foco, a região geográfica onde esta se realiza, a produção, a competitividade regional e mundial, o complexo produtivo, os serviços de suporte empresarial e fundamental à produção, a cultura organizacional, os indicadores de desenvolvimento social e ambiental, e a demanda por conhecimentos provenientes da pesquisa e das áreas de ciência e tecnologia.

Segundo o organizador da obra, a análise dos *clusters* contribui para a identificação de pontos de estrangulamento à expansão das exportações. Isso facilita a avaliação das ações necessárias para combatê-los. O livro chama a atenção do leitor também para o papel do progresso científico no desenvolvimento dos sistemas produtivos. O mercado competitivo globalizado exige produtos de melhor qualidade a custos menores, o que se consegue com a incorporação de novas tecnologias no processo produtivo. *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil – estudos de clusters* não está à venda, mas pode ser adquirido por instituições interessadas junto ao CNPq.

Transformação genética de plantas é tema de livro

Visando proporcionar aos estudiosos uma fonte de consulta com bases teóricas e aplicações práticas de técnicas de cultura de tecidos e transformação genética de plantas, a Embrapa lançou o livro *Cultura de tecidos e transformação genética de plantas*, de Antonio Carlos Torres, Linda Styler Caldas e José Amauri Buso.

A obra compõe-se de dois volumes. O primeiro mostra os principais avanços da cultura de tecidos de plantas e as aplicações dessa técnica no melhoramento genético e na fitopatologia.

O segundo expõe assuntos relacionados à morfogênese *in vitro* e apresenta tópicos relacionados com o isolamento e a clonagem de genes, transformação de plantas e avaliação de riscos na liberação de organismos transgênicos no ambiente. Traz, ainda, um glossário de termos técnicos.

Cada volume custa R$35,00. Se comprados em conjunto o valor passa para R$47,60. Ambos são ilustrados com tabelas, fotos e desenhos explicativos. O primeiro tem 509 páginas e o segundo, 345. Pedidos pelo telefone (61) 348-4236, ou ainda pela Livraria Virtual da Embrapa no endereço eletrônico www.spi.embrapa.br.

Pico da entressafra

Alimentos têm aumentos maiores no atacado. Frutas e hortaliças lideram as altas

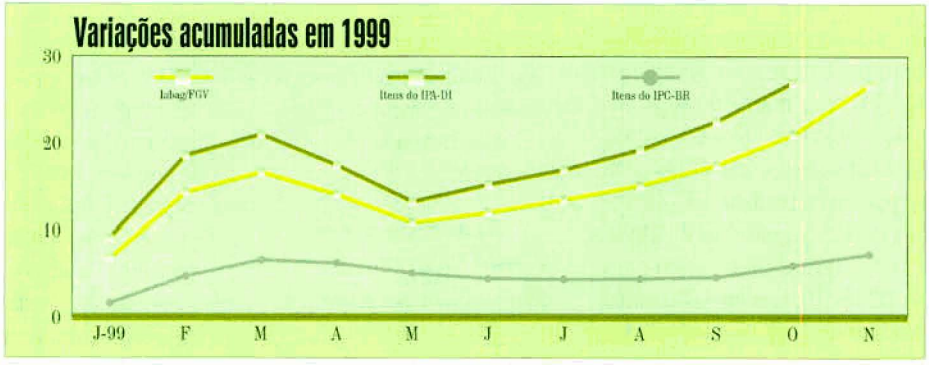
GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

e-mail: gsbastos@fgv.br

Novembro foi o mês que registrou o pico da entressafra agrícola, pressionado pela forte estiagem. Como resultado, o Iabag registrou uma alta de 4,76%, explicando 59% do IGP-DI de novembro, 2,53%.

Continuaram a aumentar mais os preços de alimentos no nível do atacado (6,08%) do que no nível do consumidor (1,21%). No atacado, as altas foram concentradas em frutas e hortaliças (com variações de até 40%), carnes de aves e suínos (17% e 12%, respectivamente), café (32,5%) e amendoim (27,4%). No varejo, os aumentos foram também mais fortes e freqüentes em frutas e carnes, embora menos intensos que no atacado.

No caso de produtos com maior nível de industrialização, os repasses de preços do produtor/atacado para o consumidor vêm sendo diluídos ao longo das cadeias agroindustriais. Esse foi o caso do café nesse mês, que apresentou forte alta no atacado, mas os itens ao consumidor como café em pó, café solúvel e cafezinho variaram bem menos (1,66%, -0,97%, -0,17%, respectivamente).



O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado – disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

ndice da Associa o Brasileira de Agribusiness - Iabag

Nov.1999

Discriminação	*Pond.*	*Var. %*	*Influência % IGP*
Total do mês	100,00	4,76	58,83
Itens do IPA-DI	72,84	6,08	54,76
Alimentação	28,46	9,39	33,03
Matérias-primas brutas	44,38	3,96	21,73
Itens do IPC-BR	27,16	1,21	4,07
Alimentação	25,29	1,26	3,95
Gêneros alimentícios	22,19	1,45	3,97
Alimentação fora	3,10	-0,06	-0,02
Bebidas alcoólicas e fumo	1,87	0,54	0,12

FGV/Abag - Itimos resultados (varia es %)

	Iabag/FGV Total	*Itens do IPA-DI*	*Alimentação*	*Matéria-prima bruta*	*Itens do IPC-BR*	*Alimentação*	*Gêneros alimentícios*	*Alimentação fora de casa*
Out.1999	3,00	3,66	1,26	5,22	1,29	1,38	1,44	0,98
Nov.1999	4,76	6,08	9,39	3,96	1,21	1,26	1,45	-0,06
Acumulado em 12 meses	30,21	40,06	54,00	30,38	7,15	7,43	7,94	0,89
Acumulado do ano de 1999	26,76	34,73	43,05	28,35	7,23	7,57	8,07	1,06
Nov.1998	-0,22	-0,15	-0,16	-0,15	-0,36	-0,38	-0,36	-0,51

Uma mistura bem especial.

Em março, outro especial sob medida para o verão.



Reserve hoje mesmo seu espaço, com Caíque Tibiriçá, pelo telefone (21) 559-5623. Tim, tim!

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
Nós fazemos com gosto.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

No caminho certo

São boas as perspectivas para o comércio brasileiro de carnes

Brasil - carne bovina

1996 a 1999(e) - em mil t de equivalente carcaça

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999(e)*
Produção	6.186,9	5.921,5	5.794,3	6.182,4
Importação	150,1	126,0	93,3	54,1
Exportação	248,7	259,3	346,1	556,2
Consumo interno	6.088,3	5.788,2	5.541,5	5.680,3
Consumo *per capita* (kg)	38,6	36,2	34,3	34,7

Fonte: Conab (outubro) 1999.
(e) Estimativa.

As exportações de carne bovina beneficiam-se do reconhecimento internacional quanto aos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina serem áreas livres de febre aftosa. O programa de controle da doença, aplicado por sete outras unidades da federação, reforça essa tendência.

Brasil - carne avícola

1996 a 1999 (e) - em mil t

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999(e)*
Produção	4.051,5	4.460,9	4.498,2	4.905,2
Exportação	568,8	649,3	612,5	741,8
Consumo interno	3.482,7	3.811,6	3.885,7	4.163,4
Consumo *per capita* (kg)	22,1	23,9	24,0	25,4

Fonte: Conab (outubro) 1999.
(e) Estimativa.

A desvalorização do real no início de 1999 atuou como forte impulsionador das exportações brasileiras de carne de frango, que devem ter atingido recorde histórico em 1999. Enquanto isso, o consumo interno segue em expansão.

Brasil - carne suína

1996 a 1999 (e) - em mil t

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999(e)*
Produção	1.600,0	1.518,0	1.652,3	1.751,6
Exportação	55,7	56,4	73,0	72,2
Importação	0,0	0,0	0,6	0,5
Consumo interno	1.544,3	1.461,6	1.579,9	1.679,9
Consumo *per capita* (kg)	9,8	9,2	9,8	10,3

Fonte: Conab (outubro) 1999.
(e) Estimativa.

As exportações totais da carne suína, em 1999, devem ultrapassar a estimativa da Conab, chegando perto de 80 mil toneladas. Hong Kong mantém-se como o principal destino da mercadoria, abocanhando cerca de 50% das vendas. Em segundo lugar vem a Argentina, com 35% desse comércio.

Brasil - ovos para consumo

1996 a 1999 (e) - em milhões de unidades

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999(e)*
Produção	15.931,8	12.596,0	13.635,7	14.746,5
Exportação	54,8	85,7	119,8	47,2
Consumo interno	15.877,0	12.510,3	13.515,9	14.699,3
Consumo *per capita* (unidades)	101,0	78,0	84,0	90,0

Fonte: Conab (outubro) 1999.
(e) Estimativa.

Ao longo de 1999, a produção brasileira de ovos deverá ter recuperado o ímpeto produtivo perdido no biênio 1997-98. Mesmo assim, a quantidade disponível para consumo ainda não terá voltado ao nível recorde de mais de 16 milhões de unidades registrado em 1995.

Alta compromete safra

Alta em insumos verificada em 1999 pode vir a comprometer o nível tecnológico da próxima safra de verão



Brasil: índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994=100)

Produtos Média	Lavouras	Lavouras - Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária-IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	125,690	136,944	108,126	101,925	117,128	119,544	130,937	113,884	126,825	110,525	239,794	144,119
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,709	136,852	121,774	132,098	122,487	259,292	154,506
1998	154,263	158,255	143,619	109,529	137,453	138,743	137,114	129,473	136,252	124,986	270,458	159,693
Jan. 98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964
Maio	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587
Jun.	157,884	164,206	143,268	110,904	140,168	137,763	137,568	129,652	136,786	124,986	270,932	159,831
Jul.	156,561	165,808	137,992	111,471	139,646	138,638	137,558	130,056	136,632	124,986	270,878	159,981
Ago.	153,418	160,229	138,143	112,079	138,083	140,210	137,881	130,209	135,897	124,986	271,983	160,448
Set.	152,737	160,354	136,396	112,003	137,648	141,204	136,555	130,156	135,446	124,986	271,532	160,111
Out.	153,861	161,818	137,040	110,195	137,540	141,491	136,672	130,840	135,164	124,986	273,050	160,509
Nov.	157,487	166,499	139,180	108,611	138,980	142,944	137,379	130,902	135,429	124,986	273,380	161,030
Dez.	158,080	167,272	139,512	109,714	139,811	144,382	137,313	131,830	136,546	124,986	275,354	161,855
Jan. 99	158,031	165,712	141,449	110,379	140,076	146,054	139,078	133,934	136,726	128,100	275,709	163,383
Fev.	167,456	175,220	150,391	115,172	147,643	148,048	147,878	147,847	140,575	128,100	276,547	168,104
Mar.	168,302	175,771	151,601	119,083	149,868	153,863	152,860	153,310	143,135	136,347	278,525	172,907
Abr.	162,486	170,244	145,620	117,742	145,899	153,940	156,728	157,336	143,872	144,975	276,998	175,515
Maio	155,554	161,819	140,975	117,374	141,674	155,395	160,550	160,259	146,433	145,189	279,300	177,851
Jun.	153,462	157,812	141,592	118,974	141,098	154,548	163,708	162,644	146,410	145,189	277,582	178,466
Jul.	151,119	158,014	135,737	120,581	140,351	154,345	168,197	166,142	146,152	165,021	277,671	183,072
Ago.	154,370	162,175	137,627	121,143	142,551	153,305	173,665	170,085	145,857	175,963	276,999	186,303
Set.	160,143	173,373	135,910	123,843	147,155	153,081	177,703	172,881	148,733	178,786	279,074	188,820
Out.	167,034	180,878	141,772	131,143	154,278	155,325	181,863	175,751	149,145	178,786	282,964	191,356
Nov	174,156	189,872	146,263	137,095	161,004							

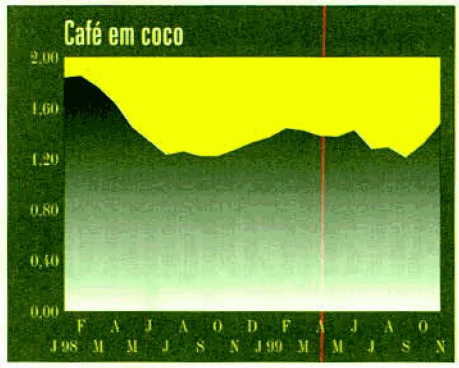
Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas IBRE/FGV.

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

CAFÉ EM COCO

Preços sobem

Com safra menor em virtude de problemas climáticos, a tendência de baixa começa a reverter e os preços disparam



Brasil: preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de outubro de 1999/unidade

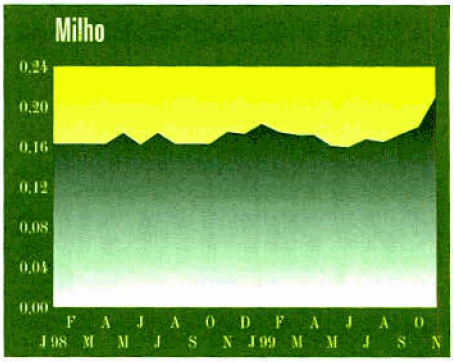
Anos produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15 kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)
Média 1990	0,693	0,601	0,361	0,474	0,547	23,245	0,924	20,202	1,071	2,381	4,956
Média 1991	0,716	0,711	0,458	0,478	0,586	26,333	0,879	21,589	1,064	2,470	3,812
Média 1992	0,632	0,494	0,336	0,351	0,379	26,082	0,758	22,410	0,827	3,426	3,750
Média 1993	0,710	0,629	0,333	0,370	0,413	23,046	0,958	20,016	1,038	3,071	2,969
Média 1994	0,717	0,565	0,323	0,472	0,647	24,220	1,708	20,646	1,248	2,636	4,011
Média 1995	0,628	0,508	0,263	0,703	0,476	22,408	1,545	18,557	0,744	2,443	3,833
Média 1996	0,651	0,520	0,274	0,552	0,367	21,088	1,270	20,215	0,815	2,718	2,446
Média 1997	0,705	0,619	0,285	0,431	0,399	26,752	1,666	20,684	0,733	2,435	2,784
Média 1998	0,600	0,481	0,343	0,442	0,485	28,586	1,490	20,176	1,244	2,425	3,347
Jan. 98	0,693	0,514	0,311	0,382	0,502	28,354	1,888	20,552	0,717	2,438	2,939
Fev.	0,681	0,442	0,311	0,406	0,478	26,891	1,899	20,309	0,800	2,413	3,034
Mar.	0,644	0,429	0,310	0,417	0,524	26,828	1,812	20,810	0,858	2,443	3,492
Abr.	0,597	0,465	0,298	0,418	0,573	27,628	1,683	20,671	0,943	2,399	3,139
Maio	0,572	0,488	0,322	0,452	0,536	30,566	1,488	20,576	1,560	2,405	2,894
Jun.	0,570	0,487	0,332	0,463	0,522	30,339	1,377	20,246	1,746	2,351	3,111
Jul.	0,572	0,513	0,346	0,465	0,489	29,404	1,263	20,012	1,561	2,372	3,147
Ago.	0,585	0,490	0,346	0,466	0,442	28,740	1,290	20,131	1,481	2,364	3,427
Set..	0,573	0,502	0,370	0,466	0,418	28,806	1,254	19,908	1,314	2,424	3,666
Out.	0,573	0,490	0,382	0,466	0,442	28,696	1,254	19,724	1,338	2,473	3,703
Nov.	0,574	0,479	0,395	0,455	0,443	28,832	1,305	19,975	1,281	2,549	3,770
Dez.	0,569	0,474	0,391	0,450	0,450	27,947	1,363	19,200	1,327	2,465	3,840
Jan. 99	0,586	0,469	0,375	0,457	0,434	28,075	1,406	18,689	1,265	2,425	4,078
Fev.	0,583	0,482	0,370	0,426	0,381	36,464	1,481	17,963	1,066	2,289	4,286
Mar.	0,627	0,517	0,352	0,462	0,363	34,712	1,463	17,549	0,968	2,343	4,390
Abr.	0,638	0,539	0,330	0,462	0,363	29,246	1,419	17,224	0,902	2,222	3,905
Maio	0,629	0,574	0,309	0,464	0,386	27,195	1,413	16,258	0,728	2,196	3,322
Jun.	0,634	0,568	0,284	0,492	0,339	27,719	1,464	15,820	0,677	2,251	2,906
Jul.	0,624	0,602	0,280	0,452	0,312	26,908	1,312	15,702	0,602	2,183	2,463
Ago.	0,625	0,668	0,276	0,466	0,297	27,508	1,325	15,360	0,647	2,226	2,438
Set..	0,627	0,690	0,272	0,460	0,272	27,956	1,243	15,096	0,710	2,319	2,340
Out.	0,615	0,718	0,277	0,441	0,246	28,894	1,353	15,073	0,738	2,328	2,287
Nov.	0,600	0,810	0,280	0,450	0,270	25,320	1,480	14,710	0,730	2,270	2,060

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: IBRE-CEA/FGV.

MILHO

Oferta é igual a demanda

Poucas chuvas e baixos estoques de passagem fazem com que oferta e demanda fiquem extremamente ajustadas



Brasil: preços recebidos pelos agricultores

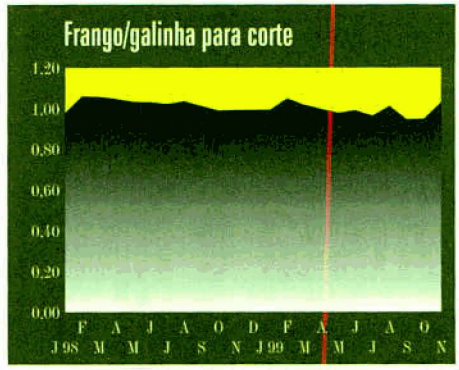
Em R$ de outubro de 1999/unidade

Anos produtos	*Milho*	*Mandioca (raiz)*	*Soja*	*Tomate*	*Trigo em grão*	*Cebola*	*Mamona*	*Pimenta-do-reino (kg)*	*Sisal (kg)*	*Uva (kg)*	*Bezerro até um ano (cabeça)*
Média 1990	0,242	71,821	0,288	0,650	0,233	0,938	0,343	1,666	0,248	0,449	229,202
Média 1991	0,258	86,010	0,355	0,556	0,233	0,552	0,283	1,374	0,248	0,391	203,022
Média 1992	0,229	97,222	0,369	0,519	0,276	0,586	0,306	1,130	0,229	0,332	185,029
Média 1993	0,236	96,479	0,365	0,489	0,254	0,596	0,346	1,220	0,242	0,681	199,437
Média 1994	0,203	69,299	0,319	0,622	0,211	0,471	0,349	1,970	0,293	0,440	229,944
Média 1995	0,167	97,745	0,240	0,573	0,211	0,649	0,348	2,325	0,353	0,597	203,400
Média 1996	0,194	102,34	0,307	0,475	0,259	0,298	0,343	2,032	0,336	0,247	155,954
Média 1997	0,155	95,251	0,331	0,390	0,187	0,617	0,304	3,935	0,380	0,342	149,104
Média 1998	0,171	88,458	0,268	0,487	0,183	0,521	0,281	5,110	0,335	1,043	150,704
Jan. 98	2,939	0,167	86,126	0,335	0,478	0,514	0,287	4,779	0,335	0,717	147,160
Fev.	3,034	0,167	88,821	0,311	0,466	0,526	0,275	4,563	0,334	0,777	145,470
Mar.	3,492	0,167	87,041	0,286	0,489	0,524	0,274	5,363	0,310	0,846	146,752
Abr.	3,139	0,167	82,098	0,263	0,525	0,477	0,274	4,893	0,310	0,859	150,184
Maio	2,894	0,179	83,352	0,262	0,583	0,417	0,274	5,049	0,322	1,381	151,677
Jun.	3,111	0,166	86,244	0,249	0,582	0,499	0,261	5,688	0,332	1,187	151,589
Jul.	3,147	0,179	91,360	0,250	0,572	0,501	0,274	5,566	0,334	1,204	153,065
Ago.	3,427	0,167	90,219	0,239	0,513	0,466	0,287	5,397	0,346	1,206	151,781
Set..	3,666	0,167	89,558	0,251	0,418	0,514	0,299	5,123	0,358	1,111	152,819
Out.	3,703	0,167	91,177	0,251	0,418	0,645	0,287	4,994	0,335	1,075	152,582
Nov.	3,770	0,180	92,779	0,263	0,419	0,610	0,287	4,907	0,359	1,089	153,016
Dez.	3,840	0,178	92,717	0,261	0,379	0,557	0,296	5,001	0,344	1,067	152,356
Jan. 99	4,078	0,187	85,173	0,246	0,398	0,504	0,305	4,874	0,328	1,172	151,552
Fev.	4,286	0,180	85,482	0,292	0,393	0,438	0,325	4,925	0,337	1,122	151,868
Mar.	4,390	0,176	90,835	0,286	0,374	0,440	0,319	5,567	0,363	0,935	153,977
Abr.	3,905	0,176	94,273	0,264	0,352	0,462	0,330	5,302	0,374	0,946	158,617
Maio	3,322	0,166	96,309	0,265	0,397	0,475	0,342	6,070	0,353	0,938	161,318
Jun.	2,906	0,164	88,597	0,262	0,393	0,492	0,350	6,632	0,371	1,103	157,658
Jul.	2,463	0,172	86,800	0,258	0,398	0,441	0,333	6,055	0,344	1,312	155,371
Ago.	2,438	0,170	85,355	0,265	0,445	0,413	0,339	5,968	0,339	1,325	156,314
Set..	2,340	0,178	82,814	0,303	0,449	0,428	0,345	6,206	0,334	1,306	154,356
Out.	2,287	0,185	81,413	0,318	0,461	0,451	0,338	7,147	0,318	0,000	157,381
Nov.	2,060	0,210	83,860	0,310	0,480	0,410	0,330	7,470	0,270	0,000	158,910

FRANGO PARA CORTE

Ração recupera preços

Depois de período de queda, os preços se recuperam e ultrapassam R$ 1,00 devido ao aumento do preço do milho



Brasil: preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de outubro de 1999/unidade

Anos produtos	*Boi gordo para corte*	*Vaca leiteira de raça*	*Vaca leiteira comum*	*Suíno para corte*	*Frango/ galinha para corte*	*Leite*	*Lã*	*Ovos*	*Mel de abelha*	*Boi magro*
	(15 kg)	*(cabeça)*	*(cabeça)*	*(15 kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(cabeça)*
Média 1990	46,696	1.124,455	689,965	27,914	2,022	0,473	41,763	1,254	4,695	429,265
Média 1991	43,040	906,709	566,918	26,704	1,727	0,444	24,657	1,096	5,501	371,094
Média 1992	41,068	776,008	483,935	23,135	1,515	0,417	39,049	1,066	3,548	345,546
Média 1993	43,526	828,247	515,225	25,853	1,529	0,432	32,444	1,193	3,687	362,273
Média 1994	42,249	1.036,420	629,910	23,786	1,456	0,388	38,480	1,117	4,283	405,178
Média 1995	34,362	1.141,698	639,592	21,556	1,187	0,404	47,666	0,906	7,269	357,605
Média 1996	29,262	929,935	501,642	17,483	1,110	0,357	35,563	0,998	7,163	290,663
Média 1997	29,601	860,927	460,549	19,905	1,040	0,312	38,294	0,967	6,095	280,315
Média 1998	30,967	810,815	432,692	18,370	1,047	0,295	31,344	0,921	6,467	279,188
Jan. 98	30,314	844,042	456,463	18,855	1,004	0,287	41,091	0,824	6,249	273,517
Fev.	30,141	818,704	438,895	18,780	1,087	0,275	34,513	0,860	6,320	273,224
Mar.	30,154	806,773	429,244	18,581	1,085	0,286	32,883	0,882	6,138	279,572
Abr.	30,254	804,865	429,619	18,546	1,074	0,286	34,765	0,943	6,361	283,206
Maio	30,054	799,607	422,939	18,480	1,060	0,298	32,936	1,000	6,347	278,884
Jun.	29,935	799,743	430,092	18,275	1,057	0,309	30,921	0,974	6,436	274,739
Jul.	30,668	809,499	428,707	18,332	1,049	0,310	32,003	0,977	6,591	278,109
Ago.	31,271	809,568	429,231	18,411	1,063	0,310	33,886	0,943	6,710	278,811
Set..	31,959	812,354	429,519	18,129	1,039	0,311	32,795	0,920	6,783	279,591
Out.	32,220	811,821	429,242	17,824	1,015	0,299	27,370	0,920	6,714	282,239
Nov.	32,207	813,242	431,294	17,785	1,017	0,287	23,662	0,922	6,690	284,501
Dez.	32,427	799,561	437,061	18,441	1,019	0,284	19,307	0,889	6,270	283,864
Jan. 99	32,047	786,891	428,351	19,123	1,019	0,281	18,959	0,855	6,398	290,262
Fev.	32,200	774,466	410,704	19,174	1,077	0,269	17,828	0,875	6,126	283,990
Mar.	32,963	760,433	408,987	19,452	1,045	0,275	17,747	0,902	6,040	283,341
Abr.	32,469	771,306	415,587	19,325	1,023	0,275	18,786	0,869	5,983	289,714
Maio	31,147	770,409	422,466	17,681	1,004	0,298	18,851	0,894	6,037	295,219
Jun.	30,679	760,420	415,801	17,427	1,016	0,306	19,284	0,896	6,107	291,761
Jul.	31,683	760,466	405,651	17,143	0,989	0,301	17,240	0,882	5,861	287,050
Ago.	31,897	761,175	398,290	16,961	1,039	0,286	16,674	0,848	6,275	283,180
Set..	33,023	749,988	397,868	16,924	0,972	0,293	16,183	0,846	6,352	279,157
Out.	35,252	746,065	401,024	18,764	0,974	0,297	18,272	0,810	6,121	281,079
Nov.	35,940	730,030	398,380	19,580	1,030	0,290	23,880	0,850	5,870	283,950

Associação Brasileira de Agribusiness

A Abag foi criada em 1993 por empresas interessadas em promover a visão sistêmica do agribusiness.

Por quê?
Porque todos os elos da cadeia produtiva formam um único organismo no qual os segmentos "antes, dentro e fora da porteira" vivem em contínua interação e interdependência.

Missão
Conscientizar os tomadores de decisão e os formadores de opinião, quer do governo ou da iniciativa privada, para a importância e complexidade do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social e a necessidade de tratá-lo sistemicamente.

Estratégia
Desenvolver estudos, propostas e ações que promovam o desenvolvimento sustentado, a segurança alimentar e solucionem os gargalos que obstruem a competitividade.

Empresas associadas

01. AGCO do Brasil
02. Agência Estado
03. Agribusiness Comunicação, Assessoria e Consultoria Ltda.
04. Agroceres S.A.
05. Algar S.A. Empreendimentos e Participações
06. Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal
07. Baldan Implementos Agrícolas S.A.
08. Banco Raibobank do Brasil S.A.
09. Batavia S.A.
10. Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F
11. Caramuru Óleos Vegetais Ltda.
12. Cargill Agrícola S.A.
13. Ceval Alimentos S.A.
14. Companhia O.M.B.
15. Cooperativa Agrícola da Região de Orlândia – Carol
16. Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool – Copersucar
17. Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda – Cooxupé
18. Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
19. Fecoagro/Fecotrigo – Fed. Coop. Agrícolas do Rio Grande do Sul
20. Fertibrás S.A.
21. Fertilizantes Serrana S.A.
22. Fiepa – Federação da Indústria do Estado do Pará
23. FMC do Brasil S.A.
24. Hecta Participações e Investimentos Ltda.
25. Manah S.A.
26. Máquinas Agrícolas Jacto S.A.
27. Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas "Tatu"
28. Monsanto do Brasil Ltda.
29. Novartis Biociências S.A.
30. Pioneer Sementes Ltda.
31. Sadia Concórdia S.A. – Indústria e Comércio
32. Sementes Agroceres S.A.
33. Tetra Pak Ltda.
34. Única – União Agroindústria Canavieira de São Paulo
35. Zeneca do Brasil S.A.
36. RBS/Canal Rural

Telefones: (011) 256-1052 – 256-5109 – Fax: (011) 256-5968

Abag

Rua Marquês de Itu, 58 – 5º andar – Conj. A – CEP: 01223-000 – São Paulo – SP

E-mail: abag@algarnet.net

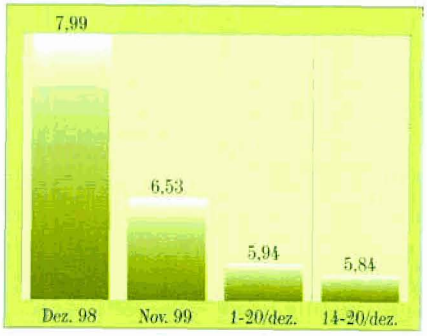
Carlos Cogo*, Irene Troccoli e Rogério Ferreira de Souza

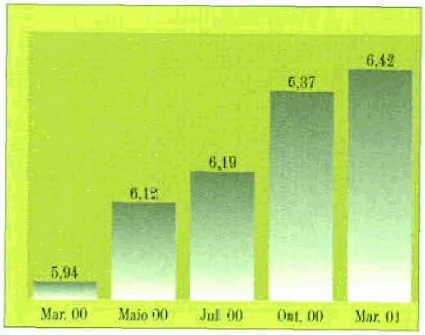
Mercado externo

As previsões de mercado foram feitas no dia 20 de dezembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de janeiro de 2000.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

Açúcar



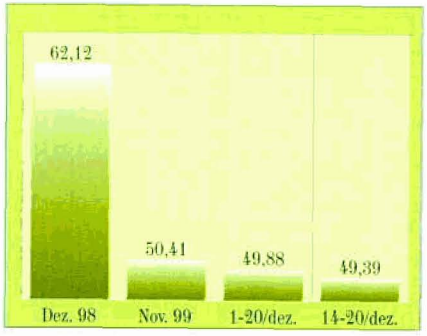


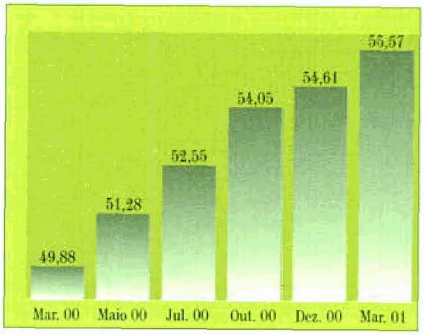


USc/lb. peso mundial branco

A quebra na safra brasileira, com a redução das exportações, e o retorno da Rússia às importações impulsionaram as cotações externas, que devem recuperar-se gradualmente no mercado futuro.

Algodão



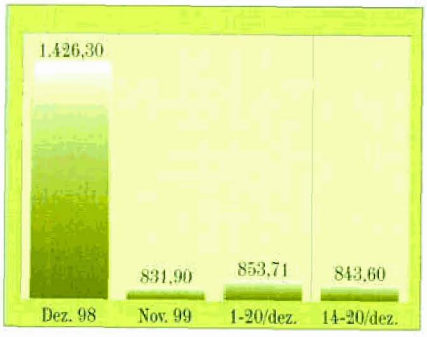


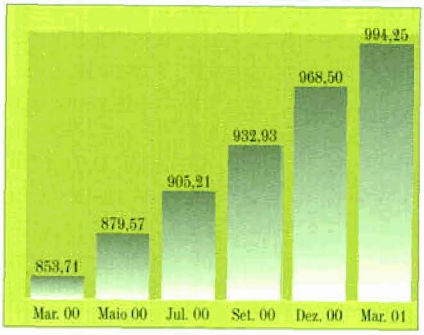


1-1/16" USc/lb. peso

A produção mundial para 1999/00 deve totalizar 18,8 mil toneladas para um consumo de 18,98 mil toneladas, mas os estoques finais ainda estão elevados e influirão nas baixas cotações no mercado.

Cacau



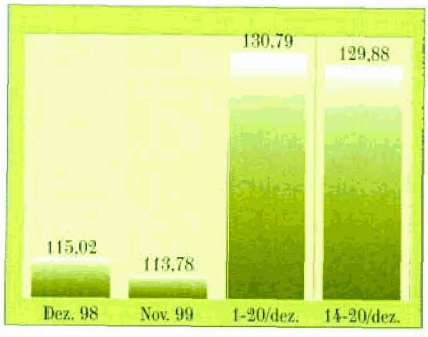


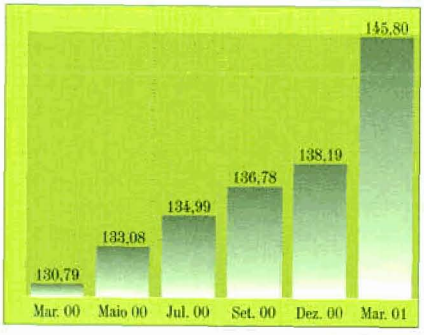


Bahia US$/t

Mesmo enfrentando problemas políticos nos países africanos produtores de cacau, o mercado mantém a tendência de baixa para o médio prazo.

Café





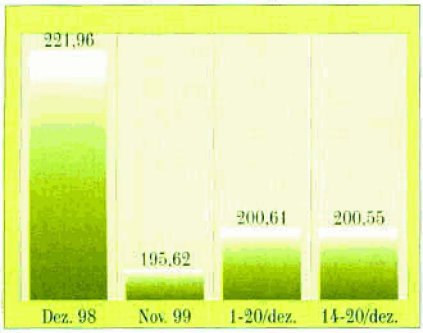


Contrato com Nova York USc/lb. peso

A estimativa da safra brasileira, divulgada pela Embrapa, apresentou resultado superior ao esperado pelo mercado, em especial a previsão para São Paulo.

AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

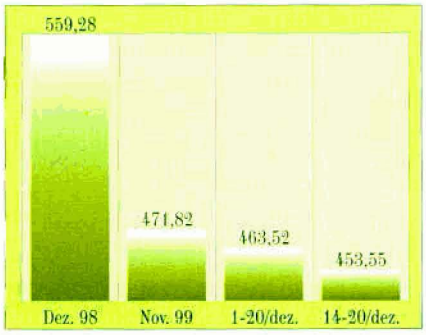


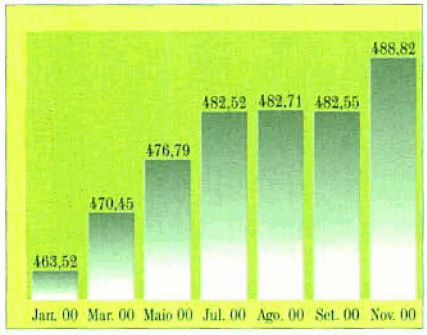


Milho

two yellow US¢/bushel

O mercado mantém-se firme conforme aumenta a demanda de grãos para arraçoamento na Ásia; permanecem os rumores de que a China tenha exportado até 10 milhões de toneladas em 1999.

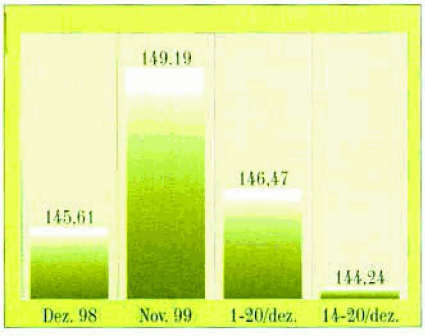


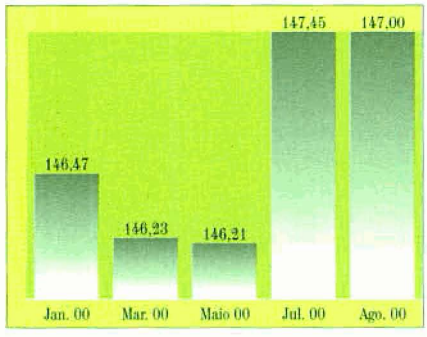


Soja

grão one yellow US¢/bushel

O último relatório do Usda manteve as estimativas do relatório de novembro, e a volta das chuvas às zonas produtoras do Brasil e Argentina mantém pressão de baixa sobre as cotações futuras do grão.

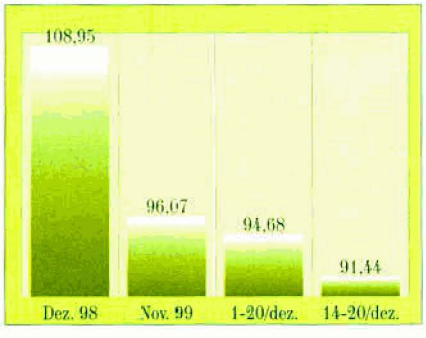


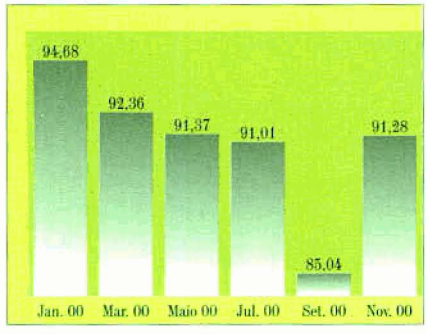


Soja

farelo US$ / t

A recuperação da demanda asiática, com incremento nas importações para 2000, reduziu a estimativa de estoques finais mundiais, levando à estabilização das cotações futuras na CBOT.



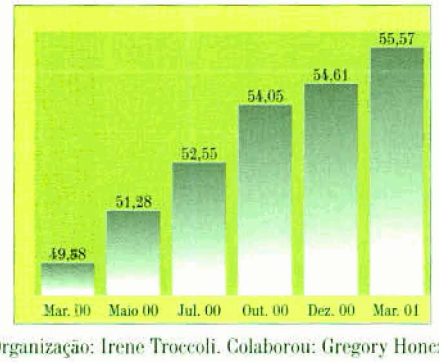


Laranja

suco US¢/lb. peso

O mercado vem acompanhando a evolução dos números referentes à colheita paulista, ao mesmo tempo em que especula que o Usda possa vir a rever para menos o resultado da colheita floridiana de 1999/00.





Trigo

soft red US¢/bushel

O crescimento de 30% na safra argentina 1999/2000, estimada em 15 milhões de toneladas, com conseqüente aumento dos excedentes exportáveis daquele país, determinou novas quedas nos preços futuros.

*Carlos Cogo é economista na empresa Agromercados. Organização: Irene Troccoli. Colaborou: Gregory Honczar. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

Mercado interno

Irene Troccoli, Carlos Cogo e Rogério Ferreira de Souza

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de dezembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de janeiro de 2000. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para novembro de 1999. Os preços de dezembro de 1999 são nominais.

Preços



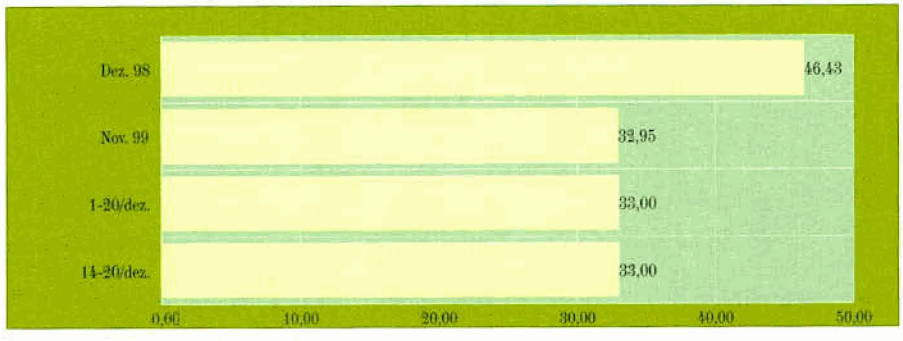
Tendência

Algodão

Fatores ponderáveis

(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

A retenção dos estoques remanescentes pelos produtores e algodoeiras para vendas em janeiro, associada à boa demanda por fios tecidos mantêm a tendência de alta nas cotações em nível de produtor.



Arroz

agulhinha R$/sc. 60kg

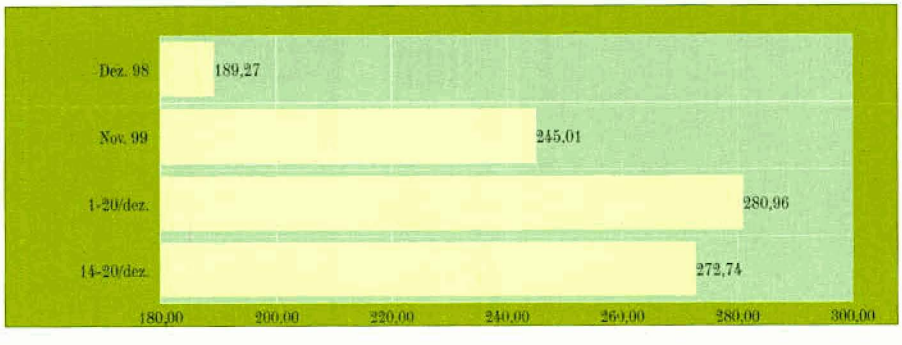
Os estoques de passagem do Mercosul, associados ao início da colheita nos estados centrais e à queda tradicional de demanda nas festas de fim de ano promovem recuo nas cotações em nível de produtor.



Boi

gordo R$/arroba

O aumento da oferta de animais de pasto nos principais estados produtores, associado à retração na demanda atacadista e queda nas exportações provocam o recuo nas cotações do boi gordo.



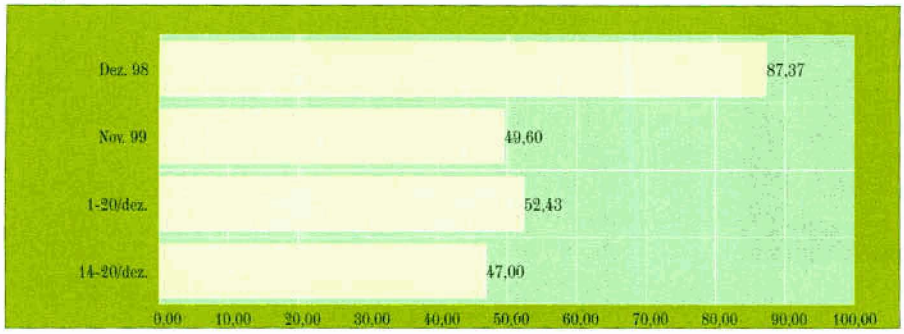
Café

tipo 6 R$/sc. 60kg

O Brasil continua extremamente competitivo no mercado externo. De outro lado, vem aumentado a resistência do produtor, cuja safra do próximo ano está fortemente comprometida.

AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

Preços



Tendência

Feijão

Fatores ponderáveis

carioquinha especial R$/sc. 60kg

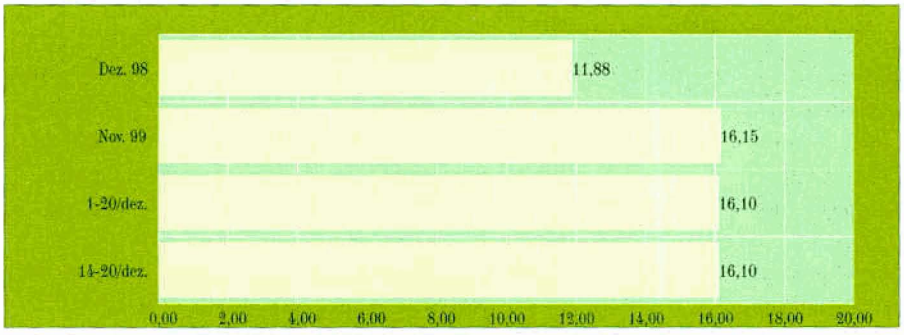
O avanço da colheita da primeira safra, que deve superar o volume produzido na safra passada, mantém o mercado ofertado, promovendo estabilidade nas cotações em nível de produtor e no atacado.



Frango

vivo R$/kg

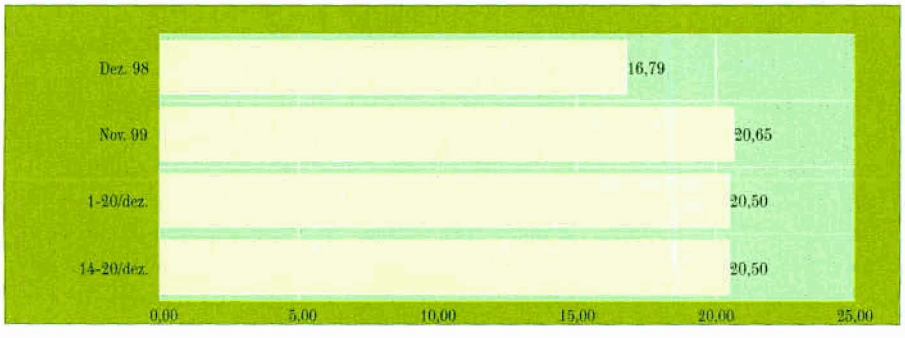
A entrada do milho precoce, a partir do primeiro bimestre do ano, deverá aliviar os custos de produção avícolas, estimulando o crescimento do setor, previsto para 6%.



Milho

amarelo semiduro R$/60kg

O início da colheita do milho precoce da temporada 1999/00, a partir do final de janeiro, deverá arrefecer o movimento altista dos preços do milho.



Soja

grão industrial R$/60kg

A recuperação das cotações das carnes ao produtor e a escassez de soja-grão mantêm pressão sobre as cotações domésticas, com possibilidade de novas altas até a entrada da próxima safra.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; Arroz – Instituto Rio Grandense de Arroz; feijão – Sandra Hetzel; milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

DIÁRIO *de bordo*

Tempo de calcular

ROBERTO RODRIGUES



Fim de ano e começo de outro ano é tempo de fazer um balanço do que passou e especular sobre o que virá.

No caso agrícola, a primeira premissa para tal exercício é admitir que não existe uma única agricultura no Brasil, mas várias, determinadas pelas diferenças edafoclimáticas, tecnológicas, culturais, fundiárias etc. A análise é bem complexa.

É possível dizer que, em geral, 1999 não foi um ano bom para a agricultura brasileira, por duas razões especiais: a renda caiu e a insegurança no campo aumentou.

A mudança cambial de janeiro passado e a queda dos preços internacionais das principais *commodities* foram fatores de queda da renda. Em alguns casos há até uma ligação indireta entre os dois.

Logo após a variação do câmbio, produtores ágeis que venderam suas safras – como a da soja – receberam boa remuneração. Mas um mês depois os preços começaram a cair em dólar, descompensando os ganhos cambiais. E daí em diante foi um desastre.

Em 1999 os preços da soja e da cana-de-açúcar foram os mais baixos em mais de duas décadas. Os produtores de laranja também sofreram com a queda dos preços, agravada pelo descumprimento, por parte de algumas indústrias, dos contratos assinados, inclusive no ano anterior. Quem tinha contrato de venda a mais de US$3 a caixa viu grande parte de suas laranjas cair sem ser colhida. E quem não tinha contrato acabou tendo que entregar a fruta a preços abaixo do custo.

É verdade que, do meio do segundo semestre para frente, as carnes e o café tiveram melhoria de preços. Mas em geral a renda rural não cresceu em 1999, apesar da safra recorde de grãos, segundo o governo.

Um problema geral determinado pelo câmbio foi o aumento dos preços de insumos: fertilizantes, defensivos e combustíveis subiram muito mais que a inflação, provocando forte aumento do custo de produção para toda a agropecuária.

A questão das invasões de terra, cada vez mais atrevidas e menos controladas, com pretextos cada vez mais absurdos, complacentemente observadas de soslaio por governos inseguros, tem causado grande desânimo no setor rural. Produtores não investem e investidores estrangeiros no agronegócio preferem ir a outros países latino-americanos, uma vez que a garantia da propriedade, determinada pela Constituição, não é atendida pelos governos estaduais e federal.

Nem tudo porém foi ruim em 1999.

A renegociação das dívidas em meados do ano provou que uma afinada atuação das entidades de classe com o Congresso é capaz de grandes sucessos. É preciso destacar a atuação dos deputados federais ligados à Frente Parlamentar da Agricultura e a boa coordenação privada com eles. A questão do endividamento agrícola não foi resolvida em definitivo, mas os resultados da negociação aliviaram mais de 90% dos problemas em 1999. E foi criada base sólida para novas rodadas negociais.

Por falar no Parlamento, outro bom momento foi representado pelos avanços em matéria legislativa. Tanto na área trabalhista quanto na ambiental, foram conseguidas mudanças relevantes, que modernizarão as relações capital-trabalho no campo. Houve também progresso na defesa sanitária animal, com o bom combate à aftosa.

O último grande sucesso de 1999 foi a batalha de Seattle. Mesmo sem uma agenda de consenso para a Rodada do Milênio, em função da desorganização e falta de transparência da OMC e da prepotência dos países ricos, ficou claro que o Brasil está muito mais bem preparado para embates internacionais do que no passado. A interação entre governo, setor privado, academia e Parlamento foi preciosa conquista da agropecuária brasileira e temos muito a comemorar com isso.

Em 2000 não dá mais para falar em recordes de produção, como insiste o governo. É preciso discutir a renda do agribusiness. A quem interessa saber se a produção é de 70, 80 ou 100 milhões de toneladas, se ela não é sustentável? Se houver renda, os agricultores produzirão 200 milhões de toneladas. Caso contrário, continuarão no ridículo patamar das 80.

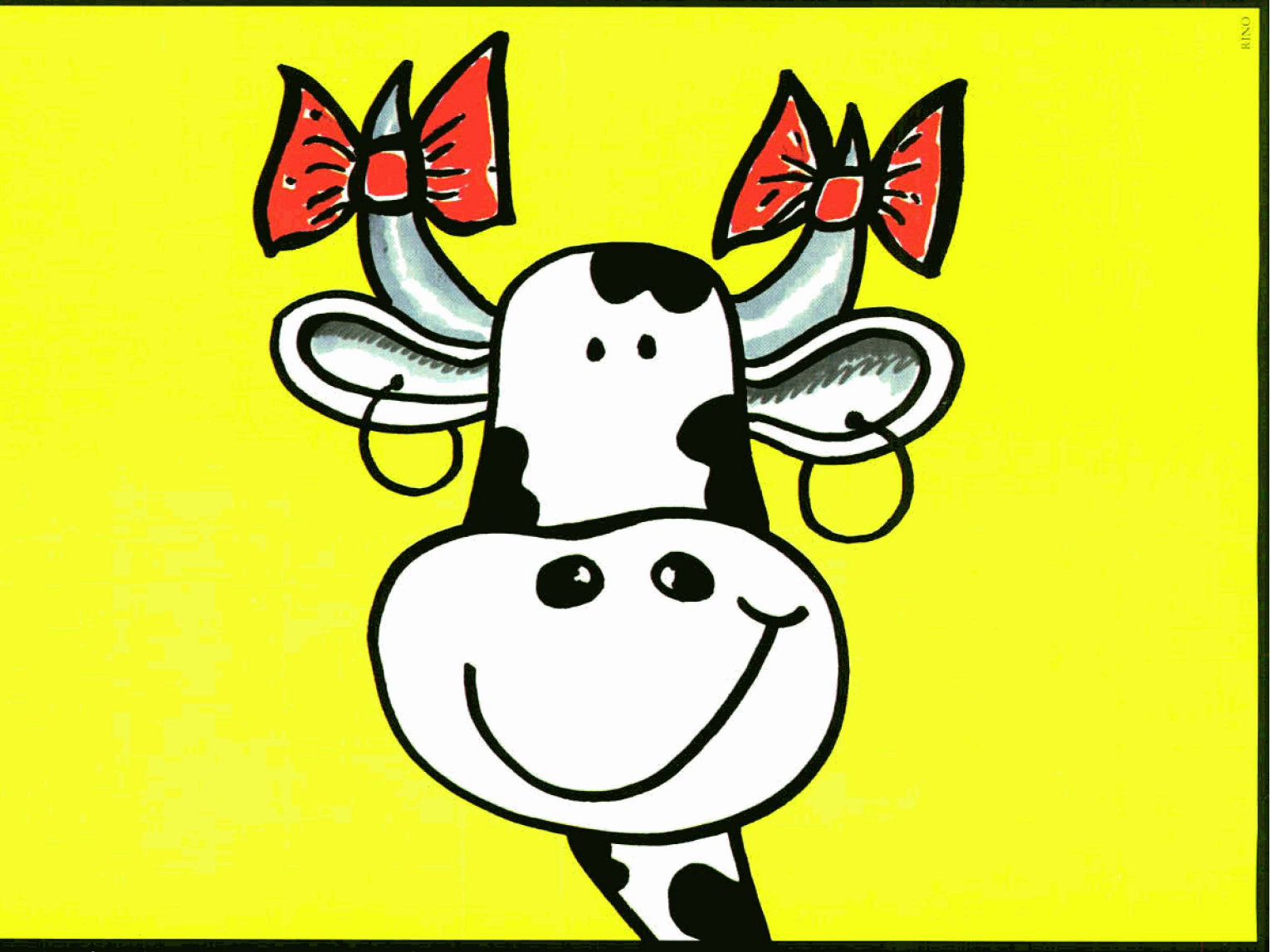
É preciso definir uma política de renda para o campo, principalmente para o pequeno produtor.

É preciso avançar nas reformas estruturais de interesse de toda a economia e dos agricultores. Reformas tributária, política, ajuste fiscal, reforma previdenciária e do Judiciário empurrarão o Brasil para um futuro mais decente, e o campo irá junto. Devemos terminar as mudanças nas áreas trabalhista e ambiental, além de resolver em definitivo o endividamento e a questão fundiária, devolvendo segurança aos agricultores profissionais. E continuar o bom trabalho na OMC.

Por tudo isso, 2000 deve ser um ano bem melhor do que o passado.

Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional e da Associação Brasileira de Agribusiness e professor de Economia Rural da Unesp-Jaboticabal.*

Se l ga no 35



Sintonize no 35, o número do Canal Rural.

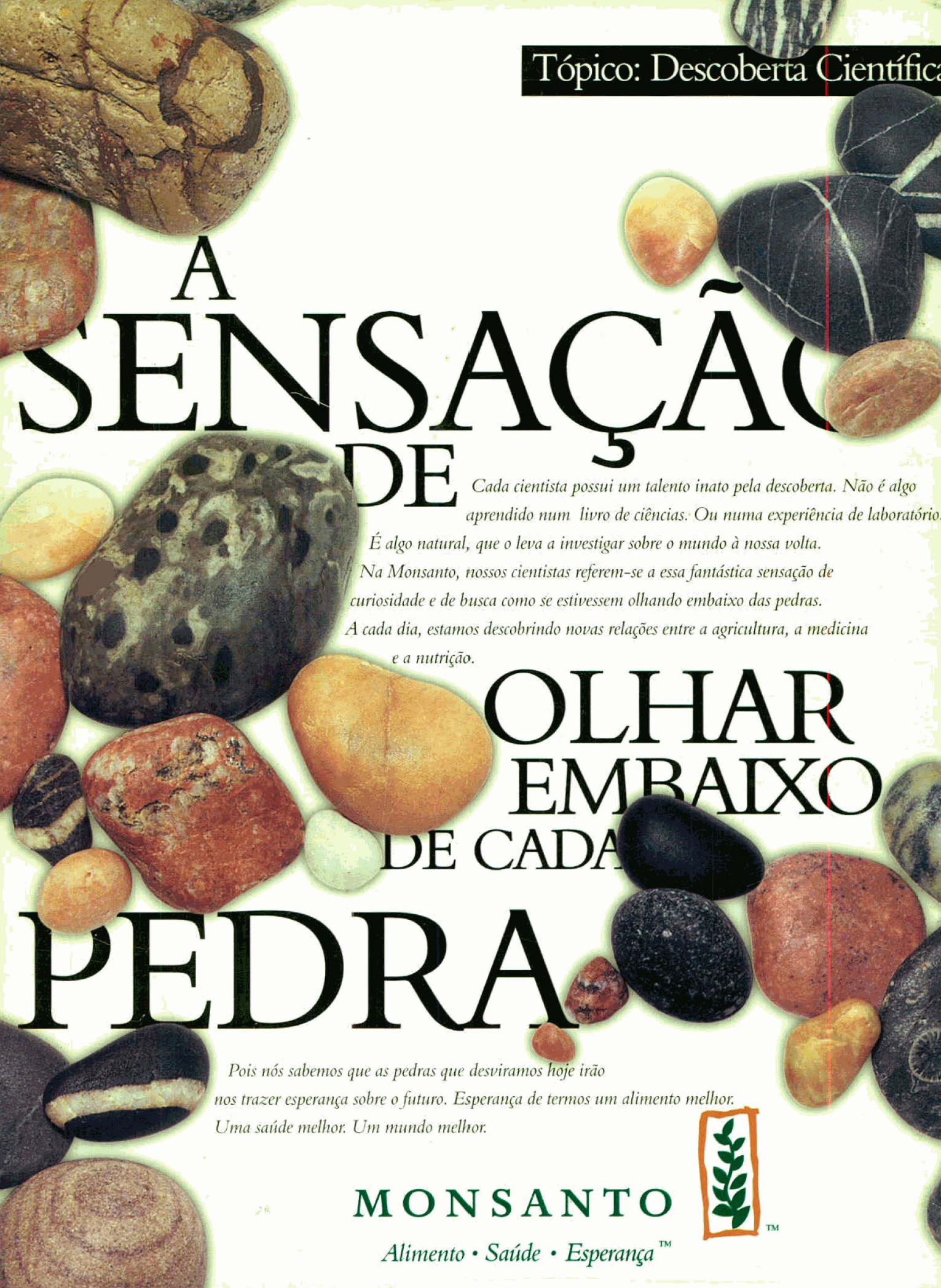
A melhor ligação entre você e o campo está no 35, o seu Canal Rural. Cotações, o melhor serviço de agrimeteorologia do Brasil, tecnologia e técnica rural, culinária, shows, notícias, mercados, músicas, entrevistas, rodeios, eventos e tudo sobre o agribusiness. Não se esqueça. Para se ligar no melhor do campo, não ligue para as outras, ligue no canal 35 do sistema a cabo NET e parabólicas digitais da SKY. Para assinar, ligue 0800-992211 e assista ao Canal Rural em todo o Brasil.

CANAL RURAL

Canal Rural. O campo na sua casa.

São Paulo (0_ _ 11) 3670-9100 • Brasília (0_ _ 61) 323-8844 • Porto Alegre (0_ _ 51) 218-5262 • Curitiba (0_ _41) 342-1008 • Rio de Janeiro (0_ _21) 553-6379

www.zaz.com.br/rural



A SENSAÇÃO DE OLHAR EMBAIXO DE CADA PEDRA

Cada cientista possui um talento inato pela descoberta. Não é algo aprendido num livro de ciências. Ou numa experiência de laboratório. É algo natural, que o leva a investigar sobre o mundo à nossa volta. Na Monsanto, nossos cientistas referem-se a essa fantástica sensação de curiosidade e de busca como se estivessem olhando embaixo das pedras. A cada dia, estamos descobrindo novas relações entre a agricultura, a medicina e a nutrição.

Pois nós sabemos que as pedras que desviramos hoje irão nos trazer esperança sobre o futuro. Esperança de termos um alimento melhor. Uma saúde melhor. Um mundo melhor.

MONSANTO™

Alimento • Saúde • Esperança™